

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sônia Maria Brandão

Educação para a democracia: o exercício da memória política da
ditadura civil-militar no Brasil pelas mãos dos Educativos de museus

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sônia Maria Brandão

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Educação para a democracia: o exercício da memória política da ditadura civil-militar no Brasil pelas mãos dos Educativos de museus

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini.

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.705349/2022-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.705349/2022-00

AGRADECIMENTOS

O fomento à pesquisa é uma operação fundamental para promover qualquer pretensão de desenvolvimento com equidade nesse e em qualquer país. Agradeço, assim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que proporcionou a Bolsa de Estudos que me permitiu desfrutar da excelência do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A PUC-SP foi a instituição que me moldou como profissional da Educação. Nela, ingresso em 1982 nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História, e para lá voltei várias vezes para cursos de extensão universitária. Devo meus primeiros passos na sala de aula à Prof.^a Dr^a Helenice Ciampi Ribeiro Fester, que me orientou àquela época e que tive o prazer de reencontrar em 2023 no EHPS. Posso dizer que essa universidade é minha mátria.

Décadas passadas, é aqui que me reencontro na pesquisa em Educação. Agradeço a todos e todas do EHPS/PUC-SP. Especial gratidão à Assistente de Coordenação do Programa, Sra. Elisabete Adania, que nos recebe sempre com atenção, prontidão e carinho, e a todas e todos os professores que encontrei nesse percurso pela pós-graduação, sobretudo pelo ato generoso de compartilhar seus conhecimentos e experiências. Que bom foram esses dois últimos anos.

Menção mais do que especial ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini (sua calma e delicadeza no trato me mantiveram firmes no propósito da pesquisa) e aos convidados para a minha Banca de Qualificação, Prof. Dr. Raúl Navarro Zárata (Teoria e História da Educação da Universidade de Barcelona) e Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (professor e pesquisador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC-SP) por me brindarem com várias indicações e me ajudarem na configuração final da pesquisa. Que bom que hoje podem me honrar na Banca Examinadora da dissertação. Gratíssima pelo tempo e pela atenção.

Muito obrigada a todas as equipes do Memorial da Resistência e do Núcleo Memória. Compartilhamos o apreço à democracia e a resiliência no sentido cidadão de qualquer projeto educativo. Sem o acolhimento de vocês, essa pesquisa seria impossível.

Agradecimentos ao Núcleo Memória, guiado pelas mãos de Maurice Politi e César Novelli Rodrigues, e ao Memorial da Resistência, pelas mãos de Ana Mattos Porto Pato (Diretora Técnica) e Aureli Alves de Alcantara (Coordenadora do Programa de Ação Educativa), seus analistas de educação (Marcus Vinicius Freitas Alves e Daniel Augusto Bertho Gonzales) e sua atual equipe de educadores (Ana Beatriz Roque de Oliveira, Guilherme Bertolino Nunes, Luis Fernando Saab Barbosa, Osvaldo Sant'Anna Júnior). Acrescentados aqui todos os educadores que já passaram pela Ação Educativa do Memorial e a equipe que me recebeu para a coleta de dados no Centro de Referência. Devo-lhes a paciência e várias xícaras de café: Júlia Gumieri, Vanessa Miyashiro, Natan Anjos e Thayná Oliveira da Silva. Qualquer trabalho só se faz pela soma de muitas vontades. Muito obrigada aos visitantes que acompanhados pelo Educativo registraram as impressões que me servem agora de material de pesquisa e a todas as turmas de estudantes que já acompanhei ao Memorial e que me encheram de esperanças.

Às minhas amigas e amigos, de longa data (Leila Soares e Márcia Valli, in memoriam) e aos mais recentes. Rir nos piores momentos é sempre um lenitivo e estratégia de resistência. Valéria Delbem e Mayra Lourenço, companheiras de chão de fábrica e parceiras de estudos aqui na PUC-SP: conseguimos.

Abraços sempre à minha família, gigante e ruidosa. O amor por todos e todas é para sempre. Particularmente às mulheres – Brandão e agregadas – encabeçadas por minha mãe Rita: sempre poderemos tudo. Somos mais.

Por fim, aos 59.563.912 brasileiros e brasileiras que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva em 30 de outubro de 2022 e me permitiram confirmar que é urgente pensar no que deve ser lembrado hoje para garantir o *Nunca Mais*.

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceitais o que é de hábito
como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
De arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar.*

RESUMO

Educar para a cidadania passou a constar nas Propostas Pedagógicas Educacionais de quase a totalidade das Escolas no Brasil a partir de 1985 com a redemocratização do país. Ao mesmo tempo as disputas políticas que vieram desde o final dos anos 70 procuraram impor um tipo de transição que prescindia do apagamento das violações aos Direitos Humanos e das práticas de violência de Estado em favor da reconstrução nacional. A pesquisa apresentada nessa dissertação procura reforçar a discussão em torno dos conceitos de memória e esquecimento a partir do papel que assumem os Núcleos de Ação Educativa em Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar brasileira na cidade de São Paulo. Busca-se investigar como essa Ação avança no sentido de mobilizar o público escolar e, quiçá, o conjunto da sociedade. A pesquisa privilegia a análise dos dados produzidos pela equipe da Ação Educativa do Memorial da Resistência e de sua capacidade de capilarizar sua experiência para outros museus de mesma natureza. Através de um debate que questiona o que é Memória, como se dá a construção do lembrar e esquecer, como se deu e se dá o trato da memória de luta pela redemocratização do Brasil, procura-se contribuir para solidificar o diálogo entre os Setores Educativos, as práticas escolares e uma Educação na pauta cidadã que preza a Democracia como um valor inegociável.

Palavras-chave: democracia; ditadura; memória; lugares de memória; educação; educativos museais.

ABSTRACT

Educating for citizenship became part of the Educational Pedagogical Proposals of almost all Schools in Brazil from 1985 onwards with the country's re-democratization. At the same time, the political disputes that emerged since the late 1970s sought to impose a type of transition that disregarded the erasure of Human Rights violations and State violence practices in favor of national reconstruction. The research presented in this dissertation aims to reinforce the discussion around the concepts of memory and forgetting based on the role assumed by the Educational Action Centers in Places of Memory of the Brazilian Civil-Military Dictatorship in the city of São Paulo. It seeks to investigate how this Action advances in mobilizing the school public and, perhaps, society as a whole. The research prioritizes the analysis of data produced by the Educational Action team of the Memorial da Resistência and its ability to spread its experience to other museums of the same nature. Through a debate that questions what Memory is, how the construction of remembering and forgetting occurs, how the memory of the struggle for Brazil's re-democratization was and is treated, it seeks to contribute to solidifying the dialogue between Educational Sectors, school practices, and an Education on the citizen agenda that values Democracy as a non-negotiable value.

Keywords: democracy; dictatorship; memory; places of memory; education; museum education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Folder de divulgação do Memorial da Resistência	44
Figura 2. Folder de divulgação do Núcleo Memória	47
Figura 3. Folder de divulgação do Memorial da Luta pela Justiça	51
Figura 4. Folder de divulgação do Memorial DOI-Codi.....	57
Figura 5. Ato no pátio da 36ª Delegacia organizado pelo Núcleo Memória	59
Figura 6. Armazém da Estrada de Ferro Sorocabana em 1915	83
Figura 7. Espaço carcerário antes da ocupação e reforma na década de 90.....	84
Figura 8. Desenhos do espaço carcerário do antigo DEOPS/SP	87
Figura 9. Mapa do espaço expositivo (piso térreo)	88
Figura 10. Visita promovida pela Ação Educativa em 2015.....	90
Figura 11. Fac-símile da primeira Ficha de Avaliação aplicada (fevereiro/2009)	95
Figura 12. Fac-símile da Ficha de Avaliação usada em 2024	96
Figura 13. Visita e uso da maquete tátil em 2016.....	102
Figura 14. Visita com contação de história.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2009.....	97
Tabela 2. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2018.....	97
Tabela 3. Visitas e perfil do público avaliados pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018).....	99
Tabela 4. Avaliação dos professores atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018).....	105
Tabela 5. Grau de interesse dos atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)	106
Tabela 6. Preparo prévio dos grupos atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018).....	109
Tabela 7. Resultado geral do atendimento pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)	109
Tabela 8. Proporção Visita Geral x Visita Coordenada pela Ação Educativa (2009-2018)	112
Tabela 9. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2019.....	115
Tabela 10. Avaliação dos professores atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019	116
Tabela 11. Grau de interesse dos atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019	116
Tabela 12. Preparo prévio dos grupos atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019	117
Tabela 13. Resultado geral do atendimento pelo Programa de Ação Educativa – 2019	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – MEMÓRIA TEM LUGAR E COMO CHEGAMOS A ELE.....	13
CAPÍTULO I – QUEM CUIDA DO LUGAR DE MEMÓRIA.....	31
CAPÍTULO II – EDUCAR PARA A MEMÓRIA OU PARA O ESQUECIMENTO.....	61
CAPÍTULO III – QUANDO DECIDIMOS QUE ERA PRECISO LEMBRAR	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS – MEMÓRIA TEM SUJEITO, TEMPO E LUGAR	113
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

MEMÓRIA TEM LUGAR E COMO CHEGAMOS A ELE

O tema e a trajetória da pesquisa proposto nesse estudo têm sua origem na prática da sala de aula, busca a teoria para dar conta de seus dilemas e à sala volta para lhe conferir sentido e, com certeza, alimentar-se de novas indagações e apontar caminhos. Essa relação dialógica, tão cara a uma pedagogia crítica e comprometida com a construção democrática – que no Brasil aproximou, sem excluir suas diferenças, nomes como Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Paulo Freire – talvez nos autorize a iniciar nossos apontamentos com um breve relato.

O Colégio Santa Maria é uma escola privada localizada na zona sul da cidade de São Paulo e ligada à Congregação das Irmãs da Santa Cruz, que atua no Brasil há mais de 75 anos com ações sociais em vários segmentos. O Ensino Médio do Santa Maria investe de longa data num programa de Saídas de Estudos pensado para cada série com o cuidado de retomar os eixos fundamentais e, sempre que possível, integrar unidades curriculares e áreas. Mesmo sendo um trabalho com tradição na Escola, tem-se o cuidado de atualizar e aperfeiçoar os métodos e temas, considerando a necessidade de dialogar com o tempo presente.

Em 2017, a terceira série inaugurou um novo projeto, dentro de seu eixo fundante, que contrapõe Ditaduras e Democracias. Desta vez, o objetivo era discutir o quanto as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Civil-Militar (1964-1985) imprimiram na paisagem da metrópole uma “arquitetura da repressão” e, do outro lado, como os movimentos de resistência também construíram espaços identificados com a luta contra esses modelos de Estado. Em 2018, elegeram os movimentos políticos, sociais e culturais que fizeram de 1968 um ano ímpar e, em 2019, verticalizaram com o debate em torno dos 40 anos da assinatura da Lei da Anistia no Brasil e suas implicações sobre o processo de apagamento da História da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Para dar conta dessas preocupações, alunas e alunos são divididos em grupos orientados por monitores de apoio e desenvolvem um circuito de um dia, percorrendo

vários lugares de memória da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo. São discutidos sua localização, o diálogo que se estabelece na cidade em torno deles e o quanto o seu entorno os enxerga como algo que deve ser lembrado. O roteiro consiste em uma visita aos seguintes espaços: o Monumento aos Mortos e Desaparecidos no Ibirapuera; antigas dependências do DOI-CODI, na Rua Tutoia; Memorial da Luta pela Justiça, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio; Teatro Oficina; Praça da Sé; Centro Maria Antônia da USP; portal do Presídio Tiradentes e Memorial da Resistência, na região da Luz.

Os registros e relatos dos resultados sempre foram muito positivos, sobretudo no sentido de instigar, em cada aluno e aluna, um interesse sobre o período histórico e ativar o compromisso com a democracia vivida no presente. As atividades envolvem a responsabilidade de lembrar, ouvir os testemunhos, conversar sobre o tema, passar adiante.

A experiência acumulada vai formatando uma série de preocupações. A mais importante foi a de pensar quais são os parâmetros teóricos que permitem alargar as fronteiras da discussão sobre os lugares visitados e do tipo de educação acionada com uma atividade de saída como essa, quer pensemos o público escolar ou aquele mais ampliado que representa outros setores da sociedade.

É claro que também preocupa certificarmo-nos da importância da temática e se é papel da educação, como um todo, e do ensino das Humanidades, em particular, estar a serviço de algum propósito. Lembrando que hoje vivemos tempos mais nebulosos, quando a certeza de que a educação também estaria a serviço da formação e desenvolvimento da cidadania e da democracia é colocada em dúvida por ideologias ultraconservadoras e movimentos como o da “Escola sem Partido”¹.

¹ O filósofo e doutor em Educação Ivo Dickmann, num dos capítulos para a publicação eletrônica *Pedagogia da Memória*, oferece-nos a definição em tom de desabafo e desagravo aos 20 anos da morte de Paulo Freire: “O movimento político de direita, Escola Sem Partido, é uma tentativa mesquinha de frear a consciência crítica de educadores e educandos, impedindo o diálogo aberto sobre questões político-pedagógicas, econômico-sociais, histórico-culturais que tangem o processo ensinar e aprender na sala de aula. Esse projeto se embasa em artigos da Constituição Federal de 1988, deturpando-os em favor de uma estratégia golpista retrógrada, transformando o processo de construção de conhecimento crítico-dialógico entre educandos e educadores numa simples transmissão de informação por parte do educador para os alunos cativos e silenciosos, como num regime militar – típico processo de ‘educação bancária’ denunciado por Freire (2003) na década de 1960 –; não é por acaso que, entre nós educadores, estamos chamando esse movimento de ‘Lei da Mordança’.. Na verdade, toda neutralidade proclamada é uma posição política escondida, como já nos ensinou Freire, e esse projeto está exatamente nessa lógica. Além do mais, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua criação e recriação, a partir do contexto concreto, e esse projeto de lei contraria esses princípios gnosiológico-epistemológico-político-ético-estéticos freirianos.” Para ler a

Levamos em consideração como ponto de partida, então, que a construção (e tentativas de desconstrução) da memória histórica da Ditadura Civil-Militar no Brasil² (1964-1985) foi um processo longo e que se arrasta até os nossos dias. Houve um esforço, de pelo menos uma parcela da sociedade civil politicamente organizada, que vem desde a luta pela Anistia (Lei 6683/1979), passando pela Constituinte de 1986-1988 e chegando à Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça instaurada em maio de 2012 (Lei 12528/2011), em pressionar o Estado e o resto da sociedade a pensar formas de salvaguardar e preservar nossa memória histórica mais recente.

Nesse contexto de transição democrática, o mapeamento e ocupação física e simbólica de espaços que referendavam a memória do período foram fundamentais. Divulgar, visitar, experimentar esses espaços ganham potencial na formação para a cidadania e, portanto, podem – devem, defendem muitos – passar pela escola e preocupar seus educadores.

Para quem alinha História e Educação, como se propõe essa pesquisa de mestrado, devemos iniciar o debate passando por, pelo menos, dois grandes teóricos contemporâneos que nos provocam pensar as disputas pela Memória: Jacques Le Goff e Pierre Nora. Faremos aqui uma breve apresentação, pois eles pontuarão todo o trabalho.

Jacques Le Goff³, em *História e Memória*⁴, reúne vários de seus escritos elaborados entre 1977 e 1982 e os edita como livro pela primeira vez em 1988. Preocupado em, particularmente, conceituar a memória coletiva, oferece-nos o caminho que escolhemos percorrer aqui. Define:

publicação completa: DICKMANN, Ivo (Org). *Paulo Freire vive! 20 anos de Memória e presença na práxis dos educadores*. In: Pedagogia da Memória. Chapecó: Sinproeste, 2017.

² A denominação do período como “ditadura civil militar” segue a linha proposta por Motta (2014) e Reis (2015). É um dos contrapontos a grupos políticos conservadores que tendem ao uso de “regime ou governo militar” e caracterizam o golpe de estado que deu início ao período como “revolução de 1964”. Para conhecer mais esse debate e outros que a historiografia do período discute, podemos indicar, especialmente, o subtítulo “Nomes e datas” de: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, pp. 05-74, Jan/Abr 2017.

³ Jacques Le Goff (França, 1924-2014), historiador que fez parte do grupo em torno da revista dos *Annales* publicada a partir de 1929, precedido por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel e que, mais tarde, daria contorno à corrente da Nova História. Pensador essencial não somente como medievalista, mas por propor outra discussão sobre o tempo histórico, documento e memória coletiva.

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 2013, p. 387).

O autor alerta, dessa forma, para as possibilidades de várias ciências tratarem do fenômeno. Lembremo-nos, no entanto, de que sua prioridade é pensar o campo da História e, assim, da memória coletiva. Não por acaso, vai tratar dos interesses do Estado na conservação de determinados elementos do passado e, por conseguinte, na amnésia, no esquecimento como produto das relações de poder. Denuncia “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva dos povos e das nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (2013, p. 389).

Ora, devemos entender – e voltaremos ao longo dos capítulos a nos preocupar com o esquecimento – que Le Goff apresenta uma chave mestra para uma pesquisa proposta a pensar o papel dos educativos de museus e memoriais na composição de um projeto de educação que busque a formação da cidadania e da democracia. O próprio autor aponta que foi a partir dos anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial que a memória coletiva foi realocada para o centro do jogo pelo poder. Para “fazer a luta pela democratização da memória social”, conclui o autor, temos que torná-la “um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (2013, p. 436). Sigamos, então, Le Goff.

Se, ao mesmo tempo, estamos preocupados com o momento em que decidiram sobre o esquecimento da História mais recente do Brasil e como a educação pode contribuir para interromper esse ciclo, com certeza também precisamos recuperar Pierre Nora⁵, segunda baliza teórica acionada e que, como Le Goff, esteve presente em toda a pesquisa, conduzindo à elaboração do presente trabalho.

⁵ Pierre Nora (França, 1931), historiador da chamada terceira geração dos Annales, é teórico essencial para pensarmos a especificidade do trabalho do historiador, a dimensão da ciência histórica e da construção da memória. Ao estudar a formação da identidade francesa, Nora vai elaborar esse conceito caríssimo para o trabalho que aqui pretendemos desenvolver, em sua obra maior, Os Lugares de Memória, organizada por ele e publicada em sete volumes pela primeira vez entre 1984 e 1992. Sobre a obra e todo o contexto de sua elaboração, podemos buscar mais referências em: GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Revista História, Rio Grande, n. 3, 2012, pp. 27-46.

Nora teceu, ao longo de uma vasta obra dedicada aos estudos da memória, o conceito de “Lugares de Memória”⁶. Adverte para os sentidos material, simbólico e funcional da palavra Lugares e sentencia que um lugar só será revestido de memória se a ele for designada uma carga simbólica.

O que os constitui é um jogo de memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mais maleável, susceptível de admitir na categoria todo o objeto digno de uma lembrança. (...) Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história (Nora, 1993, p. 22).

Não é incomum estudiosos e teóricos do tema ressaltarem o papel do rememorar na construção das identidades, quer como forma de resistência e sobrevivência, quer como invenção de uma unidade política. Para pegar dois exemplos sempre citados, estamos pensando na construção histórica judaico-cristã desde sua origem e, na outra ponta, os nacionalismos ocidentais a partir do século XIX. Na proposta aqui desenvolvida, Nora nos instrumentaliza a pensar as forças políticas que se mobilizaram pela necessidade de memorar a repressão e a resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil – a vontade de memória – e o papel dos educativos dos lugares de memória na construção de uma educação pelo “Nunca Mais”⁷.

Como em vários outros momentos políticos a partir da Modernidade, a ação política passa pela apropriação dos espaços urbanos. As cidades e seus traçados (ruas, vilas, órgãos públicos) são instrumentalizados pelos agentes de poder do Estado, assim como ocupados pelos agentes da resistência. São esses logradouros que fisicamente configuram os Lugares de Memória e Esquecimento e que, no caso recente da história brasileira, foram e são disputados jurídica e simbolicamente.

⁶ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993.

⁷ Voltaremos à expressão “Nunca Mais” outras vezes ao longo desse escrito. Aparece associado a vários movimentos de redemocratização mais recentes na América Latina e, particularmente, nos casos brasileiro e argentino virou bandeira de mobilização retomada, inclusive, nos últimos anos frente ao ressurgimento de grupos de extrema direita no continente. Para entender o contexto, ler: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

Nesta perspectiva, entendemos o espaço geográfico como testemunha das lutas políticas e sociais. Acaba, portanto, por sofrer transformações originadas da correlação de forças, das trincheiras de lutas cotidianas no seio de qualquer sociedade, dos embates políticos. “Lugares de Memória” são materialmente, portanto, sítios identificados com um evento-tempo histórico e que alçam importância na preservação da consciência coletiva. Portanto, para além da geografia, estamos tratando de uma dimensão simbólica com uma construção histórica.

Quando falamos do Memorial da Resistência, por exemplo, devemos observar que não estamos falando de um Museu como tantos existentes na cidade, muitos, aliás, com valor arquitetônico por si só e que são curadores de um patrimônio e acervos artísticos, como o MASP (Museu de Arte de São Paulo) ou o MAM (Museu de Arte Moderna de São Paulo).

Aliás, prédios projetados especialmente para guardar, preservar e divulgar as memórias da repressão também existem, embora com um impacto diferente. Estamos falando, por exemplo, do Memorial da Resistência em Santiago do Chile e alguns monumentos, como o de Ricardo Ohtake, no Ibirapuera, em homenagem aos mortos e desaparecidos na ditadura civil-militar brasileira (2014). Experiência diferente quando pensamos em centros de tortura transformados em memoriais como o DOPS-SP (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo, ou a ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada), na Argentina.

Também a abertura de uma avenida, a construção ou adaptação de um prédio, a ocupação de uma praça, o nome escolhido para uma rua – todos são exemplos desse diálogo entre as ações políticas e configuração da urbe. Quando um determinado grupo, no exercício do controle do Estado, esforça-se para derrubar um prédio que outro grupo aponta como centro de tortura, por exemplo, constatamos o poder desses “Lugares de Memória”.

A Catedral da Sé não é só uma igreja, sede e centro do catolicismo em São Paulo. Ela foi o palco do culto ecumênico em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pelo DOI-CODI, órgão de repressão da ditadura civil-militar em 1975, o qual forjou um suicídio para encobrir as arbitrariedades de seus agentes. A Praça da Sé, em frente, não é só via de passagem, local do Marco Zero e nome de estação de Metrô. Foi o palco da Greve de 1917; das lutas intestinas entre integralistas e aliancistas nos anos 30; dos Primeiros de Maio – referência à causa operária – por décadas e décadas; local onde milhares de pessoas exigiram “Diretas Já”, em 1984.

A Estação Pinacoteca, na região da Luz, não é só uma extensão do mais antigo museu da cidade datado do início do XX. Foi o espaço do DOPS, criado já no final da República das Oligarquias, com poderes ilimitados no Estado Novo e auge no sistema de repressão a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. Somente sob a pressão dos sobreviventes e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar, os órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico da cidade reconheceram que aquele espaço deveria ser lembrado como “Lugar de Memória”.

Aqui tocamos num assunto de igual importância. Para alguns, no exercício do poder político, pode ser interessante destruir alguns espaços ou camuflá-los. É o que acontece com a demolição de prédios, praças, ruas: lugares indesejáveis para uma memória que não se quer lembrada. Devemos nos perguntar: a quem não interessa que saibamos da existência, em São Paulo e em todo o país, de órgãos oficiais que faziam prisões irregulares, torturavam e “desapareciam” com cidadãos e cidadãs brasileiras? Por que, ao longo da História, algumas coisas merecem ser lembradas e outras não? Quem, afinal, constrói nossa memória coletiva? Qual o papel da escola e da educação nesse lembrar e nesse esquecer?

Como possibilidade de resposta às demandas, investigamos o contexto de idealização e/ou estruturação de três centros de memória na cidade de São Paulo, procurando entender quais papéis poderiam ser assumidos na preservação da História da ação do Estado e da resistência em suas mais diversas formas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

No mais antigo deles, o Memorial da Resistência de São Paulo, tivemos o privilégio de conhecer os arquivos que guardam a produção do Educativo, além de levantar e analisar os dados do material que registra a relação educador-visitantes de perto, o que nos permitiu um leque de impressões. Importante aqui esclarecer que “setor educativo” ou “educativo” é aqui entendido como um núcleo específico atuante no espaço museológico com o objetivo de recepcionar, guiar, oferecer experiências de ensino-aprendizagem, instigar a imersão no acervo e no espaço. Igualmente importante registrar que não há nessa escolha um critério aleatório. Historicamente, a constituição dos três espaços está umbilicalmente relacionada, assim como há uma herança de bagagem e experiência no fazer educativo, como pretendemos esclarecer.

O historiador Marcelo Henrique Leite⁸, numa dissertação recente, apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, elabora um estudo importante sobre a história dos museus e de seus usos no ensino de História e na relação com a educação e a sala de aula em particular. O pesquisador toma, como caso específico, o Museu da República, no município de Itu, e acaba preocupando-se em entender como o próprio museu deu conta de interagir com os estudantes (que ali chegam em saídas de estudo organizadas por escolas da região) e com o público em geral. É aí que sua pesquisa nos interessa porque acaba trazendo pistas para o entendimento dos educativos dos museus. Nesse intento, Leite nos apresenta Ulpiano Bezerra de Meneses, teórico importante para cercarmos a aproximação museu-educação, entendendo também o “museu como uma instituição produtora de memórias” (Leite, 2018, p. 41). Citando Meneses⁹:

É possível ensinar história sem ensinar a fazer História? É possível aprender História sem aprender a fazer História? (...)

A diretriz educacional, na procura de atrair o público, parece ser a infantilização da linguagem. Assim para redimir-se do elitismo, o museu pode, muitas vezes, iludir-se por um populismo sem responsabilidade política, esquecendo-se de que populismo e elitismo têm a mesma matriz autoritária – imprópria, como todos sabemos, para a verdadeira educação. (...)

A primeira tarefa educativa do museu é ensinar como ele deve ser usado. O museu não é uma instituição natural, mas criada, histórica, circunstancial. (...)

Se o museu quiser educar, não pode deixar de trazer à tona, sempre que possível, a parte não visível do iceberg” (Meneses, 2018, p. 6).

Devemos nos lembrar de que nem todos os Lugares aqui tratados são necessariamente museus. No entanto, todos são portadores simbólicos de uma memória coletiva. A hipótese levantada aqui é que, no caso específico dos educativos desses Centros, há uma preocupação adicional de provocar o visitante (ou grupos de visitantes, como ocorre com as saídas de estudos organizadas por escolas) a pensar o seu lugar na construção, aperfeiçoamento e defesa da democracia.

⁸ LEITE, Marcelo Henrique. Ensino de História e Museu: os usos docentes do Museu Republicano “Convenção de Itu”. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os Museus e as Ambiguidades da Memória: a Memória Traumática. Anais do 10º Encontro Paulista de Museus, 2018. São Paulo: Memorial da América Latina, 2018.

Para cercar a premissa, precisamos acessar os documentos que nortearam a formação e, na atualidade, norteiam tais educativos para responder como são constituídos, como são selecionados seus educadores, como se preparam para atender o público que chega organizado pelas escolas e como se opera a relação com o público atendido.

No levantamento realizado até agora, não encontramos trabalhos específicos sobre a relação que pretendemos investigar. Existe uma produção farta sobre Lugares de Memória da Ditadura no Brasil e em alguns vizinhos da América Latina, como Chile e Argentina, incluindo trabalhos comparativos. O papel desses Centros na construção da memória histórica recente e na luta pelos Direitos Humanos como pauta urgente na contemporaneidade também ocupa grande espaço. Investigações encontradas em trabalhos como os de Cecília MacDowell Santos (2010), Cláudio Bezerra de Vasconcelos (2009), Liliana Sanjurjo (2016), Myrian Sepúlveda dos Santos (2021), entre outros. Ainda é possível destacar outros trabalhos que passam pelos Lugares de Memória como parte da trajetória de um grupo político ou militante perseguido pela Ditadura Civil-Militar, como é o caso da pesquisa de Olívia Candeia Lima Rocha sobre o testemunho do militante Flávio Tavares (2021).

De toda a produção cercada, a que mais se aproxima do tema e do viés de estudo também aqui elaborado é a do também historiador Renan Ribeiro Beltrame¹⁰, em sua dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, em 2018. O autor nos oferece uma experiência particularmente interessante por ter trabalhado no setor educativo do Memorial da Resistência de São Paulo e hoje compor o grupo que pensa o projeto educativo futuro do Memorial da Luta pela Justiça, também em São Paulo.

Na dissertação apresentada por Beltrame, destaca-se a informação de que foi exatamente a partir dos anos de 1990 que uma parte dos museus subordinados à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo preocuparam-se em montar equipes de ações educativas numa valorização da aproximação com o seu público. Interessante, sobretudo, quando cruzamos as datas e enxergamos o momento de consolidação da Nova República e de toda a disputa pela memória coletiva e pela localização de seus lugares. Vale ressaltar que Beltrame está particularmente

¹⁰ BELTRAME, Renan Ribeiro. Tendências Ideológicas e Função Social da Educação em Museus do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação: Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

preocupado com os museus de História e sua matriz de análise althusseriana difere do escopo aqui selecionado. No entanto, oferece-nos uma pista de interpretação interessante ao verificar que mesmo dentro dos limites de um Aparelho Ideológico do Estado – voltando a Althusser –, os educadores nas Escolas e nos Educativos de Museus de História constroem atalhos, alargam veredas, cumprem uma função social que extrapola o esperado. Ao mesmo tempo, na leitura do autor, tais educativos devem ser classificados como instrumentos de educação formal¹¹. Essa é uma chave que voltaremos a discutir.

Vale a pena registrar nesse ponto que a preocupação com o inventário dos Lugares de Memória e a procura de meios para aproximar o público dessa discussão fazem parte da própria definição do trabalho do Memorial da Resistência, de São Paulo. Já foram tema de exposição entre 2011 e 2012¹² e hoje compõem parte importante de seu acervo e espaço expositivo permanente, dedicado exclusivamente ao elenco de sítios, incluindo sua localização no mapa do país, do estado e da cidade de São Paulo. Não esqueçamos da existência de uma rede de sítios de memória na América Latina que dialogam e trocam experiências na luta pela preservação, memória e mobilização da sociedade pela Verdade e Justiça em relação aos crimes cometidos pelos governos ditatoriais que se alastraram na região entre os anos 60 e 70 do século passado.

O trabalho busca, assim, contribuir com mais uma possibilidade de abordagem sobre os Centros de Memória, agora estudando suas origens e formatos e a atuação em especial de um dos Setores Educativos, aqueles que nos recebem quando as escolas chegam com grupos de estudantes prontos para usar a ferramenta

¹¹ Elabora em sua conclusão: “Entende-se que a educação em museus é, em última análise, uma forma de educação formal, posto que está situada como instrumento fundamental de comunicação das instituições museológicas, seguindo toda uma série de normatizações que se realize nos espaços museológicos e, ainda, que se configura dentro de uma rede de instituições – entre Aparelho Burocrático de Estado e Aparelho Ideológico de Estado – que define uma concepção ideológica sobre o conteúdo do acervo musealizado, dinamizado por uma série de planos institucionais.” (Beltrame, 2018, p. 119).

¹² Vale muito a pena conhecer com calma e explorar toda a riqueza o site do Memorial da Resistência de São Paulo. Nele encontramos no setor “Educação” todo o material produzido pelo Núcleo de Ação Educativa, o que engloba tanto a formação de professores e professoras quanto o atendimento a públicos específicos, como o infantil. A exposição mencionada aqui está descrita e localizada no site junto com todas as produções sediadas pelo Memorial. Em particular esta dará origem ao espaço permanente a que nos referimos. Acessar: <https://memorialdaresistencia.org.br/exposicao/lugares-da-memoria/>

pedagógica das Saídas de Estudo e tendo como tema gerador a memória da ditadura civil-militar no Brasil.

A princípio, a ação que nos interessava era aquela dirigida ao público escolar, de estabelecimentos públicos e particulares. Quando abrimos os arquivos, constatamos que as paredes entre os segmentos ficam mais finas na prática cotidiana dos Educativos, mas isso ficará mais claro no desenvolvimento deste estudo.

Escolhemos privilegiar potencialmente o intervalo das duas últimas décadas nesta pesquisa, quando a democracia no Brasil parecia consolidada e o distanciamento em relação ao passado ditatorial poderia ser entendido como avalizador do abandono da discussão. Com a transição democrática consolidada, entrando no quinto presidente da Nova República e o amadurecimento da Constituição de 1988, temos que saber se ainda é necessário lembrar jovens e adultos sobre a obrigação cidadã de proteger a democracia.

Pensando em possíveis respostas, a pesquisa partiu das aproximações no processo de formação de três Centros de São Paulo: o Memorial da Resistência, o Memorial da Luta pela Justiça e o futuro Memorial do DOI-CODI Tutóia. São espaços diferentes e que estão em estágios de organização igualmente distintos. No entanto, aproximam-se na preocupação em promover ações educativas visando à formação de professores, alunos e do público geral. No entanto, tomará a produção do Memorial da Resistência como espinha dorsal de investigação porque, pelo seu estágio de constituição como espaço museológico, oferece-nos uma fartura de material produzido por seu Núcleo de Ação Educativa.

O Memorial da Resistência tem um trabalho educativo mais antigo, mais bem pensado e estruturado. Muitas professoras e professores das redes pública e privada passam pelos seus cursos de formação cujo poder de multiplicação em escolas e salas de aula é gigante. Isso sem contar o trabalho de educadores que asseguram e conduzem visitas guiadas às exposições permanente e temporárias. O Memorial da Luta pela Justiça está em processo de construção do espaço museológico. Com projeto arquitetônico aprovado e sob a curadoria da Ordem dos Advogados de São Paulo, na fase anterior recebeu visitas guiadas de estudantes exatamente para firmar e reafirmar a importância de ser Lugar de Memória na luta pela democracia no Brasil. O Memorial do DOI-CODI Tutóia está numa etapa anterior. Fisicamente é um conjunto já tombado que agora luta para sair da tutela da Secretaria de Justiça e virar museu. Justamente para demonstrar seu papel na construção da memória da ditadura, recebe

estudantes e outros visitantes numa tentativa de impedir a desconfiguração desse lugar de memória e manter acesa sua importância para a cidade.

Vale ainda lembrar a existência de um elo que aproxima esses três Lugares: a presença super atuante do Núcleo Memória, organismo nascido em 2009, a partir da reunião de sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos políticos e que hoje estabelece parcerias fundamentais para as atividades de tais centros sob várias perspectivas: formando docentes e outros profissionais, coletando testemunhos, pressionando os órgãos públicos pelo tombamento e setores privados por verbas, tecendo parcerias com outros organismos da sociedade civil na luta pela preservação e democratização do acesso aos centros.

Todo esse passado nos explica por que de o Memorial da Resistência oferecer-nos o arquivo maior e mais completo. No documento *Apresentação e Metodologia do Programa Lugares de Memória*¹³, publicado em 2016, o Memorial nos apresenta sob qual conjuntura nasce a Ação Educativa e como está conjugada com os demais eixos do Programa, que são a Coleta Regular de Testemunhos e a Ação Cultural. O próprio Memorial nasce do inventário dos lugares de memória e da preocupação em mapear não somente os lugares de repressão, como os de resistência, entendida em suas mais diversas dimensões (movimento estudantil, operário, camponês, cultural). É um lugar rastreando, definindo e mapeando outros lugares.

Ao mesmo tempo, o *Programa* indicou-nos a maior fonte primária de pesquisa: o material usado na formação de seus educadores e o material produzido a partir da atuação do setor, particularmente suas Fichas de Avaliação. Esse documento fundante e norteador na gênese dos outros dois educativos que elegemos para investigar – Memorial da Luta pela Justiça e Memorial do DOI-CODI – aproximou esta pesquisa de dois outros teóricos cujas referências são feitas na discussão sobre a construção da memória, reforçada no capítulo inicial: Michael Pollack (1989) e Beatriz Sarlo (2007).

Podemos, então, entender que os esforços de parte da sociedade civil – o Núcleo Memória aqui em destaque como parte de nossa pesquisa – remaram exatamente contra a maré em relação ao discurso hegemônico e, a partir dos anos

¹³ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Apresentação e Metodologia do Programa Lugares de Memória. São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, 2016.

90, impuseram na prática uma outra demarcação física e simbólica desses espaços de memória. No caso do Memorial da Resistência, inclusive pelo nome recebido, a princípio batizado como Memorial da Liberdade. Entendemos que os setores educativos que nasceram agregados a essa conjuntura de disputa absorveram os propósitos desta contramare.

Nos arquivos do Memorial da Resistência, localizamos textos de apoio, exercícios de formação e avaliação, registro de ações nascidas dessa formação. Conseguimos levantar também que educadores outrora atuantes pelo Memorial da Resistência saíram de seus quadros para gerenciar o nascimento dos setores educativos do Memorial da Luta pela Justiça e Memorial do DOI-CODI, operação hoje sob os cuidados do Núcleo Memória. Esses dois últimos, mais recentes e ainda no processo de constituição física e legal, já contam com educativos extraoficiais atuantes como parte de sua estratégia de serem reconhecidos como memoriais.

Entendemos que o diálogo entre os setores educativos dos memoriais relacionados ao período da ditadura civil-militar e a escola pode interessar como campo investigativo e projeto político-social, à medida que a preocupação em definir a escola como espaço de educar para a memória ou para o esquecimento coloca-se como projeto político-pedagógico de um país.

Na “Introdução” de *Escola, Estado e Sociedade*, Bárbara Freitag¹⁴ (Alemanha, 1941) nos oferece todo um painel de teóricos preocupados com o papel da educação na formação da sociedade contemporânea. Do postulado durkheimiano até passar pelos pós escolanovistas fica claro, no saldo da discussão, que Freitag apresenta a Educação como campo de atuação sociopolítica e a Escola como instituição normatizadora – pelo menos no ocidente capitalista, judaico-cristão, a partir de uma determinada modernidade datada do pós revoluções burguesas da segunda metade do século XVIII –, sobrevivem ao tempo como reprodutores das relações sociais, da dominação de classes e da ideologia dominante. Esse diagnóstico do papel pragmático da escola na reprodução do capitalismo praticamente condena a educação e esgota suas possibilidades de ação transformadora. Uma luz aparecerá

¹⁴ Bárbara Freitag é uma socióloga de origem alemã, formada em Berlim e que passou boa parte de sua infância no Brasil. Volta para trabalhar durante três décadas na Universidade de Brasília, sendo referência importante nos estudos sobre História da Educação. Para entender o debate aqui selecionado, ler: FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

no pós-1945, lembra a autora, quando o debate pedagógico resgata as teses de Gramsci (Itália, 1891-1937) sobre contra-hegemonia.

Gramsci vai ser o autor que atribui à escola e a outras instituições da sociedade civil (ou seja, aos AIE de Althusser) essa dupla função estratégica (ou seja a função dialética) de conservar e minar as estruturas capitalistas.

A preocupação central de Gramsci não é a escola e sua função específica na sociedade capitalista, e por isso não pode ser considerado um teórico explícito da educação.

Gramsci tem sido caracterizado, dentro da tradição do pensamento marxista, como o ‘teórico das superestruturas’ e é nessa qualidade que ele fornece os elementos que permitem pensar uma teoria dialética da educação (Freitag, 2005, p. 37).

Para a autora, ao discutir o papel da instituição escola, Gramsci¹⁵ aponta dentro da lógica dialética sua “dupla função estratégica”: reproduzir e desestabilizar o sistema capitalista. Para tanto, o marxista italiano vale-se de um conceito de Estado que permite reconhecer o papel da sociedade civil na construção de um discurso hegemônico garantidor dos interesses da classe dominante imposta sobre todo o corpo social – não só pelo uso da força e de outros aparelhos de coerção, mas também de uma “ideologia unificadora” (2005, p. 67).

Ora, se a relação é dialética, podemos também construir uma leitura libertadora da educação. Os dominados devem, para intentar o combate ao sistema total de opressão e exploração, ocupar o controle do maior número possível de organizações da sociedade civil (escolas, sindicatos, grêmios, aparelhos culturais) e, através delas, resistir elaborando a contra-hegemonia¹⁶.

Não é propósito desta pesquisa esgotar a discussão histórica, mas localizar o contexto norteador do nascimento dos primeiros Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar (como Centros de preservação e difusão) e compreender o estofado do debate que norteou a configuração de seus Educativos. O objetivo específico é entender, a partir da análise dos documentos, o esforço de formação dos Lugares aqui selecionados na construção de um diálogo com a sociedade, através de seu

¹⁵ Sobre os conceitos de Hegemonia e Estado em Gramsci, buscar os verbetes em: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais, Princípio Educativo*. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2022.

relacionamento com estudantes e educadores, mediados pelo Núcleo de Ação Educativa.

Hoje, contabilizando os efeitos colaterais de uma reconstrução democrática pautada pela conciliação e invenção de consensos nos últimos 50 anos no Brasil, ainda é possível ambicionar o compromisso de uma educação para a cidadania por meio do aperfeiçoamento democrático.

Para nós, qualquer projeto contra-hegemônico que pretenda retomar os trilhos da consolidação democrática em nosso país deve necessariamente passar pela discussão sobre memória, memória da ditadura, memória da resistência à ditadura civil-militar, controle público e coletivo de seus Lugares de Memória.

Quando as turmas do terceiro ano de um colégio de São Paulo saem para estudo pela cidade em busca de uma História a contrapelo, como propõe Walter Benjamim¹⁷, de uma História contada pelos rastros e migalhas geradas pela velha e permanente luta de classes, tem-se a impressão de que são recebidos nos espaços, monumentos, museus e memoriais por equipes de educadores preparados para defender a memória e a democracia.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores (Benjamim, 1985, pp. 223-224).

Reconhecendo na luta por memória o caminho que recupera os cacos na contramão da análise histórica da ditadura civil-militar no Brasil, a hipótese levantada é a de que a preocupação com a causa democrática antecede a própria razão museológica desses lugares, o que os diferencia de qualquer outro espaço na cidade. Se colocarmos na balança que o Memorial da Resistência recebe o sexto maior público de visitantes na cidade de São Paulo e é responsável por dar cursos de formação para professores das escolas públicas e privadas, além de profissionais do turismo e comunicadores, essa função pedagógica, orgânica, ganha outra dimensão.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Partindo dessa Introdução e para dar conta da proposta, a dissertação estará dividida em três partes: a primeira se preocupa majoritariamente com o processo histórico. Pretendemos localizar o momento no qual o esforço em lembrar ou fazer esquecer ganha corpo e como o nascimento dos memoriais dotados de um determinado projeto educativo procura driblar, inclusive, algumas políticas de Estado. Nesse momento, interessa-nos retomar os conceitos de Memória, Esquecimento e Lugar de Memória, além de cruzar a pertinência do lembrar e apagar na história política do Brasil a partir da ditadura civil-militar.

No segundo tempo, procuramos localizar historicamente a instituição museológica para compreender o papel assumido na formação da sociedade ocidental e brasileira, em particular. Assim, podemos diagnosticar em que momento e em que situações concretas os Setores Educativos surgem e são pensadas suas práticas pedagógicas de atuação. Nesse módulo também queremos localizar quais são as balizas do debate sobre Pedagogia e Educação que tensionam a necessidade do lembrar e do esquecer e que pesam tanto sobre a sala de aula quanto no não-formal, operado por museus e memoriais. Percorrendo esse caminho, chegaremos aos arquivos do Memorial da Resistência como finalidade.

No último, analisamos as Fichas de Avaliação da Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo pela perspectiva de seus educadores e buscamos entender como a relação dialética com o público que recebe, atende e educa pode nos oferecer indicadores dessa história recente, dos seus caminhos e descaminhos, de sua relação com o passado, a memória coletiva e o futuro no processo de ampliação da democracia brasileira.

Os outros dois memoriais, com trajetórias diferentes, desenvolveram (e desenvolvem até hoje) encontros, atenderam grupos, sediaram cursos, guiaram visitas documentadas em escritos e fotografias sob a curadoria do Núcleo Memória. Esses dois espaços acabam nos oferecendo pistas da “vontade de memória” e da vocação educativa de seus curadores, incluindo um estreito diálogo com o educativo mais antigo e mais organizado do Memorial da Resistência. Não obstante, para efeito da presente pesquisa, como o material ainda não foi institucionalizado, não será objeto de estudo direto, ficando aqui como registro.

É fato que há uma preocupação em pensar a educação em Direitos Humanos e entender qual o compromisso assumido pelos educativos, escolas, sociedade com uma proposta que sabemos não ser de hoje, mas que nos assombra sempre.

Num artigo recente, a professora e ativista norte-americana bell hooks (grafia da autora)¹⁸ lembra-nos como os movimentos sociais antirracistas e feministas nas últimas décadas obrigaram as Escolas a pautarem esses temas e encaminhar saídas, alternativas para a sociedade. Também nos lembra como uma Educação – dentro ou fora da escola – voltada para o bem comum, para o bem da comunidade, para a pluralidade não pode ser adestrada facilmente para meramente reproduzir o *status quo* (Hooks, 2019, pp. 204-207).

Existem hoje grupos que lutam na cidade para que lugares públicos não homenageiem personagens ligadas à repressão tanto da ditadura do Estado Novo quanto da última experiência autoritária que vivemos a partir do golpe de 1964. Foram esses militantes que pressionaram pela mudança do nome do Elevado Costa e Silva para Presidente João Goulart. Isso não é um mero detalhe¹⁹.

Essa discussão, quando encampada pelas escolas e pelo ensino de História, pode ajudar a dimensionar o papel da Educação na construção da Democracia. Não estamos criando nenhuma prerrogativa nova. A própria Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) aponta claramente a formação para a Cidadania como competência da Educação no Ensino Médio. Ora, não há como atingir esse compromisso pétreo sem trazer o debate sobre Ditadura e Democracia.

Se a democracia puder ser considerada um bem maior, coletivo, acima dos interesses de classes – ainda mais, num país como o nosso, que já passou por duas ditaduras declaradas, só no período republicano – o debate aqui colocado e que carece de investigação para dar conta de suas hipóteses, pretende humildemente se candidatar a uma proposta pedagógica que pensa a contra-hegemonia no campo da Memória.

Para não nos dispersarmos, vamos deixar, como advertência e farol, duas anotações, vindas de dois pensadores já aqui citados e que voltarão outras vezes para nos assombrar. Walter Benjamin (Berlim, 1892 – Espanha, 1940), teórico fundamental para pensarmos a História num contexto de falência de um modelo de democracia

¹⁸ HOOKS, bell. *Educação democrática*. In: CÁSSIO, Fernando (org). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

¹⁹ Na pesquisa para localizar a luta em torno da renomeação do Elevado em São Paulo, acabamos nos deparando com um guia para ajudar aqueles que se aventurem por conhecer a cidade que se destacou em relação a tantos outros por colocar no centro do mapeamento a ideia de “lugares difíceis”. Ver em: CYMBALISTA, Renato (ORG). Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2019.

liberal na Europa (no mundo?), já com os nazistas “batendo à sua porta”, fugindo da França ocupada pelos alemães, encurralado na fronteira com a Espanha, advertirá seus contemporâneos que “(...) também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (1985, pp. 224-225). Benjamim vê como única alternativa para salvar os mortos resgatar a esperança no passado, na memória.

No mesmo tom, mas num outro tempo e num outro campo, o filósofo Paul Ricoeur (França, 1913 – 2005) sentencia, logo no início de sua obra mais referenciada:

Preocupação pública: preocupa-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos (2007, p. 17)

Procuraremos seguir essas advertências. Sobretudo, porque, vigilantes que somos, estamos empenhados em impedir a repetição da barbárie.

CAPÍTULO I

QUEM CUIDA DO LUGAR DE MEMÓRIA

O primeiro desafio para quem se coloca diante da tarefa nomeadora deste capítulo é navegar pelo conceito de memória, pensando a totalidade das relações sociais, mas, essencialmente, a pesquisa histórica e como isso pode reverberar numa sala de aula.

Quando essa pesquisa começa a ser pensada, acaba por mergulhar numa determinada bibliografia que pauta a questão da Memória. Tornava-se patente, então, como entre vários intelectuais europeus a pertinência da discussão passa em primeira mão pela experiência da Segunda Guerra, de seus horrores e, particularmente, do holocausto judeu. As cicatrizes deixadas pelo nazismo definitivamente colocaram o debate sobre Memória e Esquecimento num outro patamar. Para a história recente da América Latina, o equivalente foram os crimes contra a humanidade perpetrados pelas ditaduras civis-militares e seus modelos de redemocratização. Perguntas fundantes desse debate datado: o que merece ser lembrado? Qual é o papel da memória? Qual é o papel do lembrar?

Pierre Nora, historiador francês, mergulhado no assunto, num artigo de 1984, traduzido e publicado no Brasil quase uma década depois, provoca a discussão afirmando que o interesse pela memória é sinal de nossos tempos. Tempos acelerados, de mudanças brutas e massificação contínua, de História e não mais de Memória. A certeza da ruptura com o vivido explica a evocação de lugares de memória que

nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 9).

Nora, no entanto, avalia que a memória individual ou social-coletivamente constituída só existe se houver uma “vontade de memória”. A questão, portanto, não é somente o que deve ser lembrado, mas quem o quer lembrar e por quê. Ao lembrar,

manipulamos o tempo e o congelamos, impedindo a ação do esquecimento. Para o contexto que essa pesquisa quer particularmente pensar na História do Brasil, a pergunta a ser feita, então, é: quem quer que esqueçamos os crimes cometidos pelos agentes da ditadura civil-militar e quais são as implicações desse tipo de ação na construção da democracia e da cidadania no país?

Para o sociólogo austríaco Michael Pollak, nascido no pós-Segunda Guerra, em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio” do final dos anos 1980, há uma outra preocupação fundamental: diferenciar memória coletiva e memória individual. O autor vai de Durkheim a Halbwachs para demonstrar como esse último apontava o papel de coesão social desempenhado pela memória comum constituída pela afetividade – não pela coerção, como pensava Durkheim.

Tomemos carona nesse fio condutor. Se a propaganda oficial e o discurso ultranacionalista da ditadura civil-militar pretenderam impor um sentido de pertencimento à totalidade do país manipulando memórias – de origem de seu povo, de desenlace de sua história que projetava um futuro enobrecedor –, na outra ponta desse jogo dialético, parte dessa sociedade teimava em resistir. Guardava suas “lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas” (POLLAK, 1989, p. 3). A disputa política que se seguiu, no caso brasileiro, à transição para a democracia nos anos 80, impregna a luta pela sobrevivência de alguns espaços que rompem o silêncio e hoje se apresentam como Lugares de Memória que não podem ser menosprezados por qualquer proposta pedagógica pretensamente comprometida com o “Nunca Mais”.

Partindo de uma outra experiência de pesquisa que passa pela Literatura, a escritora e crítica argentina Beatriz Sarlo tece em seu trabalho *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva* toda uma preocupação com a qualidade do testemunho, especialmente pensando no seu papel na construção da memória de um determinado período histórico. Sarlo parte dos relatos dos sobreviventes e familiares de duas ditaduras latino-americanas recentes: Chile (1973-1990) e Argentina (1976-1983). Aliás, para oferecer um registro, a pesquisa que levou à elaboração dessa dissertação nasce do levantamento, leitura e interpretação de uma primeira geração de autobiografias que começam a ser publicadas logo após à Lei de Anistia e o retorno ao cenário político nacional de militantes contrários à ditadura brasileira. A pressa em registrar o que tinham passado, como tinha sido a prisão, interrogatório, tortura, exílio escancara-nos a urgência dos sobreviventes em testemunhar, fato que constatamos

repetido em muitos momentos da história recente, do Holocausto armênio e judeu, passando pelos massacrados nas guerras anticoloniais na África e pelos opositores aos regimes comunistas do leste europeu no auge da Guerra Fria.

Beatriz Sarlo chama-nos a atenção para os cuidados necessários ao tomarmos os testemunhos para recuperar a memória de um tempo. Sobretudo, porque qualquer lembrança, assim como qualquer esquecimento, impregna-se do presente, e

os que lembram não estão afastados da luta política contemporânea; pelo contrário, tem fortes e legítimas razões para participar dela e investir no presente suas opiniões sobre o que aconteceu não faz muito tempo (SARLO, 2007, p. 63).

Há uma responsabilidade moral coletiva no lembrar, algo que não é corroído pelo passar do tempo. Para a escritora portenha – e outros tantos autores do tema – devemos nos preocupar pós ditaduras – ou no pós-Segunda Guerra, novamente ela – com a urgência do testemunho como denúncia e condenação dos culpados pela violação de alguns direitos aceitos num pacto civilizatório universal –, portanto, sem fronteiras étnicas, etárias, nacionais, religiosas ou ideológicas. Sendo assim, a urgência está impregnada de interpretação e dessa forma deve ser tratada, não porque tenha menor valor documental, mas é aí que ganha objetividade no seu tempo histórico.

Theodor Adorno parte de sua própria experiência de emigrado da Europa que vive a ascensão avassaladora dos fascismos para clamar pela necessidade de lembrar como salvaguarda da própria civilização ou, se quisermos ainda, de nossa humanidade.

Adorno abre o capítulo “O que significa elaborar o passado?”, parte da publicação *Educação e Emancipação*, alertando para a nulidade das tentativas de se fugir do passado (Adorno, 2020, pp. 31-33). Afinal, o passado sempre permanece vivo. E o teórico faz essa afirmação pensando, inclusive, na permanência do nazismo nas democracias – e ele está falando do final dos anos 60. Muito perigoso, diz o autor. Se tomássemos a situação política do Brasil – EUA, Argentina, Itália ou Polônia, para elencar alguns casos – hoje, à luz do alerta de Adorno, essa preocupação pareceria profética. Ao analisar a experiência europeia do período entreguerras, fala do “narcisismo coletivo” que alimentou o nazismo e da fragilidade do significado e da

vivência democrática que não chegaram a ser incorporadas num *ethos*, como valor absoluto, o que se configura um perigo, ontem e hoje.

Dessa forma, defender um esquecimento higienizador no pós-1945 para favorecer a reinserção da Alemanha e fortalecer a luta anticomunista na Guerra Fria, se serviu para garantir interesses imediatos, foi incapaz de apagar totalmente o passado e não permitiu, ao não maximizar a lembrança, a condenação plena do nazismo. Ora, pergunta o autor, como consertar tudo isso? Talvez a possibilidade de resposta esteja numa experiência educacional especial que será trabalhada no próximo capítulo como “pedagogia da memória”.

Na proposta aqui desenvolvida, Nora nos instrumentaliza a pensar as forças políticas que se mobilizaram pela necessidade de memorar a repressão e a resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil – a vontade de memória – e o papel dos educativos dos lugares de memória na construção de uma educação pelo “Nunca Mais”.

A vontade, no sentido posto, leva-nos a questionar: quem determina o que deve ser lembrado? Como as coisas devem ser lembradas? Por que pessoas e acontecimentos devem ser lembrados ou esquecidos?

Seguindo essa rota, é urgente localizarmos em que instante do desenvolvimento de nossa história lembrar ou esquecer o que foi a ditadura civil-militar no Brasil ganhou interesse. A hipótese levantada é que isso acontece no contexto da passagem da ditadura civil-militar para a chamada Nova República e está intimamente relacionada com o modelo de transição que alguns grupos impuseram como hegemônico no país.

Tomemos o ano de 1974, a entrada do General Ernesto Geisel na presidência e o anúncio em seu discurso de posse do início de um processo de “abertura lenta, segura e gradual”. Os grupos políticos associados ao governo desde 1964 decidiam, tragados a partir desse momento pela crise econômica do “Milagre” e pelas fissuras dentro do próprio sistema político, deixar a centralidade do palco político, mas no tempo e da forma que melhor lhes coubessem.

Havia um cenário externo em mudança que anunciava o início de uma distensão no jogo bipolar da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que as crises do petróleo dos anos 70 provocavam uma recessão econômica em escala planetária. Essa crise estrutural escancarava as fragilidades do modelo de desenvolvimento brasileiro que combinava autoritarismo e centralismo político com grande volume de

investimentos estatais (particularmente na indústria de base e bélica e obras de infraestrutura), parceria com o grande capital privado nacional (tanto do setor tradicional do agronegócio quanto da indústria, serviços e setor financeiro) e a reabertura das portas para os investimentos estrangeiros (indiretamente na forma de empréstimos e numa nova geração de transnacionais). Esse modelo do automeado “Milagre Econômico” provocou crescimento rápido e acelerado – que não foi acompanhado de redistribuição de renda, mas alimentou as ilusões de ascensão da classe média e encheu os cofres de vários setores das elites econômicas – mas flagrava uma dependência externa. Quando a crise se anuncia lá fora, a partir de 1974, a queda nos investimentos, o desemprego e a inflação batem no grande pilar de sustentação da ditadura.

Por outro lado, a longa permanência dos quadros militares no controle do Estado, de sua burocracia e, sobretudo, dos porões da repressão política começava a gerar problemas que poderiam abalar princípios fundamentais para a instituição militar, como o respeito à hierarquia e à disciplina. O surgimento de subgrupos dentro das Forças Armadas ligados a ações de terrorismo entre o final dos anos 70 e o início dos 80 é um sinal de alerta importante (Schwarcz, 2018, p. 467)²⁰.

É exatamente nesse contexto que os grupos associados à ditadura começam a discutir uma fórmula capaz de tirar os militares do comando, recuperar algumas práticas políticas ligadas à democracia (pluripartidarismo, eleições diretas para os cargos dos Executivos municipal e estadual, fim da censura), no entanto sem ter de perder o controle, sem permitir que forças de centro, centro-esquerda e, muito menos, esquerda pudessem ganhar hegemonia. Deveria ser uma transição negociada, feita pelo alto, sem participação de toda a sociedade, gradual para não provocar rupturas, lenta para não sair do controle, segura para não permitir revanchismos ou punição das ações de repressão há muito tempo denunciadas, aqui dentro, pelo canais alternativos possíveis e, lá fora, por organismos internacionais de luta pela preservação de direitos básicos – como a Anistia Internacional, Organização dos Estados Americanos e a própria Organização das Nações Unidas, cuja Carta de fundação levou à assinatura de adesão inclusive do Brasil.

²⁰ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar*. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

Será esse caldo que explicará o modelo de Lei de Anistia promulgada no Brasil em agosto de 1979, já no governo do General João Figueiredo – que governará de forma truculenta e grosseira os últimos anos (2018, pp. 471-478). Inspirado na experiência espanhola negociada pelo alto, na passagem da ditadura franquista entre 1975-1976, mas também na própria experiência brasileira de anistia autoconcedida no final da ditadura do Estado Novo de Vargas (1937-1945), esses grupos hegemônicos instauram o caminho para a impunidade e, assim, para a imposição do esquecimento. O cenário que se seguirá respeitará esse pacto de transição: os últimos Atos Institucionais são revogados, novos partidos políticos passam a existir, a oposição – encabeçada sobretudo pelo PMDB – ganha mais espaço nas eleições legislativas e do Executivo em vários níveis, a Campanha por eleições diretas para presidente da República é abortada em 1984 e, finalmente, um Colégio Eleitoral, pela última vez, elege a dobradinha Tancredo Neves – José Sarney. Nenhum militar ou civil que tenha direta ou indiretamente participado da ditadura com cargo de comando ou não será punido. Como apagar da memória coletiva esse tipo de perdão?²¹

Entendemos ter sido exatamente nesse contexto de transe coletivo nacional, ancorado na euforia da redemocratização, o marco da Nova República a partir de 1985, quando antigos atores sociais voltam para o cenário e podem construir novos instrumentos de hegemonia, em que o esforço de anistia é transformado em esforço de apagamento, de amnésia histórica.

A historiadora brasileira Júlia Cerqueira Gumieri, em sua dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, em 2016²², estudou com particular cuidado o processo de transição – qualificada como pactuada, já que conduzida e dosada pelo próprio governo militar entre 1974-1985. Sua preocupação central foi localizar o debate pelo Direito à Memória e à Verdade como resposta da sociedade brasileira, já em tempos de Nova República redemocratizada, aos crimes cometidos pelo Estado na ditadura civil-militar. A autora enxerga, já no processo de desmonte, nos governos Ernesto

²¹ O debate sobre o processo de transição pactuada e anistia negociada foi e é intenso, tanto no campo político, quanto acadêmico. Entre as muitas indicações possíveis, destacamos: TELES, Janaína (Org.). Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

²² GUMIERI, Julia Cerqueira. A construção possível. Inclusão e revisão do Direito à Memória e à Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História: Universidade de São Paulo, 2016.

Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), a mão pesada de vários atores políticos em favor de um apagamento, de um esquecimento histórico e coletivo. Sobre a Lei de Anistia, assinada em 28 de agosto de 1979, avalia a autora:

Os Comitês (de Anistia) se propuseram à tarefa permanente de denúncias das violações dos direitos humanos, à luta pelos esclarecimentos das mortes e desaparecidos políticos, ao levantamento da situação dos exilados e à defesa dos presos políticos, incluindo a demanda por responsabilização do Estado e dos agentes da repressão, a necessidade de articulação com demais setores de oposição por liberdades democráticas. (...) A lei aprovada no início do governo do último ditador, João Figueiredo, estabeleceu, no entanto, basicamente, os termos almejados pelo governo: a pacificação e o esquecimento favorável aos integrantes do aparato repressivo. (...) ‘O perdão aos torturadores’ selou o pacto da transição ao garantir que, superada a ditadura, os que a implantaram e a conduziram não seriam punidos (Gumieri, 2016, p. 16).

Não é escopo da análise desenvolvida aqui fazer uma história comparativa, mas é urgente, pelo menos, registrar que essa via não era a única historicamente possível. Não houve aqui nenhum determinismo – só daria para fazer desse jeito –, assim como não há em outros momentos de qualquer história, de qualquer povo, sociedade ou nação. Existiam várias possibilidades, uma se impôs – pelo jogo das negociações políticas – como vencedora.

Sobre essa perspectiva de entendimento da História, talvez seja interessante buscarmos a ajuda da historiadora inglesa, radicada desde o pós-Segunda Guerra nos EUA, Susan Suleiman, em seu último escrito publicado *Crises de Memória e a Segunda Guerra Mundial*²³. A pesquisadora dedica um capítulo especial para discutir o esforço no pós-1945, em vários países da Europa, em lidar com o trauma do horror da guerra diferenciado de outros, ao tonalizar em escala gigante e dentro do continente visto como berço da civilização ocidental e das liberdades democráticas, tornado bandeira da sociedade burguesa desde o final do século XVII com a Revolução Gloriosa, uma máquina de massacrar, exterminar os “outros” (judeus, ciganos, deficientes físicos e mentais, anarquistas, socialistas, sindicalistas, social-democratas). Por máquina entende-se, inclusive, o desenvolvimento de várias ciências, técnicas e tecnologias que contou não somente com a anuência de uma

²³ SULEIMAN, Susan Rubin. *Crises de Memória e a Segunda Guerra Mundial*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2019.

comunidade de acadêmicos, médicos, engenheiros e ideólogos dos fascismos, mas essencial e fundamentalmente com a complacência de grande parte da sociedade civil. Pelo apoio direto, colaboracionismo ou silêncio, a sociedade europeia era cúmplice dos dirigentes. Como suportar o peso dessa culpa ao final dos combates e com a derrota do projeto fascista?

Suleiman aponta que a discussão na Alemanha foi mais fácil do que na França, objeto principal da comparação traçada entre os vários projetos de anistia. Para os franceses, pátria do Iluminismo e da grande revolução burguesa que inaugura a contemporaneidade, a anistia ganhava um contorno especial. Como punir, quem punir, quantos punir pelos crimes da Segunda Guerra num país cooptado quase na totalidade pela prática da colaboração escancarada com o invasor alemão nazista? Como alegar que essa sociedade não soubesse o que estava acontecendo, desconhecesse a perseguição aos judeus, se na sua própria trajetória histórica existe a marca do antissemitismo. Não temos espaço para aprofundar, mas a autora preocupa-se em lembrar o impacto do caso Dreyfus, na França do final do século XIX.

No capítulo 9 de sua obra, Suleiman discute o tratamento dado à anistia em alguns países. Recuperando Paul Ricoeur²⁴, a historiadora inglesa apresenta-nos a seguinte questão:

Será que o perdão é um pré-requisito ou complemento necessário para se esquecer uma ofensa ou um crime, cometidos individualmente ou em grupo? Algumas ações seriam imperdoáveis e, portanto, inesquecíveis, pelo menos para aqueles que sofreram suas consequências? E mesmo se o perdão fosse possível, dever-se-ia resistir ao esquecimento em nome da memória histórica? (...) Ricoeur reflete sobre a relação entre outro par linguístico, a amnésia e a anistia. Em certo sentido, este par é simplesmente uma reescrita do primeiro em termos jurídicos e coletivos, mais do que éticos e individuais, porém, a substituição de 'amnésia' por 'esquecimento' introduz uma nova negativa. O esquecimento é humano, mas a amnésia é uma doença – ou ainda pior, um alibi. Tais questões podem então ser formuladas da seguinte maneira: se o esquecimento é salutar e inevitável, tanto em termos individuais como coletivos, sobre quais condições ele se tornaria uma amnésia repreensível (...), sob quais circunstâncias ele se transformaria numa 'caricatura do perdão', numa anistia remendada? (2019, pp. 285-286).

No caso francês, não somente falou-se em anistiar, como se decretou o silêncio. Os colaboradores não poderiam ser nomeados, os franco-nazistas não

²⁴ RICOEUR, Paul. A Memória, a História e o Esquecimento. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

poderiam ser apontados sequer nos boletins, na imprensa ou nos livros de História. Ou seja, era imposto como política de Estado o esquecimento, a amnésia coletiva em favor da reconstrução nacional rápida e sem fraturas. Suleiman vai acompanhar as reações da sociedade ao impedimento da memória e como isso obrigou a França a recuar e pensar outros caminhos que são percorridos até hoje. Ela também compara o caso francês com, por exemplo, o pós-ditaduras civis-militares no Chile (1973-1990) e Argentina (1976-1983) que avançam na punição, inclusive, de oficiais graduados (no caso argentino, dois generais-presidentes são levados à prisão) e, o caso mais interessante de anistia, que marcou a transição do apartheid para a democracia na África do Sul, a partir de 1994 (2019, pp. 283-284).

O estudo de Susan Suleiman ajuda-nos a entender que existem várias possibilidades históricas para lidar com a reconstrução política, econômica e social de nações e sociedade pós grandes traumas coletivos. Cada sociedade, no seu tempo histórico, dentro de uma determinada correlação de forças políticas, do embate pela hegemonia, negocia ou impõe um caminho que pode levar à extinção da memória de um delito (2019, p. 287) e, portanto, comprometer toda a elaboração da memória histórica, da memória coletiva. Na hipótese aqui levantada, o tipo de transição negociada no Brasil procurou impor uma narrativa que apagava os feitos e malfeitos da ditadura civil-militar e, assim, criar todos os obstáculos possíveis para o mapeamento, simbólico e físico, de seus Lugares de Memória.

O que passaremos a discutir nessa segunda parte do capítulo procura exatamente comprovar como a dinâmica da sociedade pode imprimir um ritmo que foge ao controle de quem se pretende dono do jogo histórico.

O Memorial da Resistência de São Paulo é conhecido na cidade e no universo dos Lugares de Memória do período da ditadura civil-militar por dois símbolos: o logotipo que remete ao gradil da janela e da porta das celas onde presas e presos políticos eram confinados e um cravo vermelho, solitariamente depositado numa garrafa pequena e transparente iluminada por um único foco de luz no centro da cela número 4, última do corredor, que preserva o cárcere do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), braço legalizado da repressão política no país, naquele período.

O DOPS foi criado em 1924 sob as ordens do penúltimo presidente da Primeira República (Arthur Bernardes governou entre 1922 e 1926), com o intuito de garantir a ordem reprimindo os movimentos sociais e políticos que marcaram a década de 20 e

toda a crise que antecedeu a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Já tinha um caráter híbrido à época combatendo as greves operárias e rebeliões tenentistas e, ao mesmo tempo, a prostituição, as manifestações culturais de matriz afrodescendente e as comunidades imigrantes por não se enquadrarem no perfil da ordem e dos bons costumes.

A ditadura de orientação extremista de direita que Vargas comanda entre 1937 e 1945 (autoproclamada “Estado Novo”, nomenclatura designatória da ditadura salazarista em Portugal desde 1932), exatamente no contexto de consolidação dos fascismos na Europa e da Segunda Guerra Mundial, revitaliza e amplia a atuação do Departamento, consolida sua função como instrumento de violência do Estado, incrementa suas atuações na espionagem, perseguição, controle da sociedade. Ao lado da aparelhagem de censura e da máquina de propaganda comandada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Estado Novo de Vargas consolidava o controle estatal sobre a sociedade, organizada ou não²⁵.

Foi nesse momento específico que o prédio da Luz foi ocupado pelo DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, subordinado a cada estado e, assim, ligado à Polícia Civil). Construído e projetado pelos escritórios Ramos de Azevedo entre 1906 e 1914, sua função original era dar espaço para os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, no auge da expansão da economia cafeeira que sustentou a República das Oligarquias (1894-1930). Como salvaguarda da polícia de repressão o endereço será usado entre 1942 e 1983.

Quando a ditadura civil-militar é instaurada em 1964, portanto, não começa do zero. Mapeia e reaproveita toda experiência anterior, incluindo a expertise de investigadores e delegados – como foi o caso dos conhecidos nomes de Felinto Muller e de Sérgio Paranhos Fleury. Nos novos tempos de bipolarização do pós-1945, coloca ao lado de militantes do movimento negro, indígenas, homossexuais, feministas, estudantes, artistas, prostitutas, lideranças sociais, os agentes de uma esquerda já

²⁵ Para aprofundar a discussão sobre as permanências das políticas de violência do Estado, podemos nos valer de duas indicações recentes que passaram pelas mãos da historiadora e editora Lilian M. Schwarcz: “Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno”, capítulo de *Brasil, uma biografia*, obra aqui já citada (SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar*. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2018, pp. 351-385) e, “Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente”, conclusão da obra *Sobre o autoritarismo brasileiro* (SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 223-237).

conhecida (sindicatos, PCB, PSB) e outros frutos daquele momento (guerrilheiros urbanos e rurais, Ligas Camponesas, religiosos e leigos da Teologia da Libertação).

Reparemos que ele não foi desativado no período curto de democracia vivido pelo país entre a queda de Vargas em 1945 e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, mantendo sua atuação na repressão dos delitos e crimes de costumes, como a prostituição. Notemos também que ele se arrasta ativamente até quase o último instante da ditadura militar. Em 1983, finalmente, o DOPS-SP é desativado, mas continua sob a curadoria da Secretaria de Segurança, funcionando como Departamento da Polícia do Consumidor (DECON).

Naquele contexto de desmonte, muitos setores da sociedade civil sabiam do perigo real de que documentos sumissem e o próprio prédio fosse adulterado num esforço de apagamento das ações dos governos anteriores. Sob pressão e no calor dos acontecimentos do final da ditadura, os arquivos do DOPS foram transferidos para a Secretaria de Estado da Cultura, disponibilizados para consulta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos – ação que alimenta até hoje processos individuais e das Comissões da Verdade – e, a partir de 1994, ficam liberados para consulta pública geral, dentro de um projeto desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado e da Universidade de São Paulo.

Foi um passo importante para que o prédio passasse para a curadoria da Secretaria de Cultura (saindo do controle da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo). Em 1999, o espaço é tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e imediatamente é ocupado por duas ações culturais importantes: a peça teatral “Lembrar é Resistir” (sentença que vemos até hoje inscrita na parede da sala de entrada do Memorial) e a exposição “Anistia 20 anos”. Vamos ressaltar mais adiante o quanto essas ações culturais e educativas foram e são fundamentais para demarcar território simbólico e fortalecer processos de ocupação, pedidos de tombamento, laudos periciais que fundamentam a regulamentação e reconhecimento de alguns Lugares de Memória do período. A peça e a exposição de 1999 tiveram esse papel também.

Em 2002, último ano do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, com Geraldo Alckimin no governo do estado de São Paulo e Marta Suplicy na prefeitura da capital, nascia o seu primeiro projeto museológico: o Memorial da Liberdade (originalmente pensado como Memorial do Cárcere) e, no mesmo espaço, o Museu

do Imaginário do Povo Brasileiro que só em 2004 passaria para a Estação Pinacoteca (a Pinacoteca é hoje curadora e abriga o Memorial da Resistência).

Fizemos esse percurso para ressaltar o esforço oficial, obviamente atendendo a uma demanda de determinados setores políticos, empresariais, sociais de apagamento da atuação política da ditadura. Não podendo implodir aquele prédio, pretendiam impor a ele um outro significado. O prédio já fora tombado, não obstante, uma nova memória simbólica poderia ser imposta. Criar um Memorial da Liberdade poderia dispersar a marca da repressão. Ali fora um dos endereços de prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Ali, formas de resistência cotidianas foram forjadas para denunciar o estado de exceção e seus agentes públicos. Para lá, foram encaminhados e ficaram confinados estudantes, operários, membros do clero católico, políticos, jornalistas, artistas vistos como inimigos do Estado por seus atos e/ou ideias.

Em 2005, o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos (organização que será o berço do Núcleo de Preservação da Memória Política, o Núcleo Memória) e outras entidades sociais pressionam pela ocupação do edifício. Em 2008, finalmente, numa cerimônia pública, marca-se o início da implantação do Memorial da Resistência que foi inaugurado no ano seguinte. Ainda ganharia em 2016 o espaço expositivo do terceiro andar para temáticas temporárias e, em 2018, ainda no térreo, toda uma sala dedicada aos Lugares de Memórias com mapeamento, levantamento histórico, testemunhos em vídeo – resultantes do Programa de Coleta de Testemunhos descrito no Programa do Memorial.²⁶

A pressa e o esforço dos ex-presos, ex-presas e familiares de mortos e desaparecidos não eram sem motivos. Enquanto o tempo passava, corria-se o risco de ver apagada a história daquele lugar. Tanto as reutilizações do prédio – como entre 1983 e 1997, quando do funcionamento do DECON – quanto pela ação do tempo com infiltrações tomando paredes, corrosão de colunas e, o que era mais perigoso, pelo apagamento intencional dos rastros históricos do espaço. Quando em 2008 nasce o Memorial da Resistência e o “da Liberdade” é sepultado, celas já haviam sido destruídas, as paredes recapeadas e pintadas, louças sanitárias arrancadas numa tentativa de embelezar, higienizar, edulcorar uma memória difícil. Sobraram as grades das janelas e das portas, hoje logotipo do Memorial. Símbolo de resistência, sem

²⁶ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Apresentação e Metodologia do Programa Lugares da Memória. São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, 2016.

dúvida, da luta contra a ditadura civil-militar e contra a tentativa de apagamento que impera na transição da ditadura para a Nova República no Brasil.

Mas era uma memória difícil para quem? A quem interessava o apagamento? A quem interessava o esquecer e a anulação da Memória? – perguntas que nos colocamos desde o início dessa pesquisa.

Passemos ao cravo da cela 4 do Memorial da Resistência e aproveitamos para render homenagem à Elza Lobo²⁷, protagonista dessa história e uma das assíduas colaboradoras com um dos trabalhos do educativo do Memorial que são as “Rodas de Conversa”, sobre as quais voltaremos a comentar. Elza Lobo foi presa em 10 de novembro de 1969 pela Operação Bandeirantes (OBAN), passou semanas de interrogatórios e torturas no DOI-Codi e depois foi transferida para o DOPS. No prédio da Luz, ocupou a “cela do fundão” onde ficavam agrupadas as mulheres confinadas. Em entrevista para a implantação do Memorial da Resistência, Elza Lobo relata:

Eu acho que temos dois momentos muito fortes que são o do Natal e do Ano Novo. Eu me lembro que, para o Natal, pedi à minha família que trouxesse um bolo e flores para que eu pudesse repartir entre os companheiros. E isso foi muito forte! A minha mãe trouxe um ramo enorme de cravos vermelhos e, quando eu desci para a cela, eu fui distribuindo os cravos e isso foi muito marcante. Porque uma coisa é você receber um pedaço de bolo, mas outra é você ver a natureza viva outra vez dentro da cela, né? E isso então marcou a todos os companheiros, todos sempre se lembram muito dessa cena (Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018, p. 45)²⁸

Sob a curadoria da Pinacoteca do Estado, o Memorial (Figura 1) começa a ser pensado aproveitando os cacos da história possível que sobrou. As celas sobreviventes foram, então, sob projeto museológico, restauradas no que era materialmente possível fazê-lo.

²⁷ Elza Ferreira Lobo era paulista, nasceu em 1937 e estudou na PUC-SP. Quando já trabalhava como funcionária pública, ingressa na militância da Ação Popular – grupo de oposição católica – e é presa em 1969. Vai cumprir pena entre 1970 e 1971, quando vai para o exílio e de fora do país ajuda a denunciar os crimes da ditadura. Só voltou com a Lei de Anistia, em 1979. Em 2009, ajuda a fundar o Núcleo Memória e foi presença constante em atividades educativas como o Sábado Resistente (parceria do Núcleo com o Memorial) e as Rodas de Conversa (pensadas e coordenadas pelo educativo do Memorial da Resistência). Elza Ferreira Lobo faleceu em 24 de fevereiro de 2024, quando esse escrito estava sendo elaborado.

²⁸ Podemos buscar esse testemunho em vídeo no site do Memorial da Resistência na seção de Coleta de Testemunhos e num programa desenvolvido pelo educativo do Memorial chamado “EducAtivoResponde” que pode ser acessado também no YouTube.

Figura 1. Folder de divulgação do Memorial da Resistência



Fonte: Material distribuído ao público pelo Memorial da Resistência de São Paulo (Arquivo pessoal).

Os ex-presos são convidados a contribuir com sua memória, sua experiência naquele lugar. O trajeto que fizeram está registrado em texto e fotos na cela 1. Uma das celas recria cenograficamente o mais perto possível de uma cela original, incluindo inscrições nas paredes que foram removidas na pressa higienista do projeto anterior e que foram reinscritas a partir das lembranças dos sobreviventes. Na cela 4, final do corredor, sobrevive o cravo vermelho junto com a projeção em looping de

vários testemunhos de quem passou por aquele lugar. O cravo, assim, materializa um grande esforço de combate ao apagamento. Um símbolo da “vontade de memória”, definida por Pierre Nora, dessa geração de brasileiras e brasileiros que se empenham em educar para a democracia as novas gerações.

Pierre Nora oferece-nos vários indicadores importantes para cercarmos mais de perto o particular aspecto de pesquisa trabalhado nesse capítulo. Ficamos, por exemplo, intrigados em entender em que momento da História do Brasil o debate sobre os Lugares de Memória tomou grandeza acadêmica, mas, sobretudo, grandeza política.

Janice Gonçalves, doutora em História Social e professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, oferece-nos num artigo de 2012²⁹ uma avaliação apurada do contexto de produção de Nora. Segundo a autora, o historiador francês estava especialmente preocupado, no início dos anos 90, com um ambiente hiperinflacionado de comemorações na França – mas, também em outras partes do mundo – não no mesmo tom que o ocidente conhecia desde o século XIX, carregado de um nacionalismo que se arrastou até o fim das guerras mundiais do XX. Naquela década de 90, a França passava por múltiplos e diversos eventos como que para fazer frente a um momento de aceleração da História. Era quase uma resposta ao mal-estar deixado pela perda de posição econômica e geopolítica e por novos embates sociais e políticos.

Para Nora, esse conjunto de mudanças teria colocado em crise, de forma dolorosa, a própria identidade nacional francesa; por isso a necessidade de buscar os lugares onde ela pulsava ou ainda persistia, ao menos como memória (ou, como afirmou Nora no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”: os “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” – NORA, 1993: p. 7 – Nota e destaques da autora) (Gonçalves, 2012, p. 31).

Lugares que assumem dimensões diferentes de acordo com sua apresentação (funcional, material e simbólica), que não podem ser reduzidos à sua face monumental, mas que também encurtam as distâncias entre memória e patrimônio. “Memória: não a lembrança, mas a economia geral e a administração do passado no

²⁹ GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Revista História, Rio Grande, n. 3, pp. 27-46, 2012.

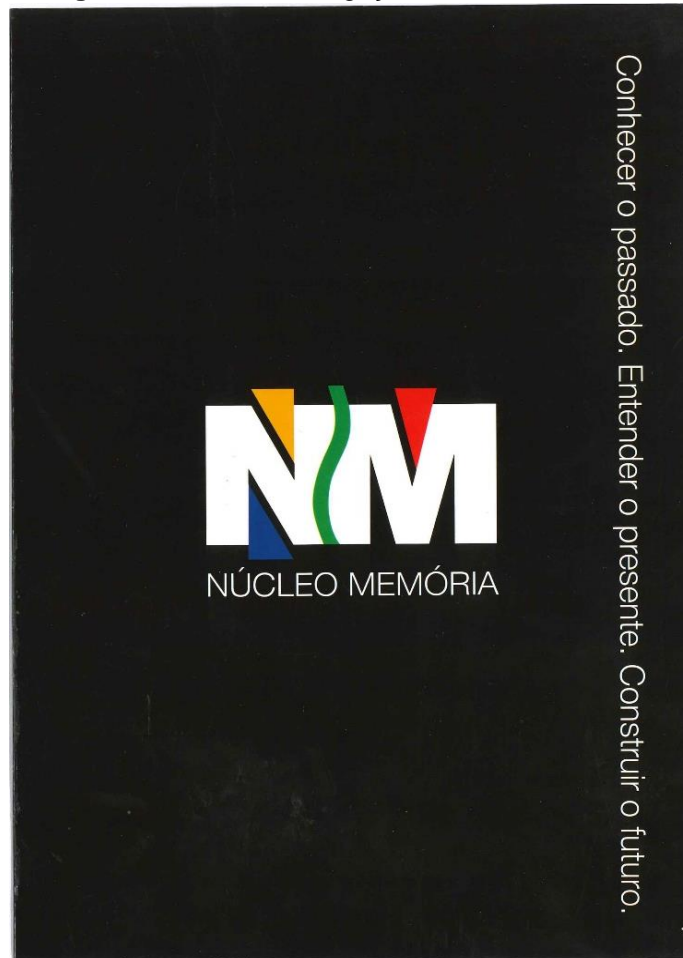
presente.” (1993, p. 35). Se o gatilho está no presente e não no fato passado por si só, adverte Nora, para administrá-lo é preciso ter *vontade de memória*.

Voltemos ao nosso tema. Seria possível dizer que o que moveu o debate no Brasil sobre Lugares de Memória tenha seguido o mesmo espírito do tempo francês de Pierre Nora? A nossa vontade de memória que deu berço e batismo ao Memorial da Liberdade, rapidamente renomeado da Resistência, talvez guarde particularidades, assim como a criação dos educativos de alguns desses Lugares faça parte de uma outra camada de intenção de memória.

Quando buscamos uma linha do tempo que mapeie os Lugares, a resposta parece mais clara. Vejamos. O Memorial da Resistência de São Paulo foi inaugurado em 2009, depois de uma longa disputa pelo controle do espaço, que data dos anos 90. O tombamento do prédio que abrigou o DOI-Codi teve o processo aberto em 2010 e foi aprovado em 2014 pelo CONDEPHAAT. Recentemente passou para a curadoria da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo que, em 2022, iniciou as reformas necessárias para transformá-lo num local aberto regularmente à visitação pública.

O Memorial da Luta pela Justiça, terceiro espaço aqui destacado, exhibe hoje uma situação intermediária. O prédio que sediou a Auditoria Militar e pertencia à União foi cedido à Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo em 2010 e hoje passa pelas reformas físicas necessárias com previsão de abertura para visitação em 2025. O próprio Núcleo de Preservação de Memória Política, entidade que nasce do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, foi criado em 2001 e transformado em entidade autônoma em 2009. Parte da atuação do Núcleo Memória está ligada à criação dos três centros aqui pesquisados e que estão diretamente relacionados ao debate sobre Lugares de Memória.

Figura 2. Folder de divulgação do Núcleo Memória



Fonte: Material distribuído ao público pelo Núcleo Memória (Arquivo pessoal).

Se seguirmos os passos de Pierre Nora, percebemos no Brasil um hiato de uma década comparando com a França. Sabemos que a Ditadura Civil-Militar representou um corte em vários níveis na construção da História do Brasil e se arrastou por um longo tempo. Enquanto Pierre Nora começava os trabalhos para organizar *Les Lieux de Mémoire* (1984-1992), o Brasil assistia a uma queda de braço entre os grupos civis e militares que tentavam retardar ao máximo a volta à democracia plena e a parcela da sociedade que forçava o passo desde a abertura lenta do General Geisel (1974-1979), passando pela Lei de Anistia (1979), pelo pluripartidarismo (1980), pela Campanha das Diretas Já (1984) e, finalmente, as eleições indiretas que marcam a chegada da Nova República (1985). Devemos acrescentar os efeitos da crise econômica que marcam os últimos anos da ditadura e é herdada pelos governos civis seguintes, além do fator absolutamente deletério sobre

o modelo de transição negociado pelo Brasil, marcando uma passagem feita pelo alto, sem balanço histórico, sem julgamento de crimes contra os Direitos Humanos, sem condenação de abusos e arbítrios.

Não por acaso, organismos e grupos da sociedade civil envolvidos desde sempre na denúncia das torturas, prisões, mortes e que ganharam palco privilegiado na luta pela Anistia a partir de 1974, correm para impedir o apagamento material, físico dos Lugares relacionados à repressão e à resistência à ditadura, sob pena de perder os registros da memória desse período na História do Brasil. Foi nesse caldo político, histórico, que o debate se estabelece no Brasil. Percebemos, então, num sentido diferente daquele que movera Pierre Nora e outros acadêmicos e teóricos de seu tempo na França, que o Brasil tinha pressa, sob pena de assistir inerte à destruição das provas de um tempo que alguns agentes históricos não queriam mais lembrado, anunciado. A vontade de memória, no nosso caso, insurge-se contra uma lei do silêncio que pretendia o apagamento da ditadura.

Usemos como recurso de análise desse esforço de vontade, o histórico e a intenção de “educar para a democracia” presente em parte da documentação desses três memoriais.

O educativo do Memorial da Resistência, como já foi registrado antes, é o mais antigo, organizado e formatado dentre aqueles analisados por essa pesquisa. Serve de suporte e divide experiência com o pessoal mobilizado na organização das ações educativas do Memorial da Luta pela Justiça e do DOI-Codi Tutoia.

O Projeto Museológico elaborado em 2007, quando da ocupação do espaço do Memorial da Liberdade, foi uma exigência da Pinacoteca do Estado de São Paulo e ficou sob a responsabilidade de um grupo interdisciplinar. Vejamos o que aponta o documento:

Esse Programa tem como objetivo expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência por meio da identificação, inventário, comunicação e sinalização dos Lugares de Memória da resistência e da repressão políticas do Estado de São Paulo. Acreditamos que o (re)conhecimento desses lugares pode ser um importante instrumento de educação para a cidadania, uma vez que pode colaborar na educação do olhar para esses lugares e aproximar os fatos que ocorreram no passado com as permanências no presente. O Programa é desenvolvido de forma articulada com os demais – Coleta Regular de Testemunhos, Ação Educativa e Ação Cultural visando à colaboração entre os mesmos (Memorial da Resistência, 2016, p. 2).

Interessante constatar no documento – e o mesmo quesito se repetirá no processo de formação dos dois outros espaços – o esforço de pensar a educação do público voltada para a prática democrática. Num de seus materiais de divulgação mais recentes, o Memorial se apresenta como o

maior museu de história dedicado à memória política das resistências e da luta pela democracia, e tem como missão a valorização da cidadania, da pesquisa e da educação a partir de uma perspectiva plural e diversa sobre o passado, o presente e o futuro (Panfleto de divulgação, Memorial da Resistência de São Paulo, Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, 2023).

Alguém poderia aventar – e existe toda uma militância negacionista hoje para tanto – que as intenções podem não corresponder às ações. Importante, então, registrar que o Memorial recebe 85 mil visitantes por ano e coordenou desde sua fundação 10 edições do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos: Memória e Cidadania e 33 exposições temporárias com temas que dialogam com o seu Projeto. Levantou, mapeou e historicizou mais de 190 Lugares de Memória no Estado de São Paulo e é guardião de mais de 180 testemunhos gravados com ex-presas, ex-presos políticos e familiares no programa de Coleta Regular, fonte inesgotável de pesquisa em História Oral e hoje parte do acervo para pesquisa.

Ouvir e ver esse material gravado faz parte da estratégia das ações educativas presentes no próprio espaço do Memorial – como já falamos da cela 4 e no recente inaugurado salão dos Lugares de Memória, uma antessala para o espaço carcerário – como nas Rodas organizadas em visitas monitoradas e agendadas para os grupos maiores. Numa saída de estudos, por exemplo, uma escola pode colocar em seu roteiro a visita ao Memorial, contar com a monitoria de seus educadores e finalizar a visita conhecendo e conversando com um ex-presos ou ex-presas política que dividirá com o público visitante sua experiência na resistência à ditadura civil-militar.

Tomemos dessa vez como documento a publicação comemorativa dos 10 anos do Memorial, citado neste capítulo, que trata da “Ação Educativa em um Lugar de Memória”:

O Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência, balizado por uma metodologia que aborda os temas das memórias políticas e

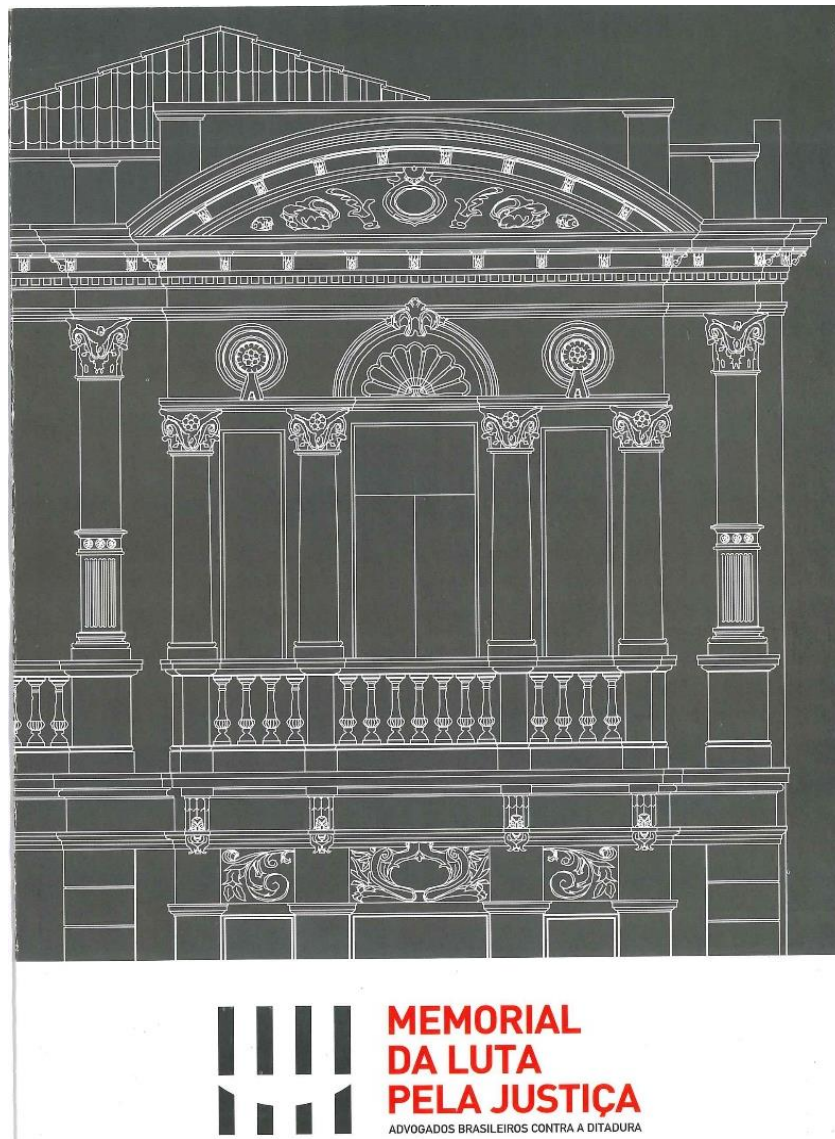
da luta pela cidadania, potencializa a experiência da instituição. Por meio desse Programa são oferecidas, continuamente, contação de histórias para crianças, formação de professores e educadores não formais, cursos em Direitos Humanos e outras atividades para todo o público, independente da faixa etária, e que atende as necessidades de inclusão e de cidadania nas mediações cotidianas. Toda essa dedicação só é possível devido à responsabilidade, dedicação, generosidade e empatia de cada um dos educadores que compõe (e compuseram) a equipe ao longo desses quase 10 anos. Todos esses educadores, num exercício permanente, desenvolvem suas práticas e se aprimoram para que sejam capazes de sensibilizar o público visitante para uma cultura de Direitos Humanos (Memorial da Resistência, 2018, p. 37).

Ressaltamos a preocupação com acessibilidade presente no programa “Memorial Para Todos” e que aparece tanto na maquete e legendas táteis quanto na possibilidade da monitoria em libras e atendimento de grupos especiais. Destaquemos, também, o que está anunciado no excerto acima: a preocupação de o educativo com vários tipos de público, escolares ou não, de idades e formações diferentes e, sobretudo, a preocupação do Memorial em se pensar integrado em sua região no mapa da cidade, localizado numa área vulnerável, marcada pela presença de outros tipos de violência que permeiam o cotidiano de grandes cidades como São Paulo.

Tendemos a compreender que o Memorial da Resistência não se constituiu somente como espaço museológico, mas, ele próprio, um Lugar de Memória preocupado com a educação de um público pensando num devir histórico. É a democracia futura que parece estar comprometida, se o trabalho educativo não for bem feito. Algo específico desse Memorial ou o mesmo compromisso podem se repetir. Vejamos.

O Memorial da Luta pela Justiça está localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1249, Bela Vista e a previsão é que esteja aberto ao grande público a partir de 2026. Hoje sob a curadoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política, no passado o casarão sediou a Auditoria Militar Federal de São Paulo (Figura 3).

Figura 3. Folder de divulgação do Memorial da Luta pela Justiça



Fonte: Material distribuído ao público pelo Memorial da Luta pela Justiça em atividade de visitação ao local antes do início das obras de restauro (Arquivo pessoal).

No relatório que fez parte do Projeto Básico de Arquitetura e Restauro do Memorial usado para justificar a constru o do futuro museu – por ser ele próprio um Lugar de Memória da mais recente ditadura vivida pelo Brasil – há todo um histórico que localiza a constru o do casarão sob encomenda do Sr. Augusto Pereira de Andrade, numa área até então residencial e nobre da cidade, em obra comandada pelo escritório de arquitetura de Giuseppe Sacchetti. Seus herdeiros vendem o imóvel ao governo federal em 1938 e nesse espaço passam, então, a funcionar as Auditorias Militares (Aeronáutica no térreo, Exército no primeiro piso e Marinha no segundo).

Originalmente, o local onde aconteciam julgamentos de casos de violação de regras e normas por militares das três armas em São Paulo, o espaço ganha nova envergadura com a ditadura civil-militar a partir de 1964:

Desde 1938, o sobrado da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio abrigava o Tribunal Militar – setor judiciário que ajuizava os crimes militares. A partir de meados da década de 60, contudo, classificada como primeira instância da Justiça Militar, a 2ª Auditoria Militar passou a receber acusações por meio dos inquéritos policiais e apreciar caso de civis apontados da prática de atividades subversivas pelos aparatos de repressão do governo militar. Naquelas salas, entre 1967 e 1978, ocorreu o maior número de julgamentos, período em que se deram as ações de maior repressão militar (Memorial da Luta pela Justiça. Projeto Básico de Arquitetura e Restauro, s/d, p. 58).

O documento aponta novamente a um aparelho estatal já existente e que marcava o cenário da cidade desde o Estado Novo de Vargas, mas é realinhado dessa vez para fazer frente às demandas dos governos autoritários entre 1964 e 1985. As brasileiras e os brasileiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional poderiam – segundo às novas atribuições dadas à Justiça Militar pelo Ato Institucional nº 2 de 1965 que fixava a abrangência de sua jurisprudência sobre civis – ser submetidos a julgamento com direito à toda cenografia exigida pelo ritual, inclusive advogado de defesa.

Trata-se de um outro aspecto muito curioso da ditadura à brasileira. Muito falamos do quanto de particular a experiência do Brasil engendrou, por exemplo, com a criação de um arcabouço em leis e normas de regramento, alternância no poder – tivemos cinco generais presidentes que cumpriram, pelo menos formalmente, seus mandatos, não um ditador que governou o país de 1964 a 1985, como no caso chileno –, um farto investimento na expansão da rede de ensino público, competente controle ideológico por meio da propaganda, retomada de um projeto de nacionalismo apaziguador, uniformizador, mas que também se acercou da cultura popular. Nesse rol de especificidades colocamos o ritual dos julgamentos que passaram pelos Tribunais Militares e produziram documentação oficial que foi obrigada a registrar, inclusive, as acusações de abusos, maus tratos e torturas denunciados pelos réus no momento do testemunho, como em qualquer tribunal.

Num panfleto de divulgação do Memorial da Luta pela Justiça, observa-se:

Os julgamentos buscavam dar ‘ares de legalidade’ aos inquiridos e processos forjados em prisões ilegais e confissões obtidas em sessões de torturas, que muitas vezes culminavam em assassinatos e desaparecimentos. Os julgamentos eram realizados por um Conselho de Justiça que era formado por três militares e um juiz civil. Muitas vezes as sentenças eram previamente determinadas e meramente encenadas como peças teatrais (Memorial da Luta pela Justiça, s/d).

O futuro Memorial da Luta pela Justiça procurará homenagear e dar destaque justamente para os advogados que representaram as presas e presos políticos e que, em condições tão restritas e adversas, fizeram o trabalho quixotesco de buscar uma absolvição ou de minorar penas e sequelas. Sabedores de suas limitações, tais profissionais da lei não tinham sala para falar com seus clientes, atendiam em pé, nos corredores, fazendo apontamentos onde fosse possível. Valiam-se inclusive das denúncias sobre tortura que eram feitas naquele tribunal para esclarecer os mecanismos autoritários das buscas, apreensões e prisões. Sabemos que os registros feitos nos autos desses processos viabilizarão, anos depois, o Projeto Brasil Nunca Mais. Talvez seja importante também registrar que alguns desses advogados e advogadas também foram alvo de prisões e torturas por simplesmente defender aqueles a quem se propuseram defender. Eram *personas non gratas* aos olhos do governo, fato comprovado em relatos como o abaixo, dado em entrevista pelo advogado Airton Soares³⁰ na Coleta de Testemunhos do Memorial da Resistência:

Quando a família nos dava a notícia de que um de seus entes tinha sido preso, então aí nós acionávamos imediatamente a Auditoria Militar, comunicando que tivemos conhecimento que fulano de tal está preso e pode ter sido levado pro DOPS ou pro DOI-Codi. E esta comunicação, esta simples comunicação ao juiz auditor de certa forma contribuía para que lá no processo de repressão, lá no processo de tortura, os torturadores dissessem: ‘Peraí, esse aí já se sabe formalmente que ele está preso...’ Então não sei de que forma isso podia influir, mas com certeza à medida que o auditor...E o auditor e os órgãos de repressão era uma coisa que tinham estreita ligação. Dizem que chegavam uma informação dessa Auditoria, imediatamente esses mecanismos DOPS e DOI-Codi eram informados: ‘Ó, advogado já foi representar lá na Auditoria que já sabem que o sujeito está aqui...’E aí não tenho dúvida que embora não deixassem de ser torturados havia um pouco mais de cuidado pra preservar a vida, não é? Dessa pessoa que havia nos procurado através da família

³⁰ Entrevista realizada para a Exposição Temporária “Advogados da Resistência. O direito em tempos de exceção”. Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo, SP. Entrevista concedida a Karina Alves Teixeira, em 09/11/2013.

(Programa Lugares de Memória. Auditoria da Justiça Militar, 2015, p. 2).

Com o fim da ditadura, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo e o Núcleo Memória passam a propor a ocupação do espaço para criar o Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros contra a Ditadura, visto assim como Lugar de Memória, luta e resistência. O Exército desocupa o imóvel em 2007 – que fora tombado em 2002 pelo CONPRESP e, em seguida, pelo CONDEPHAAT. O prédio que pertencia à União desde 1938 é transferido para os cuidados da OAB-SP em 2010,

Com essa iniciativa, que contou com o apoio do Ministério Público Federal, da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva e da Comissão da Verdade da OAB-SP, decidiu-se pela instalação do futuro Memorial da Luta pela Justiça nesse espaço, transformando-o em lugar destinado à educação em direitos humanos na cidade de São Paulo e à memória da luta pela justiça, pelo trabalho dos inúmeros advogados e advogadas dos presos políticos, que, apesar de todas as barreiras encontradas na Justiça Militar, empenharam-se em estratégias de luta contra as arbitrariedades do Estado (Memorial da Luta pela Justiça, s/d).

Chegamos no nosso propósito original. Antes mesmo do Memorial abrir-se para o público e para a pesquisa, a intenção de educar para a democracia e os direitos humanos já está posta. No projeto museológico que definiu o espaço estão previstas a coleta de testemunhos com advogados e ex-presos e presas – em andamento desde 2016, portanto, muito antes de abrir as portas – exposições permanentes e temporárias, atividades culturais, auditório para debates e conferências e, essencialmente, ações educativas.

Entre 2016 e 2017, ainda no processo de captação de recursos pela Lei Rouanet para começar a pensar a reforma que dará origem ao Memorial, a OAB-SP e o Núcleo Memória organizaram e mediaram visitas guiadas capazes de colocar em funcionamento o museu antes de ele existir como tal. Portanto, entendemos aqui que a educação foi um grande vetor do devir histórico e ancoradouro da vontade de memória que nos explica Pierre Nora.

Num outro documento que aqui usamos para entender esse processo e que registra os resultados da ocupação do prédio e implantação do Memorial, há o relato de várias atividades fotografadas e atestadas, o qual descreve:

Nas visitas, os mediadores compartilharam informações sobre a atuação da Justiça Militar no período ditatorial e como eram os ‘julgamentos’ aos qualificados como ‘inimigos do Estado’ nas três Auditorias Militares que funcionavam no prédio. Em um percurso, que se inicia reproduzindo a trajetória dos réus, é mostrado onde os presos eram mantidos e por meio de relatos de ex-presos políticos compartilhados na visita é possível conhecer como era o aparato de segurança no local. A partir de pesquisas e relatos de advogados, também são apresentadas informações sobre as três auditorias, seu funcionamento, especificidades e outras referências da luta pela justiça empreendida no local durante a ditadura (Núcleo Memória, 2017, p. 133).³¹

Observamos um senso de profunda realidade com o passado, mas, sobretudo, com o futuro. Voltamos às considerações feitas sobre o contexto brasileiro em diálogo com aquele da França, que levou Nora e outros pesquisadores ao projeto Lugares de Memória. No caso brasileiro, havia uma preocupação que o tempo e o surgimento de discursos negacionistas fossem capazes de silenciar essas memórias. “Lembrar” como ação essencial para a construção política de uma sociedade empenhada na luta pela Justiça, Memória e Verdade. Essa construção está no coração dos educativos desses Lugares de Memória. Ainda no documento:

A ação educativa em sítios de memória, como o futuro Memorial da Luta pela Justiça, precisa compreender a educação em direitos humanos como metodologia para intermediar um processo questionador e crítico do passado ditatorial. Entende-se necessária uma educação para a indagação, isto é, para o porquê, visando a uma ressignificação das memórias e histórias compartilhadas. A práxis pedagógica da Educação em Direitos Humanos deve, portanto, levar em consideração esse tripé da ação em Direitos Humanos, o fato de que as questões envolvem sua violação são: indivisíveis, interdependentes e indissociáveis. Deve-se ainda levar em consideração que ela possui um forte caráter preventivo, que se expressa em três dimensões fundamentais. A primeira é a de ser uma ‘educação para o nunca mais’, isto é, para que práticas que violam os direitos humanos sejam explicitadas e não se repitam ou se perpetuem na sociedade (...)” (Núcleo Memória, 2017, pp. 135-136).

³¹ Para conhecer mais, ver os registros em fotos, conhecer o histórico do lugar, ler: Memorial da Luta Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação. Núcleo Memória, São Paulo: Expressão Popular, 2017.

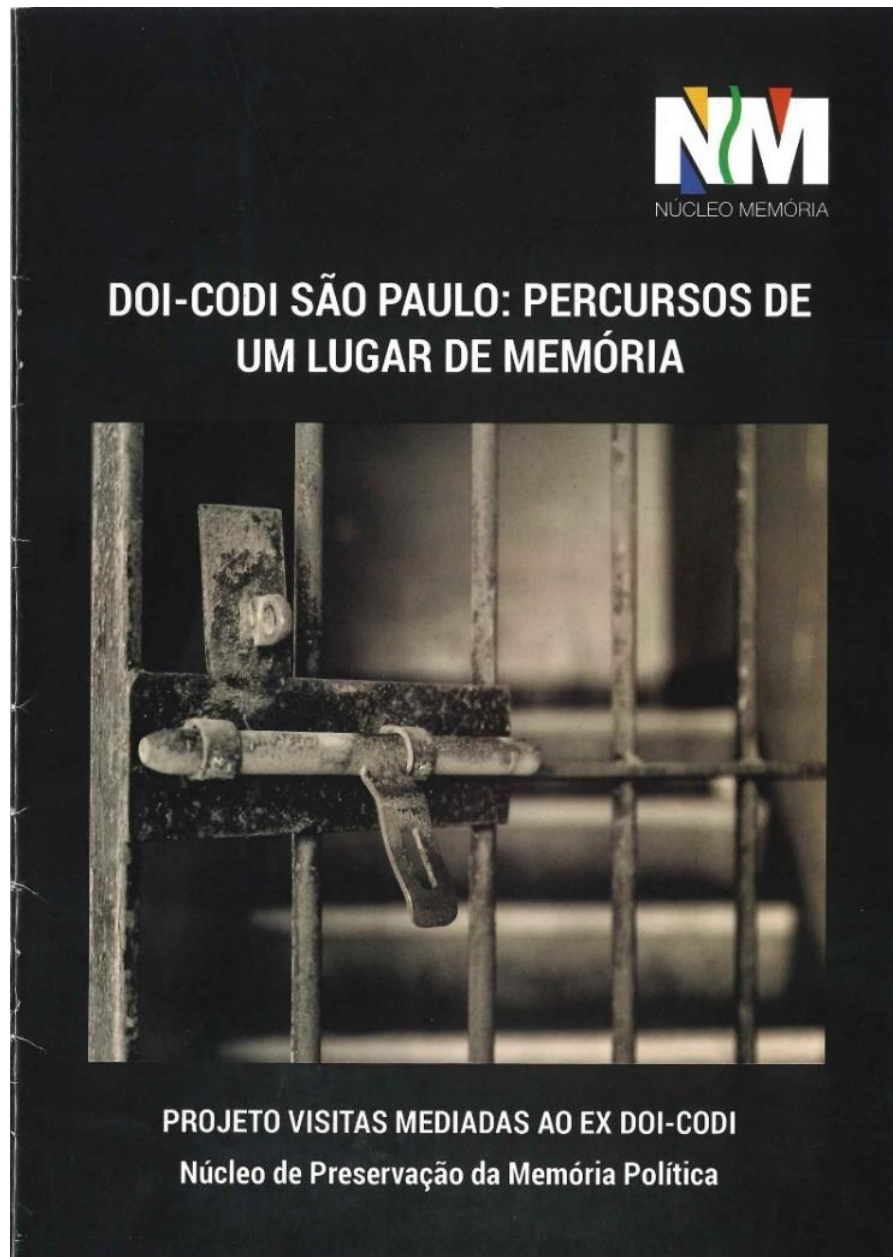
O cuidado apontado no documento é o mesmo que atesta as práticas do educativo do Memorial da Resistência com maior fôlego e tempo de estrada e irá aparecer também no Memorial DOI-Codi, que passamos agora a descrever e tentar entender.

No conjunto de edifícios situado na Rua Tutoia, 921, bairro do Paraíso, já existia uma delegacia da polícia civil – a 36ª Delegacia de Polícia da Vila Mariana ainda em funcionamento – quando, em 1970, também passa a sediar, como política de segurança pública nacional, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

No panfleto de divulgação desse terceiro Lugar de Memória aqui estudado (Figura 4), o interesse está longe de seu valor arquitetônico, mas muito grudado ao valor simbólico de enfrentar a possibilidade de apagamento dos crimes de Estado cometidos pela ditadura com clara participação, apoio e financiamento de uma parcela da sociedade, especialmente, nesse caso, do empresariado paulista. Vejamos essa questão particular.

Em 1969, o Exército cria a Operação Bandeirantes (OBAN) que passaria a atuar às margens dos outros aparelhos de repressão e clandestinamente constituído na repressão à oposição à ditadura civil-militar. Como órgão paralelo e fantasma, sem registro, a OBAN perseguiu, prendeu, torturou. Somado o tempo de fachada do DOI-Codi essa operação executou pelo menos 52 pessoas, maior número registrado no país num mesmo sítio de repressão. Os que ali sobreviviam também poderiam ser transferidos para as “casas da morte” (como a de Petrópolis) onde eram exterminados, ou aqueles que viveram para nos contar eram designados para o DOPS onde suas prisões eram finalmente registradas e um processo jurídico poderia ser aberto, o que os levavam para o prédio da Auditoria Militar para serem julgados e, de lá, condenados, para o Presídio Tiradentes, Presídio do Hipódromo ou o Carandiru – notemos três sítios de memória que foram, cada um a seu tempo, literalmente implodidos (Tiradentes em 1973, Hipódromo em 1995, Carandiru em 2002) numa tentativa de, junto com o prédio físico, apagar a história de repressão e resistência.

Figura 4. Folder de divulgação do Memorial DOI-Codi



Fonte: Material distribuído ao público pelo Núcleo Memória em atividade de visitação ao local antes do início das obras de restauro (Arquivo pessoal).

Em 1970, para dar uma cara legalizada para a OBAN, nasce o DOI-Codi, funcionando primeiro nas dependências da delegacia e, na sequência, em dois prédios de dois pavimentos construídos aos fundos, num terreno doado pela Prefeitura de São Paulo para esse fim, tendo como liga o o pátio onde estacionavam as viaturas policiais. A entrada principal ficava na perpendicular Rua Tomás Carvalho, um muro isolava o pátio da mais movimentada Rua Tutoia, cercada por casas e prédios baixos residenciais. Ali policiais civis e militares se aliavam na tarefa de

desbaratar grupos políticos, encontrar a qualquer custo militantes procurados importantes, sufocar tentativas de reorganização de uma possível oposição. Só para lembrar: entre 1970 e 1974, o coronel do Exército Carlos Brilhante Ustra foi comandante supremo do Departamento, usando o codinome Dr. Tibiriçá. Testemunhas relatam que chegou a se hospedar com sua esposa durante alguns períodos no prédio contíguo ao centro de torturas. Amelinha Teles, presa política torturada no local, recebeu a visita da esposa de Ustra, que tentava convencê-la a confessar.

Não por acaso, no processo de tombamento que começa em 2010, impetrado pelo ex-preso político Ivan Seixas e que termina em 2014, uma das conselheiras do CONDEPHAAT sentencia:

No caso do DOI-Codi, o edifício não é bonito. O edifício não é atraente. É uma delegacia! Um caixotão, uma construção meramente funcional no pior sentido do termo. O lugar não tem atratividade nenhuma. Junte-se a isso o que aconteceu ali foi um conjunto de episódios de mais triste lembrança. Argumentei que era isto o que importava: não as características físicas do lugar, mas o que aconteceu ali, e o que aconteceu ali é terrível, mas a sociedade tem o direito de ter um lugar para lembrar (DOI-Codi São Paulo: percursos de um Lugar de Memória, panfleto de divulgação, s/d).

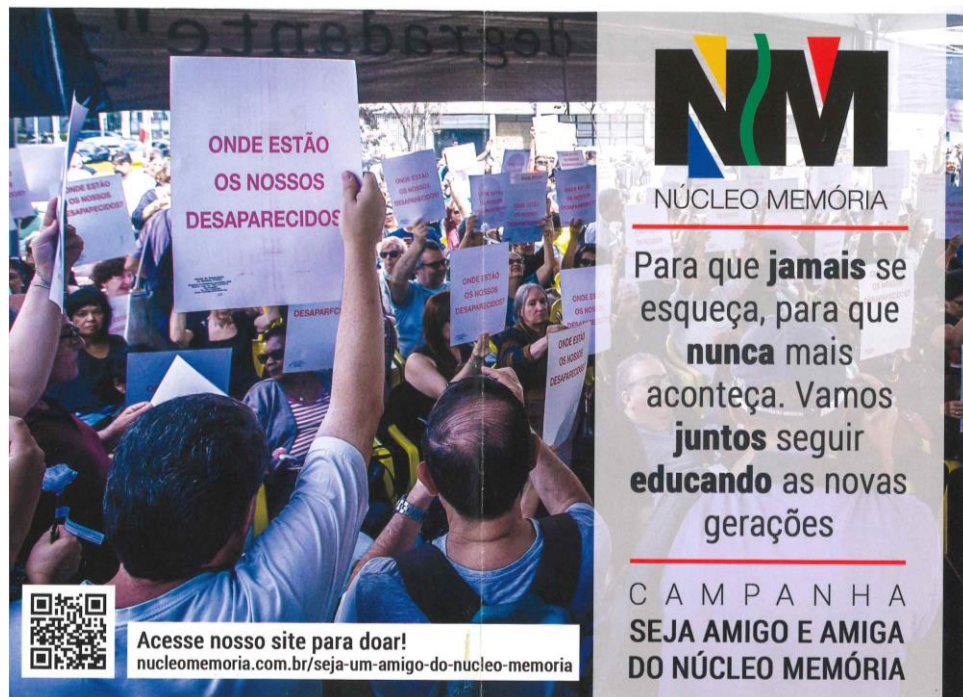
Quando o tombamento é aprovado, justamente por seu valor simbólico de memória, a delegacia já havia passado por reformas, mas os dois prédios do pátio estavam lá, originais, apesar do estado de conservação péssimo, ainda sob a curadoria da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo. Isso explica o trabalho de pressão para que a curadoria passe para a Secretaria de Cultura, vista com capacidade para pensar a desativação da delegacia e o trabalho de restauro e transformação do sítio de memória em Memorial – algo recomendado pelos trabalhos das Comissões Estadual e Nacional da Verdade.

Reparemos que o processo do Memorial DOI-Codi está mais atrasado em comparação aos outros dois que estudamos, embora toda a sua importância como Lugar de Memória e peso na história da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo seja evidente.

Em 2018, nasce o Grupo de Trabalho DOI-Codi, ligando várias instituições e áreas do conhecimento e da sociedade para viabilizar a ocupação dos prédios da Tutoia e sua transformação em Memorial aberto à visitação do público geral. Ocupar

sempre é referenciado aqui – a expressão e ação política já foram usadas na conquista do Memorial da Resistência e do Memorial da Luta pela Justiça para a cidade de São Paulo e todo o país – como ato coletivo, marcador de uma temporalidade, do presente que convoca o passado, na urgência de projetar o devir. É aqui que educação e as ações educativas sempre ganham peso e significado (Figura 5).

Figura 5. Ato no pátio da 36ª Delegacia organizado pelo Núcleo Memória



Fonte: Material distribuído ao público pelo Núcleo Memória em campanha para adesão de associados (Arquivo pessoal).

Desde 2014, a entrada e o pátio da 36ª Delegacia são tomados por manifestantes no “Ato Unificado: Ditadura Nunca Mais”(Figura 5). O discurso em uníssono é o desagravo ao golpe de 64, mas também a exigência em transformar aquele lugar em Memorial. Ao lado dessa ocupação, com calendário demarcado desde 2017, o local recebe grupos agendados para visitas guiadas, organizadas pelo Núcleo Memória e dirigidos para escolares e público geral. Interessante também que as visitas e cursos que já acontecem, mesmo antes da entrega definitiva do prédio, da captação de recursos, do projeto museológico, das reformas e restauro dos espaços e, finalmente, da abertura ao público como Memorial (cujo nome oficial ainda

não existe), o espaço DOI-Codi já tem e prescinde de uma ação educativa que conta inclusive com a experiência de migrados do Memorial da Resistência.

Na parte final, analisaremos uma parte do que foi produzido como registro pela equipe de Ação Educativa do Memorial da Resistência para entendermos mais de perto as preocupações delineadoras de suas atuações práticas e no trato com o público e que já estão contaminando as visitas realizadas nesse sítio de memória.

Por enquanto, façamos valer aqui um outro documento, “Elaborando Memórias do DOI-Codi/SP”³², resultado do trabalho interdisciplinar e interinstitucional que embasa o Grupo que, em 2023, ganhou o espaço das primeiras páginas de vários veículos ao abrir as janelas arqueológicas e iniciar o trabalho forense no espaço da Tutoia. No capítulo que relaciona a arqueologia e os espaços de memória, o documento aponta:

Durante muitos anos no nosso país prevaleceu uma ‘política de esquecimento’, de silenciamento e de manipulação dos fatos ocorridos na ditadura militar. Essa política de ‘esquecimento’ é consequência da chamada ‘ideologia da reconciliação’. Essa política teve início com a promulgação da Lei de Anistia (Lei 6683/79) que responsabilizou, de forma equiparada, tanto o Estado quanto os militantes pelos atos de violência cometidos na época, estimulando uma reconciliação entre as partes e, com isso, o silêncio e o esquecimento. (...)

É por causa dessa política de ‘reconciliação’ e ‘silenciamento’ que a quantidade de lugares de memória da ditadura oficialmente reconhecidos no nosso país é ínfima. Os lugares de memória são espaços que têm a potencialidade de transmitir, por meio de sua materialidade, memórias de acontecimentos que não são reconhecidos pela sociedade ou pelos grupos sociais a eles envolvidos como parte do seu passado. Sendo assim, os lugares de memória da ditadura seriam memórias materiais (monumentos, memoriais, etc.) das experiências traumáticas ligadas a esse regime que o discurso oficial buscou silenciar e distorcer (Elaborando Memórias do DOI-Codi/SP, s/d, p. 26).

Há certa honradez em saber que a educação pode contribuir com esse esforço de lutar contra o esquecimento, de resistir pela metodologia do lembrar, de construir cidadania pelo trabalho miúdo, mas assertivo de, a contrapelo, buscar o presente no passado.

³² Arqueologias do DOI-CODI do II Exército de São Paul: leituras plurais da repressão e da resistência. Elaborando Memórias do DOI-Codi/SP, publicação UNIFESP/UNICAMP/UFMG, s/d.

CAPÍTULO II

EDUCAR PARA A MEMÓRIA OU PARA O ESQUECIMENTO

Essa pesquisa tem como objetivo pensar a Educação no espaço museológico, mais particularmente naqueles espaços que surgem comprometidos com a reconstrução democrática brasileira pós-1985.

No entanto, parece-nos importante situar historicamente tal lugar, compreender como se deu sua institucionalização, em que momento passa a ser política de Estado, em que contexto o debate invade o Brasil e com quais propósitos. Acreditamos que, fazendo esse caminho, possamos entender melhor o sentido da Educação em museus e qual a dimensão dos Educativos a partir de sua consolidação.

Para que não iniciemos essa discussão com uma dúvida conceitual, importante ressaltar que existe um debate inconcluso em torno da definição e separação do que é um Memorial, incluindo a reivindicação de sua natureza particular e de raiz etimológica³³. Na intenção de buscar uma alternativa que viabilizasse esse trabalho, vamos partir da definição que o Memorial da Resistência de São Paulo oferece de si mesmo em seu site oficial e que o aproxima da definição de museu:

O Memorial da Resistência de São Paulo é o maior museu de história dedicado à memória política das resistências e da luta pela democracia no Brasil, e tem como missão a valorização da cidadania, da pesquisa e da educação a partir de uma perspectiva plural e diversa sobre o passado, o presente e o futuro.

Aberto ao público em 2009, o museu é um lugar de memória dedicado a preservar a história do prédio onde operou entre 1940 e 1983 o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP), uma das polícias políticas mais truculentas da história do país.

Por meio de exposições temáticas de grande impacto social, ações educativas, atividades para pessoas com deficiência e programações culturais gratuitas, o museu se consolidou como referência em Educação em Direitos Humanos, promovendo o pensamento crítico e

³³ O historiador e educador Jorge Barcelos refez esse trajeto no artigo “O Memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo”, publicado no site da Prefeitura de Porto Alegre, RS. O artigo é uma versão da palestra apresentada pelo autor no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999.

desenvolvendo atividades sobre Direitos Humanos, Repressão, Resistência e Patrimônio ³⁴ (<https://memorialdaresistencia.org.br/institucional/>).

Para os fins dessa pesquisa, portanto, embora apontemos o que há de particular na composição e atuação do Memorial da Resistência de São Paulo, partiremos da aproximação com o processo que levou à constituição dos Núcleos de Ação Educativa de museus como parte também da história dos memoriais. Passemos, então, a essa discussão.

Em *A constituição da educação em museus*³⁵, a educadora e pesquisadora Luciana Conrado Martins³⁶ nos oferece um painel da constituição dos museus no ocidente e localiza o momento em que toma corpo na América Latina e no Brasil. Para a pesquisadora “os museus sempre tiveram uma interface educacional, à medida que são instituições intrinsecamente ligadas à coleta, ao estudo e à divulgação de coleções.” (Martins, 2011, p. 40). Na sequência, convida-nos a lembrar que os conceitos de educação, museu e público mudam junto com o processo histórico.

Assim, a primeira referência que temos para museus está relacionada com a criação das coleções datadas da Antiguidade Clássica e se misturam com a própria mitologia que explica a origem da palavra. Não nos interessaria aqui fazer um debate mais longo sobre a pertinência da etimologia, mas entender que pensar um espaço para as coleções faz parte de um certo imaginário ocidental desde aquele tempo – civilização greco-romana – que a Europa considera como seu berço.

As riquezas amealhadas com a expansão marítima a partir do século XV, no entanto, amplia estratosféricamente esse afã colecionador, tanto de objetos naturais, quanto de artefatos de culturas espalhadas pela América, Ásia e África. O estudo sistemático se encarrega de catalogar, nomear, separar e o termo museu passa a ser empregado para essa atividade metódica de “coleccionar, expor, descrever e estudar

³⁴ Para acessar o texto completo e todas as informações sobre visitação, acervo e dinâmica do Memorial, acessar: <https://memorialdaresistencia.org.br/institucional/>.

³⁵ Nessa tese de doutorado, a autora compara o papel dos Núcleos Educativos em museus que atuam nas três grandes áreas do conhecimento, claramente elencadas na Base Curricular: Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens. Notemos que não há uma preocupação com uma temática específica como há no trabalho que descrevemos nessa dissertação.

³⁶ Historiadora, especialista em Museologia e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Tem sua atuação profissional voltada para a área de museus e educação não formal, hoje Coordenadora de ação educativa e pesquisa SESI Lab.

objetos.” (Martins, 2011, p. 41). Observamos, então, que a relação entre museu e estudo-pesquisa se consolida, mesmo que não existisse ainda um espaço consagrado para visitação e, na maioria das vezes, era o dono da coleção quem assumia o papel de “guia de museu” na sua própria casa.

No século XVII, os objetos colecionáveis passam a ser organizados em série e por natureza (ciências naturais, objetos exóticos e artes) e passam a ter ligação com as universidades europeias, aquelas que serão responsáveis, mesmo com todas as limitações de seu tempo, a abrir as coleções para a instrução pública. Nesse contexto específico, ter contato com esses tesouros passou a ter um sentido de distinção dentro da elite intelectual e logo se tornaram “símbolos de poder exibidos pelos monarcas para seus visitantes. Elas eram parte da ‘reputação pública’ de seus donos.” (Martins, 2011, p. 43). No século XVIII, s  aumentar a a pressão dos intelectuais e cientistas para que esses acervos ligados aos reis e aos particulares sejam acessados.

A utilização das coleções dos recém abertos museus para fins de estudo e pesquisa, iniciada nesse período, trouxe um caráter particular, e até então inédito, para essas instituições. Parte da evolução desse processo configurou os museus como recursos para o ensino e a investigação científica, fazendo com que muitos deles passassem, com os anos, a adquirirem o contorno de instituições de pesquisa e ensino voltadas para a produção de conhecimento científico em suas áreas específicas. Como consequência est a a contribuição inequívoca dessas instituições nos séculos seguintes na conformação das disciplinas científicas modernas como a História, a Geologia, a Paleontologia, a Biologia e a Antropologia (Martins, 2011, p. 46).

Na América Latina, os museus são pensados no século XIX num contexto muito particular de formação dos Estados Nacionais que se forjam nos p s-movimentos de independência. Cada elite de um desses países recém-nascidos carecia de instituições capazes de reafirmá-la. Os museus cumpriram essa função, mesclando educação e projeto nacional e usando como grande modelo o Museu de História Natural de Paris, criado no calor da Revolução Francesa dentro da perspectiva iluminista do papel redentor da educação pública, intenção radicalizada no Louvre, criado em 1793 e aberto   visitação popular.

A autora demonstra como os ventos franceses alavancaram a abertura de outros tantos museus na Europa e na América e como tudo isso também acontece enquanto a Revolução Industrial – desta vez os ventos sopram da Inglaterra – traz

novos gostos e comportamentos. Para o capitalismo industrial nascente, era preciso formar quadros e fomentar as ciências e o tecnicismo. Se considerarmos essa relação, podemos questionar, como faz a autora, se coube também aos museus formatar um público dentro de uma ideia de civilização inventada pela burguesia em ascensão e que impregnava o que e como aconteciam as exposições nos espaços museológicos. Ora, as lideranças das nações que se consolidam no século XIX entenderam rapidamente que era necessário aproveitar essa potência e lá colocaram os investimentos e a vontade política do Estado.

(...) Dessa forma, os museus iam paulatinamente deixando de ser espaços de legitimação do poder governamental, ou de determinados estratos das elites econômicas, para se tornarem locais de instrução pública na ideologia dominante (...). Um dos aspectos mais contundentes da repercussão dessas preocupações educacionais nos museus foi a criação, pela primeira vez dentro dessas instituições, dos chamados setores educativos (Martins, 2011, pp. 49-50).

Na Europa, o entendimento é que a visita aos museus complementava o ensino obrigatório e formatava um modelo de civilização que alcançava a classe trabalhadora. No início do século XX, na Inglaterra, esse debate já era inequívoco. A partir do final da Primeira Guerra Mundial,

(...) os museus foram convocados a tomarem parte do esforço educacional nacional por meio da criação dos setores educativos e de atividades específicas par ao público escolar, como as visitas monitoradas, as demonstrações, os cursos de formação para professores e a montagem de kits de objetos para empréstimo para escolas (Martins, 2011, p. 51).

Nos EUA, que viveu o mesmo processo no XIX, se tivermos que eleger um destaque, será pela presença maior dos museus particulares explicados pela própria história de organização de sua sociedade civil. Lá e na Europa, a forma de expor também vai ganhando novos contornos. Além da introdução de painéis explicativos e etiquetas identificando os objetos, houve a separação entre objetos de estudo e objetos de exposição.

No Brasil, o pioneirismo coube ao Museu Nacional do Rio de Janeiro³⁷, porém ainda dotado de atenção primordial para a pesquisa científica, particularmente em História Natural.

Caberia a Bertha Lutz (1894-1976) defender, nos anos de 1930, a ampliação do público. Inspirada numa visita que fez aos EUA, Lutz está por trás da criação do primeiro Educativo no Museu Nacional. Estava aberta uma porta para a discussão da relação dos museus e educação no Brasil, tomando um corpo maior pós-1945. Data do mesmo período a consolidação da Museologia e a criação, em 1946, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ligado à Unesco. Desse momento para cá, o debate sobre essa relação continua acalorado e sem previsão para terminar.

Em 1974, quase 30 anos depois de sua criação, o ICOM definia:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que realiza pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, os adquire, os conserva, os comunica e especialmente, os exhibe para fins de estudo, educação e deleite (Conselho Internacional de Museus, Copenhagem, Dinamarca, julho de 1974).

Duas décadas depois, demonstra a pesquisadora, cai o sentido primordial da pesquisa como definidora do papel do museu e amplia-se o papel da educação:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu meio ambiente (Conselho Internacional de Museus, Washington, EUA, setembro de 1994).

³⁷ Assim se autodefine e apresenta no site oficial: “O Museu Nacional tem por missão: *‘Descobrir e interpretar fenômenos do mundo natural e as culturas humanas, difundindo o seu conhecimento com base na realização de pesquisas, organização de coleções, formação de recursos humanos e educação científica, assim como atuar na preservação do patrimônio científico, histórico, natural e cultural em benefício da sociedade.’*”

O Museu é uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação que completou 200 anos em 2018. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e inicialmente, sediado no Campo de Sant'Ana, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do país. Como museu universitário, tem perfil acadêmico e científico. Suas exposições resultam da história da instituição e da excelência de suas atividades de pesquisa e ensino, cumprindo a finalidade precípua de produção e disseminação do conhecimento nas áreas de ciências naturais e antropológicas.” Para conhecer mais, acessar: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>.

Isso é resultado de um longo processo. Já em 1952, a Unesco organizava um Seminário Internacional nos EUA para discutir *O papel dos museus na educação*. O destaque foi o levantamento e proposta de técnicas e estratégias, mas também se defendeu a melhor qualificação de profissionais em museus, incluindo professores, e no atendimento inclusivo para cegos e surdos. Estamos em 1952.

Em 1958, foi a vez do Rio de Janeiro sediar o *Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus*, ampliando o debate para fora das grandes potências econômicas e priorizando a América Latina. Na reunião, coloca-se a função educativa no mesmo patamar das outras que definem e especificam os museus (coleta, conservação, pesquisa) e elabora-se a categoria “pedagogo de museu”. No entanto, para a América Latina, a grande clivagem teria de esperar a discussão da mesa-redonda que aconteceu em Santiago do Chile, em 1972, evento também considerado o inaugurador do movimento da Nova Museologia³⁸:

O documento final da Mesa-Redonda parte de um diagnóstico da situação social e econômica da América Latina, em que pesem o desequilíbrio econômico e de desenvolvimento material entre os países, a urbanização desenfreada e não planejada e uma crise econômica e social endêmica. Os museus, frente a esse cenário, têm uma missão de transformação social visando à melhoria das condições de vida das pessoas nos denominados países do terceiro mundo. Unidos dessa missão, ao mesmo tempo civilizadora e modernizadora, os museus devem voltar-se ao engajamento ativo das comunidades por meio de suas ações, principalmente as de educação (Martins, 2011, p. 64).

Não teria como os museus atingirem esse objetivo transformador sem ampliar a atuação de Serviços Educativos e garantirem seu trabalho regular e coordenado. É claro que a simples vontade da posição de Santiago do Chile não significou a imediata e unânime implantação em todos os países da América Latina. Em 1984, a *Declaração de Quebec* reafirma essas intenções, faz um balanço da década e inaugura o Movimento Internacional para uma Nova Museologia.

³⁸ Corrente de pensamento na área que toma corpo nos anos 70 a partir da ampliação do que é entendido como patrimônio e público. O grande avanço se dá na ideia de que público não é só aquele que visita o museu, mas, toda a sociedade e patrimônio engloba todo o cenário (natureza e cultura) no qual está inserido. Essa nova perspectiva convoca os museus a saltar os seus limites físicos e buscar a comunicação com a sociedade e seu tempo. Dentre as várias indicações para o tema oferecidas pela autora, destacar: CÂNDIDO, M. M. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

Assim, aquilo que foi definido como “testemunhos materiais e imateriais” colecionados e organizados nos espaços dos museus deve servir para pensar e mudar as realidades. Dessa forma, “o público, e suas necessidades, passaram a ser o foco das instituições museais, mais do que as coleções e a pesquisa” (Martins, 2011). É a partir desse momento que a educação também passa a integrar a organização das exposições, oferecer cursos de formação para professores, participar de atividades com o público fora dos muros da instituição e ser contado como ativo no momento de recolher fundos.

O reconhecimento de sua importância e ampliação de seu papel continuam a aparecer em encontros importantes como na Conferência de Caracas em 1992 – que escancara a importância da comunicação e educação dos museus na construção do engajamento por uma sociedade centrada na coletividade.

A publicação do ICOM de 2010 – trabalhado mais à frente nesse capítulo – busca mediar as dissensões, mas não nega os avanços de Caracas, além de anunciar a elaboração de uma publicação com conceitos-chave que possam orientar o futuro. A educação passa a estruturar a própria existência dos museus. Estratosférica mudança, se compararmos suas origens pelo menos a partir da modernidade.

Isso não é o mesmo que afirmar que todas as divergências foram resolvidas, que os acusadores de a função educativa avançar o terreno da pesquisa já terem se convencido do contrário e que todos os museus – no Brasil e no resto do mundo – já estejam plenamente empenhados na construção de uma nova sociedade.

A educadora Ana Mae Barbosa³⁹, referência em arte-educação, diretora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e responsável por profissionalizar o núcleo educativo, oferece-nos em *Museus, ontem e hoje*⁴⁰ uma ácida crítica, citando um artigo de 2010 do professor de História da Arte da Unicamp Jorge Coli, a uma leitura dos museus (e da escola) como espaço autoritário e adestrador no mesmo patamar que também seriam as prisões e os quartéis. Tal diagnóstico derivaria do fato de que, aos museus, caberia ordenar obras, disciplinar o comportamento, criar

³⁹ Professora titular da Universidade de São Paulo e da Universidade Anhembi Morumbi, foi presidente da International Society of Education Through Art/Unesco e diretora do MAC-USP. Publicou entre várias obras *Arte/Educação como Mediação Cultural e Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

⁴⁰ SISEM-SP (org). *Museus: o que são e para que servem?*. Secretaria de Cultura de São Paulo. São Paulo: 2011.

uma cenografia para manipular um público destituído de vontade, perdido num “lugar de crença e espetáculo”. Mae Barbosa aponta-nos uma outra perspectiva:

Do artigo do Coli só não concordei com a crítica ao museu por funcionar como uma escola, talvez porque meu conceito de escola seja bem diferente da sujeição ao didatismo e da obediência à cronologia. Penso nos museus como laboratórios de experimentação com a função de uma escola crítica e transformadora que questione os valores do próprio museu. Se o museu não for também uma escola jamais mudará, continuará sendo para sempre discricionariamente cerceado pelo curador (Barbosa, 2011, pp. 106-107).

A autora nos localiza numa nova conceituação, que parte da experiência britânica e que amplia a ideia de “Museus para a educação”, ou seja, a educação não estaria restrita a um setor específico que pensa ações para um público selecionado a dedo (crianças trazidas em Saídas de Estudo, por exemplo, ou grupos de idosos numa atividade recreativa). A educação estaria em todo o existir do Museu, em todos os seus espaços e etapas de atuação, desde a escolha das obras de uma exposição até a avaliação final da visita.

O conceito de Museu/Escola proposta pelo historiador da arte e curador britânico Nicholas Serota, e que ampara a posição da pesquisadora Ana Mae Barbosa, ganha envergadura a partir dos anos 1980 e atesta que “os museus que não são escolas vão perecer para a vida em sociedade e virarão mausoléus da beleza, guardados pela elite ou pelos novos ricos que buscam distinção e boa imagem para si próprios.”

Importante salientar que ampliar a função educativa dos museus caminha lado a lado com processo de democratização do acesso, valorização de uma diversidade cultural e de uma pedagogia crítica e transformadora da sociedade. Interessante pensar que essa clivagem acontece junto com o processo de desmonte da ditadura civil-militar no Brasil e acompanha a gestação do Museu da Liberdade que, mais tarde, abre espaço para o Memorial da Resistência de São Paulo, em 2009. Pelo que mostraremos mais tarde, esse ambiente de ressignificação do Museu/Escola contamina a montagem da Ação Educativa cujo estudo privilegiamos aqui.

Barbosa ainda aponta o papel pioneiro de Edgar Sussekind de Mendonça que, preso em 1935 por Vargas – presidente que transfere a sede do DOPS para o prédio dos armazéns do bairro da Luz em São Paulo em 1942 –, escreveria, em 1946, o livro

*A extensão cultural dos museus*⁴¹ e, citando Anísio Teixeira, já anunciava que “a função dos museus é preservar, investigar e educar, sendo esta última a sua função social mais importante”. Exatamente por isso, aponta a educadora, o pioneiro dessa discussão no Brasil ressalta a cenografia do museu como elemento de comunicação e ainda:

Recomenda que os encarregados da educação em museus sejam professores primários e os denomina ‘orientadores’. Não sei quando nem como surgiu a designação desempoderante de ‘monitores’ para essa função. Afirma que os professores de museu devem ter formação específica dada pelo próprio museu e se refere ao curso com essa finalidade ministrado no Museu Nacional. Hoje, a terceirização barateia, mas banaliza e mediocriza as mediações nos museus. A terceirização coloca no mesmo patamar limpeza, segurança e educação, desintelectualizando a mediação (Barbosa, 2011, p. 114)

Com tais argumentos, a autora prova, assim, que a valorização da educação universal e crítica é projeto que vai e volta em nossa sociedade e, especialmente, marca nossos hiatos de história democrática. É o que atestamos quando acompanhamos a história da educação no Brasil desde os escolanovistas e, mais recentemente, a história do Memorial da Resistência de São Paulo, por exemplo.

Fernanda Santana Rabello de Castro⁴², num estudo de 2013 que investiga o diálogo Museu-Escola⁴³, localiza na virada do século XX para a primeira década do XXI uma modificação no papel do Estado. Numa nova onda política, seu papel assume um caráter gerencial e passam a ser privilegiadas as parcerias público-privadas. A consolidação dos Núcleos de Ação Educativa no país dá-se nessa transição.

Embora faça parte das demandas de políticas culturais, na atual estrutura de organização do governo brasileiro, a educação museal é entendida ora como um espaço de formação não formal com finalidades próprias, ora como uma possibilidade de ação complementar à educação formal – entendida como processo de ‘escolarização’ dos museus –, o que gera polêmicas entre seus profissionais e entre as instituições ou organismos que representam (Castro, 2013, p. 19).

⁴¹ SUSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. *A extensão cultural dos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1946.

⁴² Mestre em Educação (UFRJ, 2013) e Doutora em Educação (UFF, 2018), integra desde 2013 o Comitê Executivo do Fundo Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural.

⁴³ CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. *O que o museu tem a ver com educação? Educação, Cultura e Formação Integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

Para dar os tons corretos à situação do debate hoje, a autora mapeia historicamente essa discussão e destaca que, nos anos de 1930, os museus brasileiros estiveram sob a supervisão do Ministério da Educação e Saúde e dentro de seu organograma à Divisão de Ensino Extraescolar. Como sugere a nomenclatura, não eram os museus nem complemento, muito menos estabeleciam alguma relação dialética com a sala de aula e seu currículo. Estávamos falando de uma dimensão apartada, no entanto a serviço de uma determinada construção de ideia de nação – falamos da Era Vargas, contexto no qual o museu até poderia ser usado na tarefa de educar, mas que não se detinha a essa função.

Somente nos anos 60, o conceito de não formal para aquilo que o museu poderia ter potencial de fazer vai aparecer. Esclarece a autora, a partir de um novo entendimento de que “(...) a educação não formal é qualquer atividade que, fora do sistema formal de ensino opera separadamente como parte de algo mais amplo que se pretende realizar com os públicos específicos e com objetivos pedagógicos específicos” (Castro, 2013, p. 22).

Mas não nos enganemos. A questão não estava resolvida ao simplesmente definir o lugar do Museu na seara da Educação. Inicia-se um debate teórico e político para conquistar identidade própria. Na década de 80 – aqui já apontada como de muitas mudanças –, o fortalecimento da Nova Museologia (movimento já citado nesse capítulo) levanta a bandeira de que as ações educativas dos Museus não eram equivalentes ao que era a escola e a sala de aula.

Questionavam-se os métodos, os referenciais teóricos, os conteúdos trabalhados nas ações educativas, consideradas bancárias, descritivas, transmissivas, atreladas ao currículo escolar, enquanto o museu oferecia possibilidades múltiplas de trabalhar conteúdos próprios ligados ao patrimônio e aos acervos que continham (Castro, 2013, p. 23)

Em 1985, quando é criado o Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Museus absorve um debate novo que parece mais promissor. Começamos a falar em torno do conceito de “educação permanente” que imagina abraçar todo e qualquer espaço de expressão social e cultural como lugar por excelência também de educação. Além da escola, o teatro, a associação de bairro, o museu e as ruas, todos oferecem a oportunidade de educar.

A intenção promissora, no entanto, demora a dar resultados. Uma política própria para a educação museal foi discutida somente em 2010. O resultado levou à elaboração de uma Política Nacional de Educação Museal inserida na *Carta de Petrópolis*, resultado do I Encontro de Educadores do IBRAM⁴⁴. Foi a partir dos fóruns e resoluções resultantes desse primeiro debate que podemos trabalhar com o que há de específico na educação em museus, ponto central para entendermos o trabalho da Ação Educativa do Memorial da Resistência.

Uma primeira questão que podemos abordar diz respeito à constatação mais imediata: museus, nos nossos tempos, recebem públicos variados. Requerem uma série de instrumentos e agentes para cumprir sua função junto ao seu público.

Notemos que a nomenclatura desses agentes, como nos explica a pesquisadora, também denuncia uma leitura sobre educação e sobre a relação indivíduo-conhecimento. O papel de “guia” flagra uma posição passiva do visitante (ou de um grupo de alunas e alunos trazidos por uma escola). Não há o pressuposto de construção do conhecimento feito a partir do diálogo entre as partes.

O termo “monitor”, por sua vez, como esclarece Castro em sua tese, confirma algo do já distante século XIX – ou de mais longe ainda, naqueles gabinetes de curiosidades inicialmente montados no século XV –: o que o museu guarda é dotado de um mistério somente desvelado por meio de alguém iniciado nesse ritual. O distanciamento, portanto, está mais do que confirmado. Interessante como em muitos relatos coletados pela Ação Educativa do Memorial da Resistência visitantes afirmam nunca haverem se sentido à vontade para entrar naquele espaço, não o identificavam como inteligível para qualquer um.

O sentido de “orientador” pode oferecer melhor cobertura e sugerir maior possibilidade de troca entre o agente museal e o público visitante. Castro solicita nossa atenção para o fato de que isso só será confirmado diante da disposição do Núcleo Educativo daquela instituição em pensar procedimentos, metodologias, finalidades, inclusive adequando-as para cada tipo de visitante.

Definitivamente, o visitante aleatório que chega ao Memorial da Resistência dentro de um pacote de lugares que ele gostaria de conhecer em São Paulo – por

⁴⁴ O Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei nº. 11.906, de 20 de janeiro de 2009, com a finalidade, dentre outras, de promover e assegurar a execução de políticas públicas para o setor museológico, contribuindo para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.

vezes, encontramos o relato afirmando que aquela pessoa sequer sabia ser ali um Memorial; chegou por acaso, entrou no prédio sem saber – é infinitamente diferente daquele grupo de estudantes trazido por uma escola que preparou durante um mês as turmas para aquela atividade de visita. Quanto maior a disposição do Núcleo de Ação Educativa em conhecer o seu público e produzir atividades diferentes para cada nicho, maior é a chance de o resultado ser engrandecedor. Retomando a autora:

A ideia de ação educativa compartilhada adéqua-se à forma da mediação, em que as duas partes envolvidas na visita a constroem a partir da troca de saberes e interesses. Esta é, a nosso ver, a forma que mais condiz com uma proposta educativa baseada na formação integral e a que mais pode abrir portas para a ação conjunta de museus, escolas, instituições de educação não formal e demais grupos organizados que frequentem o museu. O mesmo vale para as ações pensadas para o público espontâneo, para as famílias, turistas, etc. (Castro, 2013, p. 27).

Por último e para que possamos apreender da melhor forma os dados levantados no próximo capítulo, compartilhamos um documento elaborado entre 2013 e 2014 por um Grupo de Trabalho capitaneado pela Secretaria de Estado da Cultura (Secretário Marcelo Mattos Araújo) e Coordenadoria da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (Coordenadora Renata Vieira da Motta). Nesse documento, em particular, são definidos *Conceitos-chave da Educação em Museus*⁴⁵ a partir do consenso obtido pelos Comitês técnicos:

Os comitês técnicos são instâncias de articulação entre a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) e as Organizações Sociais de Cultura parceiras na gestão dos 18 equipamentos museológicos⁴⁶ próprios da Secretaria de Cultura. Os comitês são formados pelas equipes técnicas da UPPM e dos museus e visam à parametrização de políticas públicas para a área museológica, ao aprimoramento técnico e ao fortalecimento institucional dos museus da Secretaria. Atualmente, são três comitês técnicos em atividade e que tratam das políticas de Acervo, de Infraestrutura e de Educação (SISEM-SP, 2014, p. 3)

⁴⁵ SISEM-SP (org). *Conceitos-chave da Educação em Museus: documento aberto para discussão*. Secretaria de Cultura de São Paulo. São Paulo: 2014.

⁴⁶ São eles: Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida, Catavento, Museu Felícia Leirner, Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, Museu Afro Brasil, Museu Casa de Portinari, Museu da Casa Brasileira, Museu da Imagem e do Som, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Sacra, Museu do Café, Museu do Futebol, Paço das Artes, Museu da Imigração, Pinacoteca do Estado, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência.

Interessa-nos em especial o Comitê Educativo justamente porque discute e delibera sobre a elaboração, aplicação e desenvolvimento de ações educativas. Nesse comitê, especificamente, trabalharam no biênio 2013-2014 quatro grupos “(...) com o intuito de suprir demandas comuns, elaborar conceitos unificados, estabelecer indicadores de monitoramento e criar parâmetros.” A elaboração de conceitos é, para aquilo que se destina essa pesquisa, o tema que mais interessa. Voltemo-nos, então, a ele.

Na introdução que apresenta o resultado do GT, o documento nos lembra que tensiona o termo “Serviço Educativo” porque sugere a falta de autonomia de a quem servimos e escancara a origem burocrática da terminologia. No que tange atender ao público, devemos lembrar igualmente que todos os setores da instituição, não somente o Educativo, são responsáveis e devem estar preparados para melhor recebê-lo.

Os termos “núcleo”, “departamento” e “área” educativos passam pela discussão feita nos anos 1990 e dão conta melhor de apresentar a educação em museus como algo particular, que requer metodologia própria, outras subjetividades, embora essa discussão ainda estivesse confinada aos muros das universidades e de seus núcleos de pesquisa.

Nos últimos anos, a nomenclatura “Ação Educativa” vem dando conta de esclarecer a distinção entre o que se faz nela de outros setores dentro do próprio museu. Lidaremos com esse conceito ao analisarmos os resultados da pesquisa com as *Fichas de Avaliação de Visitas* no próximo capítulo, pensando aqui não somente no levantamento dos dados estatísticos, mas nas anotações feitas por seus educadores que não poderiam ser pertinentes a nenhum setor que não aquele da Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo.

Atentando exatamente para a análise dos dados coletados para a pesquisa, o documento oficial da Secretaria de Cultura de São Paulo estabelece alguns parâmetros e lembretes explicativos sobre pontos específicos nas Fichas de Avaliação.

A educação em museus se insere no campo da educação não formal, diferindo-se da formal, por seu caráter não cumulativo, realizada, no mais das vezes, em uma única oportunidade, durante a visita à instituição. Idealmente, deve ser pensada a partir das características institucionais (acervo, gestão, histórico, localização, missão, etc.) e da

variedade de expectativas de seus visitantes, não apresentando conteúdos organizados numa sequência formal como, por exemplo, no currículo escolar (SISEM-SP, 2014, p. 4),

Observemos a ampliação da percepção do que é o não formal em relação ao conceito trabalhado antes. Ao mesmo tempo, o documento volta a alertar para as dificuldades em atender um público diverso, com variados desejos e comportamentos em relação ao espaço museológico. Tal diversidade exige da Ação Educativa um jogo de cintura que novamente a diferencia da educação formal.

Para além disso tudo, para muitos também é de sua competência o papel de fidelizar o público e aumentar os atendimentos, majorando o papel daquele museu no painel cultural (mas também econômico, político e social) da localidade, do município, do estado.

Entendemos que algumas funções são responsabilidades institucionais, mas na prática, muitas vezes são imputadas às áreas de educação em museus, tais como a responsabilidade por mobilizar a vinda de público à instituição, no sentido de aumentá-lo quantitativamente ou promover diversificação de público, no sentido de democratizar o acesso à cultura. É o museu como um todo que deve preocupar-se com estas questões, apresentando programações e sistemas de comunicação de qualidade, atraente, diversificada e acessível para um público mais vasto e abrangente (SISEM-SP, 2014, p. 4).

Foi por meio do estudo desse documento que chegamos ao conceito de “educador de museu”, aqui utilizado para entender a Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo. Longe do guia e do monitor, mais perto da ideia do mediador que viabiliza recursos para aproximar o sujeito (visitante) do objeto (museu), o “educador de museus” é classificado como um termo ideal, na falta de uma elaboração teórica já pronta para a situação real da atuação dos museus.

Cabe ao educador promover esse encontro (classificado como fato museal). Ele é o que mais próximo chega do público e que no diálogo com os visitantes pode de fato construir conhecimento. Não por acaso, em 2024, a Ação Educativa do Memorial da Resistência conta com quatro educadores, todos vinculados à Universidade, com formação em História e, preferencialmente, tendo formação complementar que leve ao desenvolvimento de alguma habilidade adicional de comunicação com o público – como teatro, música, contação de histórias.

É esse sujeito atuante que recebe os grupos de visitantes escolares, mas também outras pessoas – sempre entendendo partir da ideia de que “toda a sociedade é potencialmente público de museu.” A Ação Educativa pressupõe que qualquer visitante também é potencialmente interlocutor do fato museal e pode participar das atividades educativas.⁴⁷

Não é à toa que a Secretaria e os dezoito museus a ela agregados exigem que:

(...) os educadores devem conhecer profundamente a natureza da instituição na qual atuam, bem como de seus objetos; ter facilidade comunicacional para com diferentes tipos de público, sabendo tratá-los com distintos métodos educativos, sempre buscando o mais adequado a cada qual, de modo crítico e em constante formação; ser respeitoso e ético no trato com todos; promover uma experiência positiva no momento do encontro entre visitante e objeto museal e estimular a construção de conhecimento significativo aos visitantes, a partir do contato com o patrimônio; possuem ainda uma responsabilidade para com a função preservacionista do museu, entre outros (SISEM-SP, 2014, p. 6).

A Secretaria credita às Ações Educativas o papel de formar o gosto pelo conhecimento e a oportunidade de compartilhar cultura. Queremos com essa pesquisa de Mestrado contribuir para acrescer às funções da Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo o papel de construção da democracia e do educar para o “Nunca Mais”.

Tal perspectiva implica trazer para o debate as matrizes pedagógicas que podem nortear esse acréscimo de função social e política. Para essa pesquisa, o conceito que parece ser capaz de alinhar a discussão é de “pedagogia da memória”.

Em artigo de 2018, apresentado no XVIII Encontro da ANPUH-Rio⁴⁸, a doutora em História Social Ana Lima Kallás salienta como a busca por esse conceito passa a ser urgente no pós-Segunda Guerra (emergência que vimos apontada em outros autores já trabalhados anteriormente). Naquele momento, a educação era apontada

⁴⁷ A Secretaria de Cultura destaca como exceções os casos em São Paulo do Catavento e da Casa Guilherme de Almeida que só recebem visitas com educador (geralmente, previamente agendadas).

⁴⁸ Trata-se do artigo *O ensino de passados traumáticos: as relações entre História, Memória e Educação no desenvolvimento de uma Pedagogia da Memória*. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias, 2018. Para conhecer: www.encontro2018.rj.anpuh.org.

como caminho essencial para que, ao procurar conhecer e entender o passado recente, a humanidade fosse capaz de construir um futuro melhor. Kallás sinaliza, recuperando Gramsci, como a seleção de conteúdos e a forma de serem trabalhados no espaço escolar e fora dele seriam capazes de balançar as relações de poder, já que é “local permanente de construção da hegemonia da sociedade civil, local de disputas e contradições, onde igualmente seria possível a formação de uma perspectiva contra hegemônica” (KALLÁS, 2018).

Avaliando como especificamente a Alemanha lidou com o desafio, a autora mostra-nos como aquele país propôs o *Dia da Memória do Holocausto* no ano 2000 e o esforço de provocar em todas as escolas a organização de atividades que visibilizassem situações de desigualdades, violências, assimetria nas relações de poder no tempo presente para que os estudantes não desenvolvessem a ideia de que o horror da repressão, censura, genocídio estivesse restrito àquele passado remoto e todos os problemas já foram superados.

Levantando e analisando as anotações dos educadores da Ação Educativa do Memorial da Resistência, trabalho que vamos aprofundar no próximo capítulo, encontramos exatamente essa metodologia: perguntas são feitas para os grupos atendidos procurando indagar se o que se vê naquelas paredes das celas do museu são de um Brasil que já solucionou todas as suas mazelas. As respostas dos visitantes, anotadas com atenção pelos educadores, provam que não.

Esse esclarecimento sobre o passado é fundamental, inclusive para que não haja qualquer possibilidade de “esquecer por opção”. A educação que impõe o esquecimento pelo sequestro da memória é aquela praticada pelas ditaduras, não pelas experiências democráticas.

Não se trata de um confisco tácito da memória desde uma política de Estado, como aconteceu nas ditaduras latino-americanas e no nazismo. O silêncio provocado pelo não esclarecimento ou pelo desconhecimento do passado servem de fermento para perspectivas negacionistas e implicam na perda do potencial que implicitamente possui o ato de lembrar (KALLÁS, 2018).

Enrique Serra Padrós⁴⁹ alerta para os riscos de um ensino que se assente nas falsificações do passado que visam, na verdade, à estabilidade de um presente que interessa a uma parcela da sociedade.

Evidentemente que se há usos da memória, há também usos do esquecimento. Isso aponta para a possibilidade de até instrumentalizar os esquecimentos: há esquecimentos que são usados ou que são usáveis para certos fins. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência. Resulta de uma ação consciente de alguém (a alguém interessa que não se lembre que...). É diferente de desconhecer ou de sofrer um esquecimento induzido por um outro sujeito; na história, tais situações são recorrentes (PADRÓS, 2004).⁵⁰

O ato de lembrar é dotado, portanto, de um potencial pedagógico. Deixar de evidenciá-lo pode servir àquelas forças que pretendem negar a realidade concreta, alimentar os revisionistas tão em voga nos nossos dias e que são amplificados pelas novas modalidades de veículos e canais de comunicação de massa que correm à solta, sem nenhuma fiscalização da sociedade e dos governos democráticos mundo afora. Os resultados, parece-nos, várias tradicionais democracias ocidentais estão colhendo-os num circuito acelerado.

Padrós segue nos apontando que na América Latina procurou-se repetir um percurso também percorrido pela Alemanha pós-nazismo. Na Europa, uma conjunção de forças buscou o silêncio: pela resignação da maioria, pela necessidade de esquecer o horror, pela intenção dos colaboracionistas de continuarem com os seus privilégios sociais e econômicos. A conjuntura da Guerra Fria, que pregava a necessidade do ocidente capitalista se unir para enfrentar um novo inimigo, facilitou o cultivo de uma “vontade de esquecer”. Afinal, o mundo não poderia gastar tempo chorando seus mortos e levantando suas culpas e responsabilidades, quando uma nova urgência se avizinhava.

Na América Latina pós-ditaduras mais recentes, diz o autor:

(...) a luta não é por esquecer e sim por lembrar. É diferente do ‘passado que não quer esquecer’ da Alemanha. Na América Latina pós-ditaduras, as instituições do Estado, boa parte dos setores

⁴⁹ De origem uruguaia, o professor Padrós teve toda a sua formação em História ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seus estudos privilegiaram as ditaduras na América Latina e militantes em várias frentes, incluindo a educação por Direitos Humanos.

⁵⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. Revista Literatura e Autoritarismo, n. 4, UFSM, 2004. (<https://periodicos.ufsm.br>).

políticos e empresariais, as forças armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana, têm conspirado fortemente contra o *lembrar* (grifo do autor). Se não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história, por parte de determinados setores político-sociais, a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento acelerado (PADRÓS, 2004).

Trazer a discussão para a sala de aula ou para outros espaços de educação não-formal como os museus, seguindo o mesmo caminho, significa também indagar onde estamos no presente e o que pretendemos no futuro. Isso não implica que fazer uma “pedagogia da memória” se iguale a impor para os nossos estudantes um “dever de recordar”. Se o fizermos, também poderemos incorrer no risco de congelar uma memória já repleta de significados sem abrir espaço de elaboração para o sujeito-educando. Se o trauma não for elaborado por essa sociedade, certamente, será retransmitido para as gerações futuras e aí entraremos no campo de todas as mazelas que se estruturam, enraízam e, infelizmente, são naturalizadas.

Para alargarmos essa ponte, vale a pena ressaltar que, no caso da América Latina – o Brasil incluso –, a pedagogia da memória esteve imbricada no valor do *Nunca Mais*. A ideia de condenar as ações dos Estados autoritários entre os anos 60 e 80 cercou-se de uma determinação em obrigar que as nações latino-americanas se comprometessem a não deixar que o horror fosse reinstaurado. Essa valorização e resgate de ideais civilizatórios numa atitude quase que voluntarista levou a pedagogia da memória a se aproximar da educação em Direitos Humanos.

A pesquisadora do tema Vera Maria Ferrão Candau⁵¹ afiança que, no caso latino-americano, a educação em Direitos Humanos passa a fazer parte dos esforços orientados no fortalecimento dos Estados Democráticos recém recuperados, no caso brasileiro, depois de mais de duas décadas. No entanto, como isso acontece num contexto diferente daquele da Europa do pós-Segunda Guerra (lembrar que a Declaração Universal da Organização das Nações Unidas é de dezembro de 1948), os encaminhamentos se dão de outra forma.

No final dos anos 80, é o discurso neoliberal que ganha força, o que vai inibir essa educação como política de Estado. Quem fará primeiro esse debate são Organizações Não Governamentais e outras instituições vinculadas a movimentos

⁵¹ Professora emérita da PUC-Rio, doutorado e pós-doutorado em Educação pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

sociais que, por vezes, nasceram da resistência àquelas ditaduras. No caso brasileiro, a adesão de governos dar-se-á mais tarde e muitas vezes já comprometida pelo que poderia significar um sequestro de intenções:

Em relação à polissemia da expressão educação em Direitos Humanos, os pesquisadores afirmaram a importância de não se deixar que esta expressão seja substituída por outras consideradas mais fáceis de serem assumidas por um público amplo, como educação cívica ou educação democrática, ou que restrinjam a educação em Direitos Humanos a uma educação de valores, inibindo seu caráter político. (...) esta expressão foi se alargando tanto que o seu sentido passou a englobar desde a educação para o trânsito, os direitos do consumidor, questões de gênero, étnicas, do meio ambiente, etc., até temas relativos à ordem internacional e à sobrevivência do planeta (CANDAU, 2007, p. 289).⁵²

Parece-nos, então, que não temos saída porque já pegamos o debate anacronicamente, sem contexto que o referende e o internacionalize.

Pelo contrário, KALLÁS (2018), PADRÓS (2004) e CANDAU (2007) deixaram em seus escritos como encaminhamento a necessidade de nos afastarmos dessa perspectiva reducionista neoliberal e procurarmos uma perspectiva dialética que entenda a pedagogia da memória e a educação em Direitos Humanos como mediadoras na transformação da sociedade e na emergência para o cenário político daqueles grupos e setores que sempre foram deixados à margem.

Parece que aqui também seria importante lembrar os créditos daqueles outros educadores como Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Paulo Freire que anunciamos no início. Caminhos foram apontados antes e depois das ditaduras. O que implica afirmar que, mesmo com as redemocratizações, o Brasil não chegou nem perto de romper com todas as suas desigualdades históricas. Dessa forma, como nos apresenta os autores convocados nesse capítulo para pensar o espaço da educação dentro e fora da escola, dentro e fora dos educativos dos museus, o ato de ensinar-aprender-ensinar precisa ganhar outra dimensão.

Deixemos nesse final de capítulo duas citações que podem servir de abertura para o próximo e que nos aponta a pedagogia da memória como reguladora das ações educativas desses museus e memoriais, assim como de nossas salas de aula na lida diária do ensino de História. Comprova o quão estamos próximos e fazemos parte da

⁵² CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: questões pedagógicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

mesma tarefa de educar para a democracia, para a cidadania plena, para os Direitos Humanos ressignificados para além do exposto nas gôndolas do mercado neoliberal.

(....) a discussão sobre a pedagogia da memória adquire mais sentido se o passado controverso, objeto de conhecimento por meio da história e da memória, é pensado em termos de rupturas e continuidades com o presente das novas gerações. Nesse sentido, o direito ao conhecimento vem em primeiro lugar; seguido do direito à liberdade de ressignificação e ação. O ensino dos passados controversos e/ou recentes como parte de uma educação em direitos humanos implicaria necessariamente uma educação para a mudança social, política e cultural (KALLÁS, 2018).

(....) Una pedagogía de la memoria, en definitiva, no es un acto, pedagogizado o pedagogizante, en el que se enseñe a otro cómo debe recordar o qué debe recordar y en qué términos hacerlo. Una pedagogía de la memoria es una reflexión ética sobre la memoria como experiencia viva del tiempo, una reflexión sobre la transmisión del dolor y sobre una cultura que a menudo tiene sus propias narrativas de duelo e sufrimiento (BÁRCENA, 2011).⁵³

⁵³ Fernando Bárcena é professor catedrático de Filosofia da Educação na Universidad Complutense de Madrid. A citação feita aqui faz parte de um artigo no qual o autor também se debruça sobre o conceito de pedagogia da memória e advertindo para o seu caráter controvertido que corre o risco de se impor sem, no entanto, educar e transformar. Por isso vai tratar da literatura testemunhal e das chamadas memórias exemplares. Para ler mais: BÁRCENA, Fernando. Pedagogía de la memoria y transmisión del mundo. Notas pra uma reflexión. In: CUESTA FÉRNANDEZ, Raimundo (org). El lugar de la memoria em la educación. Com-ciencia, Espanha, n. 15, 2011, pp.109-118.

CAPÍTULO III

QUANDO DECIDIMOS QUE ERA PRECISO LEMBRAR

O grande desafio lidando com os arquivos do Centro de Referência do Memorial da Resistência era acertar a mão na escolha da frente de pesquisa. O Centro é guardião de toda a produção do Programa de Ação Educativa do Memorial desde sua fundação, ou seja, fevereiro de 2009. Espaço Museológico e Educativo nascem e trabalham juntos desde sempre.

No entanto, por dever de ofício, também temos de anotar que a expertise do Programa é tributária da Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, instituição curadora do Memorial da Resistência que, desde 2005, é gerida pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC⁵⁴.

Luciana Conrado Martins, pesquisadora já citada no capítulo anterior, estudou os serviços educativos de três grandes museus, um em cada Área⁵⁵ do conhecimento, cada qual com sua especificidade. Para as Linguagens, em sua tese de Doutorado, a autora privilegia a Pinacoteca do Estado. Sabemos, então, que:

As origens do serviço educativo da Pinacoteca do Estado, atualmente chamado de Núcleo de Ação Educativa, se confundem com a história da própria instituição. Desde seus primórdios, ligados ao Liceu de Artes e Ofícios, a Pinacoteca teve como proa de lança sua função educacional. No projeto de criação, de 1911, de autoria do deputado do Partido Republicano José de Freitas Valle, já aparecia entre as funções da nova instituição a formação do gosto estético das futuras gerações e a estruturação de um núcleo de aprendizado, similares aos propostos para o Liceu. (...) Após algumas mudanças de endereço, em 1947, o Museu retornou definitivamente ao edifício de tijolos aparentes da Avenida Tiradentes, no bairro da Luz em São Paulo. Foi lá, no ano de 1950, que se inauguraram as primeiras visitas guiadas (...) (Martins, 2011, p. 214).

⁵⁴ A APAC é uma Organização Social. As OSs foram criadas em São Paulo a partir de 1998 com a intenção de firmar parcerias público-privadas capazes de gerenciar e fomentar um determinado setor.

⁵⁵ Para mapear as Ciências da Natureza, a autora vai analisar o Educativo do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Ministério da Ciência e Tecnologia no Rio de Janeiro e para as Humanidades o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

No final dos anos 60, a Pinacoteca passa por um processo de modernização que levou, pela primeira vez, à implementação de ações mais ousadas em educação, como foram as visitas monitoradas e os cursos. A partir de 1979, tais visitas passaram a ser depuradas para que pudessem se adequar a diversas faixas etárias.

Na década de 90, enquanto o museu passava por sua maior reforma, exposições de grande porte elevaram a sua condição ao patamar de um dos melhores do país. Em 2002, saboreando essa nova condição, o serviço educativo ganha maior status apostando na profissionalização, passa gradativamente a ser referência e ganha a denominação de Núcleo de Ação Educativa. Por meio de um olhar apurado em relação ao seu público, usando pesquisas de opinião e adaptando materiais, já em 2003, a Pinacoteca inicia a formação de educadores aptos a atender visitantes com necessidades especiais, atributo que só veríamos mais tarde em outros museus.

Um ano antes da APAC entrar em cena, a Pinacoteca do Estado de São Paulo ocupava também o prédio do Edifício Pina Estação, assim definido no seu site institucional:

A Pina Estação ocupa o prédio do antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, um amplo edifício construído em 1914 por Ramos de Azevedo e que foi também sede do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS)⁵⁶ entre 1942 e 1983. Em 2004 o edifício foi totalmente reformado pelo arquiteto paulistano Haron Cohen para receber parte do programa de exposições temporárias e escritórios da Pinacoteca de São Paulo.

O segundo prédio da Pinacoteca possui 6 andares, cerca de 8000 m² de área, um café, um auditório, reservas técnicas e uma dinâmica programação de exposições temporárias que ocupam 2 andares do prédio. Os demais andares recebem a programação do Memorial da Resistência de São Paulo, uma instituição cultural dedicada aos direitos humanos por meio da preservação e musealização das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (www.pinacoteca.org.br).⁵⁷

⁵⁶ Em São Paulo, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS, como conhecemos no resto do país), foi representado pela sigla DEOPS. Como nos ajuda entender o próprio Memorial da Resistência em seu site oficial, representou a mais duradoura estrutura policial e de repressão, atuando de 1924 (governo Arthur Bernardes, ainda na República das Oligarquias) até 1983 (governo do presidente General João Batista Figueiredo, último representante da ditadura civil-militar no Brasil). Para mais informações procurar o verbete *DEOPS* em www.memorialdaresistencia.org.br.

⁵⁷ Hoje o complexo da Pinacoteca agrega mais um prédio, a Pina Contemporânea, agregada em 2015, onde antes era a Escola Estadual Prudente de Moraes. O formato atual faz da Pinacoteca de São Paulo um dos maiores espaços dedicado à cultura da América Latina capaz de receber um volume de visitantes na casa de mais de 1 milhão.

Foi nesse segundo prédio que nasceu o Memorial, em 24 de janeiro de 2009 (Figura 6), pela vontade de memória de parcela da sociedade mobilizada desde o início do processo de desmonte da ditadura civil-militar e que levou à formação do Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

Retomando o que já havíamos localizado em partes anteriores desse trabalho, o Fórum articula-se em 2001 e teve papel essencial para a existência do Memorial, inclusive para a configuração de muitas das atividades da Ação Educativa. Para sermos mais fidedignos, existem nos armários e caixas sob a salvaguarda do Centro de Referência do Memorial, nossa principal fonte de dados e informações para essa pesquisa, atividades datadas de 2008, quando o espaço do Largo General Osório ainda era Memorial pela Liberdade e a parceria entre museu e ex-presos, ex-presas e seus familiares reconstituía aquele lugar.

Figura 6. Armazém da Estrada de Ferro Sorocabana em 1915



Fonte: Acervo do Museu da Cidade de São Paulo. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Figura 7. Espaço carcerário antes da ocupação e reforma na década de 90



Fonte: José Patrício (acervo pessoal). Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Essa particularidade na gênese do Memorial representada pela presença contínua e marcante de militantes – perseguidos e presos durante a Ditadura Civil-Militar, muitos com passagem pelo DOPS – é claro que se espalha também na configuração da Ação Educativa. Tal fenômeno pode ser constatado tanto no registro da presença de ex presos e presas acompanhando as primeiras visitas feitas ao Memorial quanto à atividade intitulada “Roda de Conversa”⁵⁸ (que finaliza ou introduz algumas das visitas coordenadas pela Ação desde 2008) e promove o encontro das turmas com o testemunho direto de sobreviventes políticos da violência de Estado entre 1964-1985, como explicamos anteriormente.

Importante também lembrar o papel assumido pelo Núcleo Memória ocupando o auditório regularmente desde 2009 e dividindo com o Memorial a tarefa de organizar a atividade que é conhecida como “Sábado Resistente”, evento multiplicador das possibilidades de encontros entre o público – incluindo professoras e professores – e os ex-presos e ex-presas.

Podemos considerar essa simbiose entre Núcleo Memória (lembramos que ele nasce dos desdobramentos do trabalho do Fórum Permanente) e o Memorial da Resistência num indício determinante para evocarmos os conceitos elaborados por Pierre Nora, autor aqui tratado como espinha dorsal da definição de Lugares de Memória.

O Núcleo de Preservação da Memória Política (Núcleo Memória) descreve assim sua trajetória:

Entre os anos de 2007 e 2008, aqueles que vieram a ser fundadores do Núcleo, dentre os quais Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli, atuavam como diretores do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, entidade criada em 2001 para auxiliar os militantes no pedido de reparação econômica junto ao governo estadual. Esta gestão ampliou os debates dentro da organização, promovendo a atuação no campo da memória política em diálogo com diversos setores da sociedade em todo o país (entidades similares e governos), especialmente com o Governo do Estado de São Paulo, na implantação do que viria a ser o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). Destes tempos iniciais, destaca-se a promoção, em dezembro de 2007, do 1º Congresso de Ex-Presos e

⁵⁸ O documento de apresentação da Ação Educativa assim define: “Encontros semanais compostos por uma visita educativa à exposição de longa duração seguida de conversa com um ex-presos político convidado, a partir do relato de sua história de militância. Público-alvo: estudantes escolares do último ano do Ensino Médio, universitários, professores e grupos de adultos em geral.” (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Apresentação e Metodologia do Programa de Lugares da Memória. Memorial da Resistência de São Paulo, 2016).

Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, também chamado de 1º Congresso da Resistência Brasileira. (...) A tônica geral do encontro foi de construir/unir nacionalmente a luta por verdade e justiça, no sentido de consolidar a democracia, usando a memória/história como ferramenta principal (...).

(...) Devido à intensa participação do Fórum nas articulações políticas junto ao Governo do Estado de São Paulo e em todo o processo de remodelação do Memorial da Liberdade, construiu-se uma forte parceria entre o Memorial e os ex-presos políticos (...).

A partir de fevereiro de 2009, o Núcleo de Preservação Memória Política atuou como Comissão de Trabalho do Fórum. E em 25 de junho de 2009 é convertido em organização independente. Os membros fundadores, em sua maioria, eram ex-militantes de organizações e partidos que lutaram contra a ditadura civil-militar que se uniram com outros defensores dos Direitos Humanos na perspectiva de promover atividades de educação, cultura e memória política sob o ponto de vista dos protagonistas da resistência (Memória Institucional do Núcleo Memória - nucleomemoria.com.br)

Então, não estamos exagerando quando percebemos o quanto a determinação de uma parcela da sociedade brasileira movida pela certeza de que poderia acontecer uma política deliberada de apagamento, perigosa para o futuro da democracia brasileira, foi essencial para a ocupação e criação do Museu-Memorial⁵⁹ da Resistência e seu Núcleo de Ação Educativa gestado na experiência da própria Pinacoteca do Estado de São Paulo, como colocamos no início do capítulo.

Pela descrição que reproduzimos, “promover educação, cultura e política” é o compromisso que aproxima Fórum-Núcleo, Memorial da Resistência, Ação Educativa. Retomando Nora, estamos falando nesse processo das intenções políticas mobilizadoras, únicas capazes de alimentar a “vontade de memória”, que é o mecanismo motor da criação dos Lugares de Memória.

(...) Os Lugares de Memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-

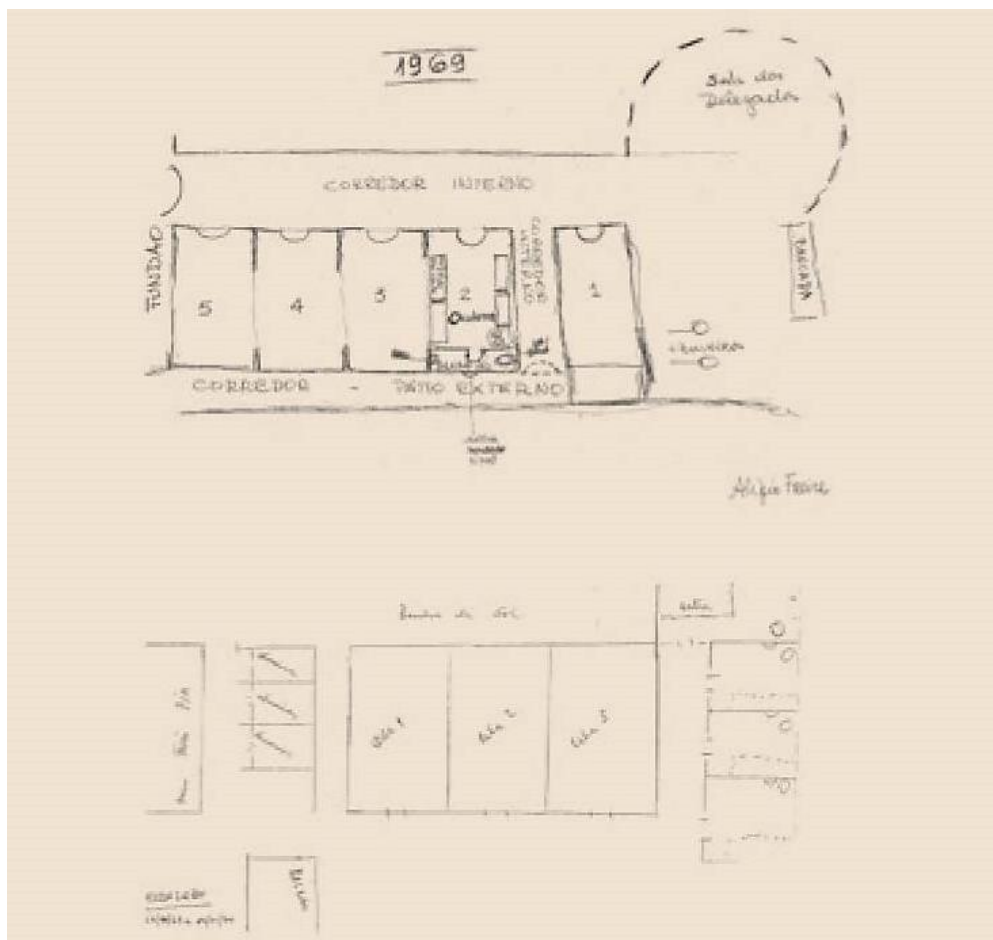
⁵⁹ O conceito de Museu-Memorial foi lapidado pela socióloga norte-americana Amy Sodaro em *Expondo a atrocidade: museus memoriais e a política da violência do passado*, lançado em 2018 e nos apresentado pela tradutora e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, Cristina Meneguello em nota para o artigo *Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu* (Revista PerCursos, Florianópolis, v.20, n. 44, pp. 207-231, set./dez. 2019).

vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (Nora, 1993, pp. 21-23).

Seguindo os passos de Pierre Nora, podemos pensar no Memorial da Resistência como espaço recolocado na História pelo esforço da sociedade e devolvido à sua materialidade naquele prédio de tijolos construído como armazéns e escritórios da velha Sorocabana, que sediou, nas duas ditaduras que o Brasil viveu em seu período republicano, um poderoso órgão de repressão.

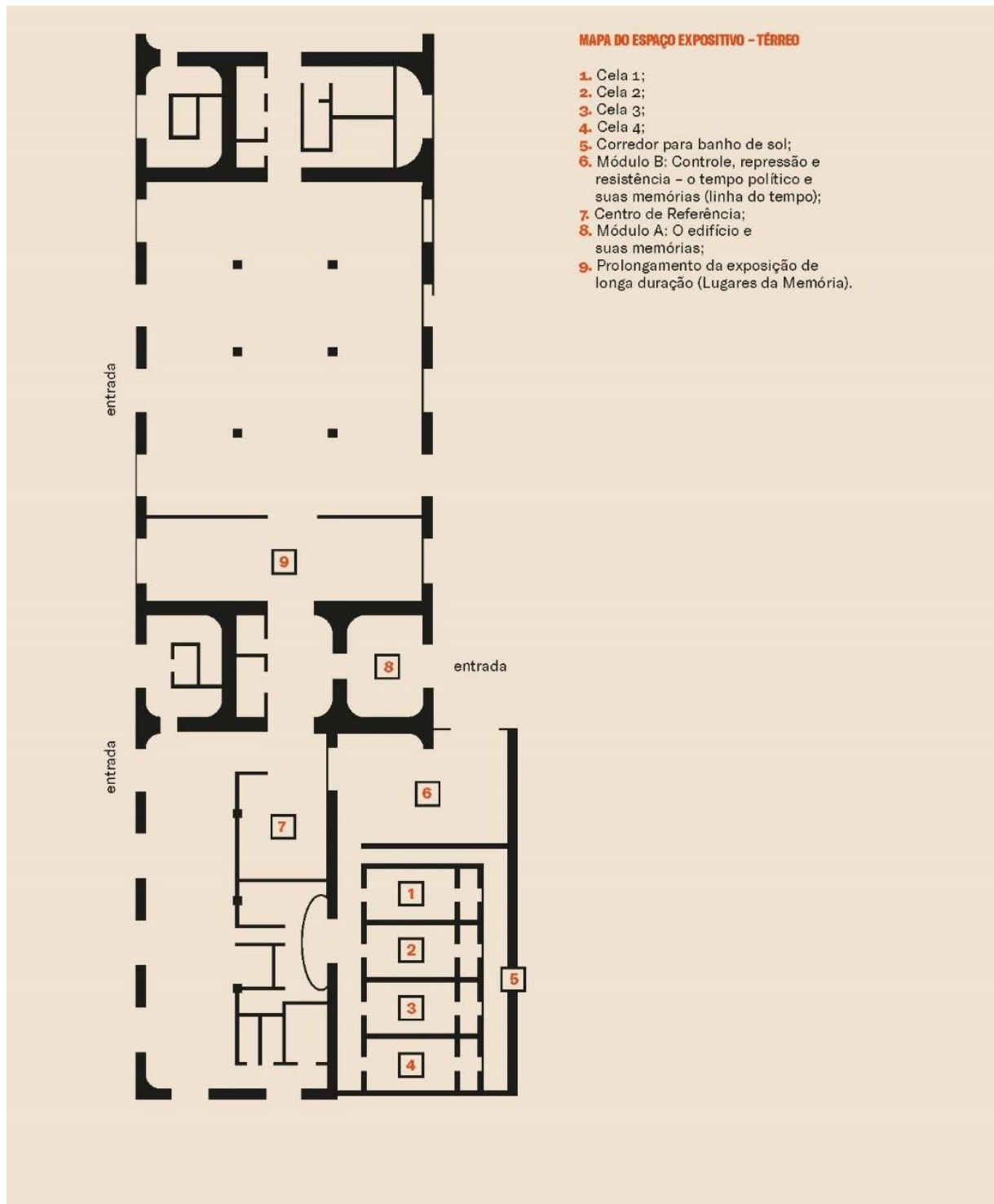
A questão que procuraremos trabalhar a seguir será destrinchar os caminhos feitos pela equipe da Ação Educativa do Memorial ao longo de seu processo de consolidação nos primeiros dez anos e tentar dimensionar seu diálogo com o público atendido, bem como seu possível alcance na sociedade. Passemos, então, para essa proposta de análise.

Figura 8. *Desenhos do espaço carcerário do antigo DEOPS/SP*



Fonte: Desenhos elaborados por Elza Lobo e Alípio Freire. Oficinas de memória, acervo Memorial da Resistência de São Paulo. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Figura 9. Mapa do espaço expositivo (piso térreo)



Fonte: Anexo confeccionado para publicação própria do museu. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Num documento de abril de 2010, usado no processo de formação de educadores para o Programa de Ação, encontramos a seguinte definição:

A Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo desenvolve caminhos de diálogo e reflexão voltados aos diferentes públicos, tendo em vista:

- Contribuir para a formação de cidadãos conhecedores e críticos em relação à História do Brasil Republicano;
- Sensibilizar a respeito da conscientização sobre a importância do exercício da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
- Trazer para a atualidade e discutir as questões relativas à resistência e à repressão no país (Memorial da Resistência. Centro de Referência. Armário 1 – Caixa 1 – Educativo: Cursos e Oficinas, 2009).

Como pressupunhamos, a salvaguarda da democracia aparece no corpo de sua definição. Não por acaso, além da “pontualidade, cortesia e educação”, é qualidade esperada pela instituição de seus educadores o “comprometimento” e “mostrar-se acessível e à disposição do público visitante em geral para responder perguntas, dialogar e ouvir” (Programa de Formação, 2010).

No Plano Museológico para o quinquênio 2018-2023, o Memorial atualiza a descrição reafirmando o seu compromisso com estimular o debate sobre a ditadura e o seu complicado processo de transição e “especialmente, de abordar as questões que problematizam a conquista dos direitos humanos, a partir da perspectiva da ‘resistência’ em suas distintas expressões (...)” (Memorial da Resistência 10 anos: Presente!, 2018, pp. 150-151). Para a Ação Educativa evoca a,

construção de diálogos entre o discurso expositivo e o público, por intermédio do desenvolvimento de processos formativos para educadores (ensino formal e não formal), da realização de visitas orientadas e da produção de materiais pedagógicos de apoio, contemplando ações multiplicadoras por meio de parcerias (2018, p. 154).

É necessário anotar que existem materiais bem preservados e organizados sob a guarda do Centro de Referência sobre formação de professores e produção de material, inclusive com instituições parceiras, mas que aqui não serão analisados para não provocar um desvio de finalidade da pesquisa. Nossa preocupação estará concentrada na relação dos educadores da Ação Educativa com o público visitante.

As visitas são geralmente agendadas (existem algumas que são encaminhadas no calor da dinâmica do dia, quando, sem aviso prévio, um grupo chega ao hall de entrada buscando o Programa de Ação Educativa ou visitantes espontâneos são incorporados a um grupo já organizado) e são acompanhadas normalmente por dois educadores. Há uma recomendação de que cada educador acompanhe um subgrupo de 20 pessoas para que a atividade seja plenamente satisfatória e os espaços da exposição de longa duração sejam observados. Devemos lembrar que quatro das antigas celas do DOPS foram reconstituídas para esse fim e seu percurso é parte fundamental do roteiro pensado pela Ação Educativa.

Figura 10. Visita promovida pela Ação Educativa em 2015



Fonte: Visita educativa na cela 3, acervo do Memorial da Resistência de São Paulo. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Completo o roteiro, os educadores cuidam de registrar num documento tríplice o resultado da visita. Ao final, Educadores, um Professor-Professora ou Responsável pelo grupo e um aluno-aluna são convidados a preencher uma ficha composta de questões majoritariamente de múltipla escolha e algumas de registro dissertativo. Essas Avaliações de Visita, como o documento foi nomeado, são uma radiografia de parte da história do Programa de Ação Educativa e foram o instrumento privilegiado nesta pesquisa.

Foram catalogadas e analisadas 2983 fichas de avaliação depositadas em pastas organizadas por ano e subdivididas por trimestres de 2009 a 2018. A escolha do intervalo de tempo buscou privilegiar do nascimento à efeméride dos 10 anos do Memorial, que dialogou com um período no mínimo convulsionado da História recente de nosso país. Levantamos o ano de 2019, cujos dados serão usados na conclusão dessa dissertação, no entanto, devem aparecer mais como apontamento de uma realidade marcada pela ressaca das eleições de 2018 e a entrada numa nova fase da história republicana pautada pelo retorno de uma determinada direita política que denunciava antigos caracteres, mas também novos arranjos trazidos pelo bolsonarismo.

O primeiro ponto a esclarecer é que só usaremos a avaliação sob a ótica do educador. Como já dissemos, esse registro é triplo (educador-professor-aluno). Existem autores preocupados com o impacto da visita ao Memorial na formação dos e das estudantes e na elaboração do currículo escolar⁶⁰. A pesquisa que desenvolvemos aqui privilegia o papel da Ação Educativa no compromisso com a política de Memória e de uma Educação para a Democracia – ou para o Nunca Mais. Nesse intento, a perspectiva dos educadores e das educadoras do Memorial impacta de forma mais determinante o corpo da presente pesquisa.

Lembremos que o público aqui tratado é aquele que recebeu o tratamento avaliativo; não é o público total do Memorial da Resistência e da Estação Pinacoteca, apenas parte dele. Consideremos ainda que, embora numa porcentagem menor,

⁶⁰ Estamos nos referindo especialmente ao trabalho de pesquisa sobre o educativo do Memorial da Resistência de São Paulo em comparação com o Museo Sitio de la Memoria ESMA de Buenos Aires, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como tese de Doutorado defendida em 2024 pelo historiador e educador Marcelo Henrique Leite.

existem visitas para as quais não foram produzidas avaliações e, portanto, não podem aqui ser computadas e analisadas.

São os números recolhidos na década de 2009-2018, a partir do documento Avaliação de Visita, que passaremos a usar no bloco de apontamentos a seguir.

As fichas de avaliação são documentos que – como todo documento – dialogam com seu tempo, espaço e relações sociais. Assim sendo, é um registro que foi ganhando contornos paulatinamente a partir da própria dinâmica do Programa de Ação Educativa e o público atendido. Nessa relação dialética, o Programa pensa e cria uma primeira ficha, modificada rapidamente já a partir do segundo mês de atendimento. Os educadores observam que seria necessário reclassificar os visitantes para que eles pudessem apropriadamente atingir seus objetivos. De uma classificação genérica (Funcionários, Espontâneo e Específico), as fichas passam a separar escolas públicas e privadas, ONGS e outros grupos atendidos (profissionalizante, pré-vestibulares, sindicatos, coletivos).

Outra mudança importante e prova dessa contínua conversa com o seu público foi a exclusão e/ou introdução de perguntas que pudessem registrar melhor a impressão que a Ação tem da visita e as questões necessárias na consolidação do Programa. Dito de outra forma: o Programa de Ação Educativa, embora tenha herdado parte da experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo, cujo Educativo existe desde 2002, vai construindo um repertório próprio e que é resultado histórico da formação do Memorial da Resistência e do público específico que ele atende, forma e fideliza.

Ponto que merece ser ressaltado foi a preocupação constante em aperfeiçoar o trabalho da Ação, desde o ajuste do tom e o passo da fala durante as explicações até a realização do levantamento de temas, bibliografia, filmografia que poderiam ser mais bem estudados pela equipe educativa para atender com maior eficácia, garantir a comunicação e aprimorar a relação com os visitantes.

Podemos constatar tal apreço, por exemplo, nas seguintes anotações selecionadas das Fichas desde fevereiro de 2009:

Falar mais devagar (2009, A.1 - C.1.⁶¹)

⁶¹ Para seguirmos um padrão, iremos identificar as anotações feitas pelos educadores da Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo nas Fichas de Avaliação sob a guarda do Centro de Referência da seguinte forma: letra A se refere ao Armário; letra C à Caixa. Com isso, seguimos o

Respeitar o tempo de duração da visita, pois algumas pessoas gostariam de explorar mais a exposição. Mas, como terminei faltando apenas 15 minutos para o fechamento do espaço elas só tiveram esses 15 minutos. Mas, insisti que voltassem outro dia com mais tempo. (2009, A. 1 – C. 1)

Indicar a localização dos banheiros e bebedores e pedir que os celulares sejam desligados antes do início da visita. (2009, A. 1 – C. 1)

Utilizar linguagem mais simples e após dar definições de conceitos, dar exemplos. (2009, A. 1 – C. 1)

Desenvolver melhor os conceitos de repressão e resistência. Definir de forma mais clara o que é o memorial. (2009, A. 1 – C. 1)

Inserir melhor o corredor de banho de sol. (2009, A. 1 – C. 1)

Estratégias/abordagens de atendimento a públicos especiais. (2009, A. 1 – C. 1)

Como tratar dos conceitos da exposição com crianças. (2009, A. 1 – C. 1)

Organizar percursos com abordagens alternativas para quando o grupo não puder fazer o percurso todo (1h30). (2009, A. 1 – C. 1)

A visita poderia ser mais bem aproveitada pelos estudantes se houvesse mais tempo para o desenvolvimento dos conceitos, ver vídeos inteiros e ouvir áudios. (2009, A. 1 – C. 1)

Muitos estudantes pareceram muito interessados e disseram que voltariam com mais tempo posteriormente. (2009, A. 1 – C. 1)

Criar situações de interação com o grupo: interagir com o público de outras maneiras, quebrando barreiras como o de espaço, deram resultados positivos. (2009, A. 1 – C. 1)

Tivemos a preocupação de fazer uma dinâmica que não causasse cansaço ao grupo (cela 4) e que fizesse as pessoas falarem de sua experiência com a época. (2009, A. 1 – C. 1)

Criação de roteiros específicos para grupos de Direito. (2009, A. 1 – C. 1)

Pensar em materiais concretos para a terceira idade, falar mais alto durante visitas com grupos de idosos. (2009, A. 1 – C. 1)

O item “Pesquisar mais sobre”, entre 2009 e 2010, também mereceu muita atenção, apontando registros em quase todas as fichas do período. O elenco de temas era variado e partia sempre de questões levantadas pelos visitantes e que, como não puderam ser respondidas em sua totalidade pelo educador, passava a ser sua preocupação futura. Fato que nos permite atestar o compromisso com a formação permanente da equipe de educadores da Ação. Era preciso, por exemplo, saber mais sobre:

Peças de teatro sobre a ditadura. (2009, A. 1 – C. 1)

A esquerda brasileira. (2010, A. 1 – C. 1)

As ações de entidades de defesa dos direitos humanos. (2009, A. 1 – C. 1)

Dúvida levantada por um dos visitantes sobre a cor das paredes. (2009, A. 1 – C. 1)

O Lula esteve preso aqui? (2009, A. 1 – C. 1)

Trajectoria da Dilma Rouseff. (2009, A. 1 – C. 1)

Houve tentativa de fuga? (2010, A. 1 – C. 1)

Pensar novas e diferentes abordagens para tentar vencer a apatia de alguns adolescentes. (2010, A. 1 – C. 1)

Observemos, por exemplo, que a partir de março de 2009 (o Memorial foi inaugurado em 24 de janeiro, as primeiras visitas registradas datam de fevereiro), é excluída da ficha uma pergunta sobre a “contextualização do documento” e entraram duas outras: uma sobre a aplicação da “atividade educativa” e outra avaliando a relação do professor-responsável com a atuação da Ação (se foi participativo, colaborador, competitivo, desinteressado).

O levantamento fica mais claro, incluindo aqui critérios mais abrangentes para a classificação do público, tanto pela faixa etária quanto por sua origem. A partir de abril, a ficha passa a designar no perfil: escola pública, escola privada, espontâneo, funcionários e outros. Surge o item que mapeia a aplicação de uma atividade educativa complementar e a qualidade de sua aplicação. Em junho, a ficha questiona se pela percepção dos educadores o público havia recebido alguma preparação prévia e em setembro se sobrara tempo para visitar a exposição temporária (questão que vai desaparecer em setembro de 2011). No final de 2011, também passamos a contar

com uma ficha específica para avaliar a visita do grupo “Outros” (não escolares, quer seja do Ensino Básico, quer do Ensino Superior) que conta com menos itens e outra ficha para avaliar a atividade Roda de Conversa (que não será trabalhada nesta pesquisa).

Figura 11. Fac-símile da primeira Ficha de Avaliação aplicada (fevereiro/2009)

AVALIAÇÃO DE VISITA EDUCATIVA

Educador(es): _____

Data: _____ Horário: _____

Nº de pessoas: _____ Faixa Etária: _____

Perfil: _____

Foco da Visita: _____

Registrar um ou mais comentários significativos do grupo: _____

O interesse demonstrado pelo grupo foi:

() intenso () moderado () fraco

Contextualização de documentos:

() excelente () boa () razoável () ruim

Entendimento dos conceitos de controle, repressão e resistência:

() excelente () boa () razoável () ruim

Contextualização do espaço prisional:

() excelente () boa () razoável () ruim

De uma maneira geral, a visita foi:

() excelente () boa () razoável () ruim

Aspectos a serem melhorados: _____

Pesquisar mais sobre: _____

Utilize o verso para expor mais idéias

Fonte: Memorial da Resistência. Centro de Referência. Arquivo 1, Caixa 1, 2009-2011.

Figura 12. Fac-símile da Ficha de Avaliação usada em 2024

 MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

AVALIAÇÃO DE VISITA EDUCATIVA – EDUCADOR

Educador(es): _____

Instituição: _____

Data: ____/____/____ Horário: _____ Nº de pessoas: _____

Faixa etária: _____ Série/Curso: _____

Perfil do grupo:

() escola / universidade pública () escola / universidade / faculdade privada
() ONG / Projeto Social () outro: _____

Eixo de discussão:

1) () D.H. () Repressão () Resistência () Memória () Ditadura () DEOPS () Patrimônio
() Outros: _____

2) () D.H. () Repressão () Resistência () Memória () Ditadura () DEOPS () Patrimônio
() Outros: _____

Roda de conversa? () SIM () NÃO Convidado: _____

Dinâmica implementada: 1) _____
2) _____

Comentários/situações a serem registrados: _____

O professor foi: 1) () participativo () competitivo () indiferente
2) () participativo () competitivo () indiferente

O interesse demonstrado pelo grupo foi: 1) () intenso () moderado () fraco
2) () intenso () moderado () fraco

O grupo demonstrou ter sido preparado para a visita? () sim () não () pouco
Por quê? _____

Contextualização dos conceitos/temas trabalhados:

1) () excelente () bom () razoável
2) () excelente () bom () razoável

Atividade educativa de apoio à visita:
() realizada no início da visita () realizada no final da visita () não realizada
Qual? _____

Aplicação:
() excelente () bom () razoável

Comentários: _____

De uma maneira geral, a visita foi: 1) () excelente () bom () razoável
2) () excelente () bom () razoável

Observações:

Fonte: Memorial da Resistência. Centro de Referência. Arquivo 1, Caixa 2, 2012.

Para viabilizar a análise a que nos propusemos nessa pesquisa, cuidamos de buscar as perguntas comuns, passíveis de comparação. Descartamos aquelas que aparecem somente nas fichas de um determinado período e preservamos as que se tornaram perenes. São essas, no nosso entendimento, que atestam as necessidades do Programa de Ação Educativa na construção do seu trabalho cotidiano e eficácia no trato com seu público.

Com exceção da classificação do público no primeiro trimestre de 2009 – refeita na localização de origem – todos os dados coletados partem do registro exclusivo do documento. Portanto, entende-se como verdadeiro o dado declarado pelo educador que preencheu a ficha, não havendo checagem adicional ou contraprova. Escutamos os documentos levando em consideração, inclusive, os seus silêncios, os quais tentaremos analisar aqui.

Registradas essas observações metodológicas, façamos a leitura das tabelas que foram confeccionadas a partir da coleta de dados.

Tabela 1. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2009

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Escola Pública	34	260	450	610	1354
Escola Privada	339	143	46	192	720
Outros	291	209	261	375	1136
Total	664	612	757	1177	3210

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Tabela 2. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2018

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Escola Pública	995	1734	1114	1389	5232
Escola Privada	145	383	556	364	1448
Outros	597	852	822	509	2780
Total	1737	2969	2492	2262	9460

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Comparando Tabela 1 (ano de fundação do Memorial e início de atuação do Programa de Ação Educativa) com a Tabela 2 (aniversário de dez anos), é evidente a explosão do público atendido. Sabendo que essa é parte do público total que procura o Memorial da Resistência, mas uma parcela que podemos qualificar pelo atendimento dos educadores. Excetuando o trimestre inaugural, o público vindo das escolas públicas supera em muito o das escolas privadas, sendo o primeiro trimestre o que registra a maior queda de visitas escolares. Claro, aqui lembramos o peso do período de férias e/ou recesso e o hiato necessário para que qualquer currículo escolar seja pensado, acionado e executado, preparando qualquer saída de estudo, como uma visita ao acervo da exposição permanente do Memorial da Resistência.⁶²

Importante localizarmos historicamente de que década estamos falando. Em 2009, o Brasil se encaminhava para o último quartel dos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). São 24 anos depois de encerrado o longo período da ditadura civil-militar; 21 anos depois de promulgada a Constituição de 1988, considerada marco fundamental para consolidação da redemocratização do país.

A própria criação do Memorial da Resistência poderia ser lida como um indicativo de que os ventos democráticos garantiriam, para muitos setores da sociedade, que o esquecimento e o silenciamento não seriam mais possíveis. A última vez que o Brasil sepultara uma ditadura – a do Estado Novo, derrubada em outubro de 1945 – tivemos quase duas décadas de reorganização das instituições e da sociedade civil. Em 2009, já havíamos superado essa marca. Existiam muitos motivos para ser otimista. O grau de participação dos professores ou responsáveis pelo grupo e o interesse demonstrado pelos visitantes na perspectiva do educador do Programa confirmam isso. Dos 88 professores avaliados, todos foram classificados como participativos e das 131 visitas avaliadas a partir da demonstração de seu interesse pelo evento, 95 foram percebidas como “Intenso”, numa escala que prevê Intenso-Moderado-Fraco.

Como já mencionamos na primeira parte desse capítulo, o mesmo otimismo também deveria ser visto com cautela. Afinal, o modelo de transição negociada pelo alto, poupando agentes do Estado envolvidos com a repressão e tortura, sugeria uma possibilidade de “deixar para lá esse passado trágico” e pensar no futuro do país.

⁶² O acervo permanente do Memorial da Resistência de São Paulo no período aqui escolhido para o levantamento (2009-2018) passa por duas reformas posteriores. Estamos levando em consideração para entender as observações do público somente o espaço original.

Lembramos novamente os esforços do Fórum de ex-presos para impedir que um possível Memorial da Liberdade engolisse um da Resistência. Havia uma disputa pela memória de nossa história recente e daquela outra que denunciava a violência do Estado como algo arraigado, estrutural em nosso país. A amnésia coletiva também é construída, já nos apontou Jacques Le Goff (2013, p. 389).

Quando tentamos avaliar se esse otimismo se mantém em 2018, acumulada uma década de experiência da própria equipe do Programa e construção democrática do país, alguns indicadores chamam nossa atenção. Intenso ainda é a marca das visitas: 289 das 332 visitas no ano. No entanto, 89 professores são interpretados como desinteressados, 26,8% do total contra menos de 8% em 2009. Há um indicador de ânimo aqui que vale a pena analisarmos. Usemos mais indicadores para esse esforço.

Tabela 3. *Visitas e perfil do público avaliados pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)*

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Escola Pública	1354	1585	2636	3851	8912	8101	5086	4483	2228	5232	43468
Escola Privada	720	1073	1011	2290	2208	3217	3775	2482	2189	1448	20413
Outros	1136	944	2976	2028	2578	2653	3629	3270	3328	2780	25322
Total visitantes	3210	3602	6623	8169	13698	13971	12490	10235	7745	9460	89203
Visitas avaliadas	131	128	238	264	440	437	406	338	269	332	2983

Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Primeira observação que salta aos olhos é a prevalência dos grupos que chegaram ao Memorial, agendaram e procuraram a parceria com o Programa de Ação Educativa, trazidos sob a orientação de professoras e professores de escolas públicas. Avaliando os números totais, em uma década o Programa recebeu quase o dobro de visitantes atendidos por instituições federais, estaduais e municipais, cerca de 70% mais do que os grupos classificados como “Outros” (SENAC, ONGs, cursos livres, associações, sindicatos).

Podemos buscar uma gama de explicações para esse fenômeno. Alguns registros nas fichas de Avaliação citam projetos ligados às Secretarias de Educação estadual e municipal que financiaram transporte e fomentaram saídas para diversos

aparelhos culturais da cidade. Vale destacar o Programa Cultura é Currículo, assim definido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo:

“O Programa Cultura é Currículo integra o conjunto de ações definidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para concretização da sua política educacional, visando propiciar melhor qualidade de ensino da escola pública estadual, seja no sentido de atender aos desafios do mundo moderno, como em relação à função de transmissão do saber, para inserção social de seus alunos (...)
 (...) Nesse contexto, a definição do Programa orientou-se por três objetivos básicos a serem alcançados:

- Democratizar o acesso de professores e alunos da rede pública estadual a equipamentos, bens e produções culturais que constituem patrimônio cultural da sociedade, tendo em vista uma formação plural e a inserção social.
- Fortalecer o ensino por meio de novas formas e possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos curriculares em articulação com produções socioculturais e fenômenos naturais, diversificando-se as situações de aprendizagens.
- Estimular e desenvolver a aprendizagem por intermédio de interações significativas do aluno com o objeto de estudo/conhecimento de disciplinas, reforçando-se o caráter investigativo da experiência curricular (<https://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br>).

“Cultura é Currículo” foi criado em 2008 como projeto-piloto da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, na cidade de São Paulo e, a partir da Resolução 19 de 13-3-2009 (SEESP), foi ampliado para todo o Estado. Em artigo de 2017, Angélica Ferreira⁶³ analisa o impacto de sua implantação e encontramos dados impressionantes. A autora, partindo dos dados oferecidos pela Secretaria, menciona 5 milhões de atendimentos a estudantes durante a vigência do Programa (2008-2014). No projeto Lugares de Aprender: a Escola Sai da Escola, que é aquele que nos acompanha na análise proposta aqui, serão 612.640 impactados em 2014 por meio do contato com 170 instituições parceiras do Programa. O Memorial da Resistência foi uma delas.

Não obstante, só o fomento estatal não daria conta de explicar tudo, à medida que as instituições públicas continuam se sobressaindo, mesmo depois de extintos alguns desses programas, e segue um fluxo que também será sofrido pelos outros perfis classificados. Observemos, por exemplo, o grande pico de visitantes e visitas

⁶³ FERREIRA, Angélica Aparecida. Programa Cultura é Currículo: democracia cultural ou proselitismo? Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2017.

em 2013-2014, a queda acentuada de 2017 e o movimento esboçado de recuperação em 2019.

Acompanhando o que vem sendo defendido desde a Introdução, o Memorial da Resistência é dotado de uma natureza particular que o distingue de outros museus. É espaço de cultura sem dúvida, mas é, também, espaço político vivo do Educar para o Nunca Mais. Estamos falando de um Memorial constituído a partir da experiência de sobreviventes do processo de luta contra nossa ditadura mais recente, cuja existência literalmente está grafada nas paredes das celas. A presença regular de ex-presas e ex-presos políticos nas visitas de grupos agendados torna seu Programa de Ação Educativa obrigatoriamente imbricado com a demanda de formação para a democracia. O resultado disso aparece nos vários projetos desenvolvidos na relação com os grupos atendidos pela Ação e que foram construídos e aperfeiçoados em mais de uma década de trabalho.

Para que a anotação seja exemplificada, podemos citar os projetos de contação de história (que nasceu da preocupação real de atender o público infantil: como falar de autoritarismo, repressão, censura para crianças? Como respeitar essas crianças como cidadãs em formação)(Figura 14) e o desenvolvimento de estratégias de inclusão e acessibilidade (o que explica a elaboração de material tátil também do espaço prisional que é parte da exposição permanente do Memorial)(Figura 13).

Entendemos, portanto, que o Memorial não precede, muito menos se justapõe, mas dialoga com seu tempo e história, podendo buscar outros elementos norteadores.

Em 2013, o Brasil foi tomado por um enxame de manifestações iniciadas por um desencanto em relação a várias políticas públicas, tendo sido o aumento da tarifa de transportes em São Paulo o gatilho para a ocupação das ruas na cidade, a princípio por uma população jovem. As imagens de junho de 2013 já fazem parte de um cenário bem conhecido e ainda hoje é analisado, pesquisado, retomado. O tempo no qual vivemos, passados dez anos, permite-nos, no mínimo, constatar que, de lá para cá, observamos de forma mais clara tanto a emergência de novas formas de organização política da sociedade brasileira – fenômeno constatado no surgimento de vários coletivos e numa insurgência estudantil que vai dar nas ocupações de escolas estaduais em 2015 – quanto em roupas velhas e novas para uma extrema direita brasileira.

Figura 13. *Visita e uso da maquete tátil em 2016*



Fonte: Visita utilizando recursos da maquete tátil, 2016, foto de Pablo Di Giulio, acervo do Memorial da Resistência de São Paulo. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Figura 14. *Visita com contação de história*



Fonte: Contação de histórias elaborada pela equipe da Ação Educativa a partir do livro *Era uma vez um tirano* de Ana Maria Machado, acervo do Memorial da Resistência de São Paulo. Imagem retirada do livro comemorativo Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!, 2018.

Não é nosso objeto fazer essa análise aprofundada, no entanto, importante constatar como os ventos sociais e políticos de 2013-2014 se espelham nos números

que aqui trazemos. Vejamos: a equipe da Ação Educativa do Memorial atende 440 grupos, em 2013, que trazem 13.698 visitantes interagindo com seus educadores. Em 2014, serão 437 grupos e 13.971 pessoas. Sempre lembrando que estamos trabalhando os dados das Fichas de Avaliação. Não estamos contando com aqueles grupos que, mesmo atendidos pela Ação, não foram avaliados nem com os visitantes que chegaram ao Memorial por outros caminhos e não tiveram contato com a Ação. É um crescimento de mais de 70% num contexto de efervescência política. Notemos que essa explosão não será repetida até o final da década aqui pesquisada.

Entendemos que uma explicação possível vem da própria relação dialética do Memorial da Resistência com a cidade e com a própria história do nosso país. Sendo o resultado material dentro da arquitetura urbana paulista da luta contra um regime autoritário, o Memorial consolidou-se no imaginário como espaço de referência de luta, como referencial da vontade de memória.

Também recordemos que, se em 2013 a explosão social pode ter aguçado o desejo de entender outros momentos de resistência, especialmente da juventude, contra autoritarismos e violências do Estado, em 2014 tivemos os vários questionamentos em relação aos gastos envolvendo a preparação do Brasil para receber a Copa do Mundo de Futebol (e dois anos mais tarde, as Olimpíadas no Rio de Janeiro) e, importantíssimo para voltarmos para a chave da educação: o aniversário de 50 anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil.

Vejamos algumas observações registradas pelos educadores nas Fichas de Avaliação em 2013 que possam, talvez, oferecer pistas desse tempo:

O professor desenvolve com os alunos do EJA um projeto de estudos sobre a ditadura que terá como resultado final uma encenação realizada pelos alunos (a EJA nesse caso é um projeto social da escola privada EV). (2013, A. 1 – C. 3)

A escola organizou um projeto interdisciplinar – História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais – para tratar dos temas ligados à ditadura com os terceiros anos. A visita ao Memorial faz parte do projeto. (2013, A. 1 – C. 3)

Tratava-se de um grupo de professores que tinham a intenção de conhecer diversos espaços culturais de São Paulo para que posteriormente possam trazer grupos de alunos. (2013, A. 1 – C. 3)

Os alunos, de uma forma geral, ficaram bastante sensibilizados com a escuta dos depoimentos da cela 4 e fizeram comentários sobre a

importância deste contato direto como forma de aproximação desse passado ditatorial. (2013, A. 1 – C. 3)

O ex-preso político Alípio Freire apareceu no espaço expositivo durante a conversa. Alguns alunos o reconheceram nas fotos da Cella 1. (2013, A. 1 – C. 3)

Selecionamos acima alguns registros feitos no primeiro semestre de 2013, portanto, antes das manifestações maiores tomarem conta das ruas das grandes cidades do país e tudo virar assunto dos noticiários em várias mídias.

Até aquele momento, o que chega dos extramuros do Memorial confirma a tendência de muitas escolas e professores em integrar a visita ao espaço museal ao próprio currículo. Vale a pena ressaltar a aproximação com os professores que, não raro, fazem uma visita técnica antes de levarem suas turmas.

Vejamos agora as anotações feitas a partir de junho do mesmo ano:

Comentaram das manifestações atuais (Passe Livre). A professora realiza um projeto fora de sala, com incentivos para fundamentos para criar um grêmio estudantil na escola. (2013, A. 1 – C. 3)

Fizeram diversos comentários sobre os movimentos de resistência na ditadura, sobre o filme Batismo de Sangue e também relacionaram as conversas com as manifestações das últimas semanas. (2013, A. 1 – C. 3)

A greve dos ferroviários e o Passe Livre foram bastante citados pelos alunos. (2013, A. 1 – C. 3)

Utilizaram as ações do movimento Passe Livre para amplificar os conceitos de resistência e repressão em dias atuais. (2013, A. 1 – C. 3)

Grupo de policiais de várias cidades do interior e litoral foram convocados para apoio na cidade durante as últimas manifestações (Passe Livre) e durante o dia antes de assumir o posto estão realizando a visita. Uma pequena interação do grupo durante a apresentação com pontos de vistas diferenciados que não foram agressivos, souberam respeitar o trabalho do educador e entender o espaço sem muitas interferências. (2013, A. 1 – C. 3)

Alguns alunos afirmam que estão participando das manifestações que vem ocorrendo na cidade desde junho. (2013, A. 1 – C. 3)

Se entendemos como fato a inserção do Museu em sua realidade, fica evidente como podemos perceber a passagem do tempo, do processo de mudança histórica, das relações políticas e sociais só de acompanhar as anotações.

Também lembramos que os 50 anos do golpe civil-militar ensejaram uma série de eventos, exposições, documentários, edições e reedições de livros e, novamente, a preocupação em reafirmar os compromissos com a manutenção da democracia no país. Processo penoso, vagaroso, cheio de idas e vindas, limitado, sem dúvida alguma, mas que custara muito caro à história recente do país. A própria existência do Memorial, exatamente como é, só pode ser explicada dentro desse tempo.

Se entendermos docentes e outros setores responsáveis pela organização dos grupos que visitaram o espaço passando pela mediação da Ação Educativa como figuras ativas, dotadas de iniciativa e vontade política, podemos compreender que a escolha por esse lugar de memória não foi aleatória, casual ou imposta por uma hierarquia superior, pelo menos majoritariamente. Tal ação de vontade, aliás, também aparece nos números que espelham a participação de escolas privadas nesse tipo de visita. Não sendo resultado de engajamento estatal, mas centrado em seus Projetos Político Pedagógicos e na clientela de cada empresa de educação, docentes do setor privado também se engajam muito mais entre 2013 e 2015, trazendo um maior número de estudantes num volume crescente de grupos de visita (69 em 2013; 100 em 2014; 113 em 2015). Escolher levar seus alunos e alunas a um espaço como o Memorial já é um ato de vontade de memória. Escolher a parceria com o Programa de Ação Educativa sela definitivamente esse compromisso. Tentemos ver isso cruzando os dados de outros dois levantamentos.

Antes que comecemos, é importante registrar que, como já foi anotado no início desse capítulo, as Fichas de Avaliação usadas para o balanço feito pelos educadores do Programa ao final de cada visita foram sendo aperfeiçoadas no fazer pedagógico cotidiano da equipe.

Tabela 4. Avaliação dos professores atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Participativo	69	83	61	86	140	217	180	134	75	158	1203
Competitivo	2	3	1	5	8	10	15	19	2	6	71
Desinteressado	7	27	47	71	160	89	60	50	42	89	642
Não avaliado	10	15	129	102	132	121	151	135	150	79	1024
Total	88	128	238	264	440	437	406	338	269	332	2940

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Tabela 5. Grau de interesse dos atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Intenso	95	78	199	224	364	354	343	270	235	289	2451
Moderado	28	43	34	27	53	49	39	36	9	18	336
Fraco	5	1	1	2	5	7	3	9	1	2	36
Não avaliado	3	6	4	11	18	27	21	23	24	23	160
Total	131	128	238	264	440	437	406	338	269	332	2983

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Indicadores foram acrescentados, outros retirados ou fichas específicas foram criadas para avaliar situações educativas específicas. Isso nos ajuda observar que, no ano de 2009, o item que avalia a participação dos professores só é introduzido a partir de abril, enquanto aquele que mede o interesse dos visitantes existe desde o início do ano. Daí a totalização diferente nas Tabela 4 e Tabela 5. Também é preciso lembrar que, a partir de 2011, o perfil “Outros” passa a ser avaliado a partir de uma ficha específica, em que não consta a totalidade dos mesmos itens, inclusive aquele que avalia os professores (nem sempre os grupos não escolares são organizados por um professor e estão sob sua responsabilidade). Daí o número maior de “Não avaliados” no quadro comparativo que explica esse item. Feitas as observações precedentes, observemos:

Há uma constante na percepção dos educadores do Programa sobre o grau de interesse. Com exceção dos 60% de avaliados como Intenso, em 2010, nos demais anos, incluindo os de maior tensão política já comentados, os educadores avaliam com entusiasmo a participação dos grupos, o que significa uma porcentagem entre 72% (2009) e 87% (2018).

Os números que a Tabela 4 nos oferece, no entanto, podem trazer outras pistas. O ano de 2013 foi o único a colocar o número de professores considerados “Desinteressados” acima do de “Participativos”. Em 2014, a porcentagem de avaliados de forma positiva aumenta (68%), embora o volume de “Competitivos” comece a subir: 3% (2014), 5,8 (2015) e 9,3% (2016).

Relembramos que, em 2013, temos a tomada das ruas em manifestações que anunciam um esgotamento de um pacto político vindo desde a redemocratização, a partir de 1985; ganham amplo apoio dos grandes veículos de comunicação que ainda estavam nas mãos de grandes empresários do setor, com poucos e controlados canais e gestavam fenômenos à direita e à esquerda que só avaliariamos com mais cuidado nos anos posteriores. Se analisarmos o ano de 2013 trimestre por trimestre, fica sugerido que cresce a procura feita por grupos mediados pelo Programa de Ação a partir de julho.

Em 2014, ano de ouro para o Memorial que arrebatava um público maior na esteira dos 50 anos do golpe, as manifestações vão sendo tingidas de forma mais fidedigna, um discurso de extrema direita vai se desenhando, ganha força o projeto Escola sem Partido e eleições majoritárias tomam conta do debate nacional. O PT é reeleito para um quarto mandato, mas algo de estranho se estabelecia desde o anúncio oficial dos resultados das urnas, quando o candidato do PSDB derrotado, Aécio Neves, levanta a possibilidade de fraude e pede recontagem dos votos ao Supremo Tribunal Eleitoral. Esse discurso será retomado várias vezes depois de 2014.

Parecia que falar sobre democracia e sobre a memória dos tempos da ditadura civil-militar seria imperativo para lembrar à sociedade a urgência de sua manutenção para evitar retrocessos. O saldo mais nocivo viria em 2016 com a traumática cisão do país e o processo que acelerou a saída do poder da Presidenta Dilma Rousseff. No mesmo ano, foi a primeira vez que as fichas registraram no campo de observações feitas pelos visitantes o nome de Jair Bolsonaro, a homenagem que faz a Brilhante Ustra na votação do impeachment e a estranheza que causava receber um visitante que questionava se aqueles testemunhos recolhidos e ecoados no espaço do Memorial seriam de fato verdadeiros.

Observemos o que as circunstâncias materiais e o novo (velho) debate de ideias trazem para as visitas interagindo com a Ação Educativa:

Os alunos comentaram de ver pessoas atualmente nas ruas pedindo a volta da ditadura. (2016, A. 1 – C. 6)

Citaram o discurso do deputado Jair Bolsonaro na ocasião da admissibilidade do processo de impeachment. (2016, A. 1 – C. 6)

Alunos com discurso de ódio acentuado talvez por questões externas. O tempo de visita não se fez suficiente para esse trabalho. (2016, A. 1 – C. 6)

Um dos alunos analisou o impeachment da presidenta como golpe. (2016, A. 1 – C. 6)

Os alunos citaram as desocupações promovidas pela PM em escolas e diretorias, mas sem ordem do MPE. (2016, A. 1 – C. 6)

Uma das alunas comentou que, no colégio militar onde estudava, os alunos ficaram sabendo que seu avô e pai, antigos militares, combateram a ditadura e que foram presos e torturados por isso. Dada a descoberta, esta aluna sofreu agressões físicas e morais, tentou suicídio e hoje passa por tratamento psicológico. A clínica do testemunho foi indicada a ela. (2016, A. 1 – C. 6)

Vários alunos estavam com um discurso de ódio contra a presidenta Dilma. (2016, A. 1 – C. 6)

O grupo acompanhou a votação da abertura do impeachment na Câmara e também estabeleceram relações entre a repressão e a resistência a partir do que vivenciaram (e em vivenciado mais diretamente neste ano). Ex: merenda, greve dos professores. (2016, A. 1 – C. 6)

O grupo veio com 4 professores que possuíam comportamentos muito distintos, daí as diversas classificações no item acima. O professor de história mostrou-se competitivo e sarcástico com a educadora 1, chegando a abandonar a visita após dizer que os termos consciência de classe e meios de produção eram tipicamente marxistas. Ele então foi para o outro grupo e agiu de forma competitiva também no grupo da educadora 2. No momento da livre visita esse mesmo professor se pendurou nas grades do corredor do banho de sol. (2016, A. 1 – C. 6)

A visita dialogou com a homenagem do deputado Bolsonaro ao torturador Coronel Brilhante Ustra, feita em rede nacional dia 17 de abril, e como o ato de repúdio a essa ação organizado no estacionamento da Sala São Paulo pelo UJS. (2016, A. 1 – C. 6)

Um estudante associou o movimento de anistia com as mães de maio, o professor comentou que a escola recebeu reclamação na ouvidoria de uma mãe acusando a escola de doutrinar os alunos. (2016, A. 1 – C. 6)

Os ventos definitivamente estavam mudando e os educadores do Programa o flagraram e o documentaram com muita sensibilidade. É claro, se estamos insistindo que toda construção se dá de forma dialética, os envolvidos só poderiam ser e estar visceralmente relacionados. Discurso de ódio, negacionismo em relação a existência da ditadura e de seus testemunhos e atitudes mais agressivas com os próprios

educadores do Memorial. Atacar com violência ou desprezar a fala de um educador é algo raramente anotado nos campos de observações das Fichas de Avaliação. A partir de 2016, não seria tão raro assim.

A pergunta que poderia nos deixar curiosos é se em algum momento a capacidade de regeneração da democracia brasileira deu sinais de vida. Os grupos, escolares ou não, atendidos pelo Programa, trouxeram indicadores e levaram para casa a vontade de memória que permite a existência de um Lugar como o Memorial?

Analisemos as últimas tabelas a seguir.

Tabela 6. *Preparo prévio dos grupos atendidos pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)*

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sim	38	42	31	70	73	104	109	65	39	100	671
Não	20	40	42	50	136	104	76	66	39	57	630
Em termos	10	38	37	43	91	106	67	67	45	95	599
Não avaliado		8	128	101	140	123	154	140	146	80	1020
Total	68	128	238	264	440	437	406	338	269	332	2920

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Tabela 7. *Resultado geral do atendimento pelo Programa de Ação Educativa (2009-2018)*

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Excelente	70	54	188	219	356	339	326	244	228	299	2323
Bom	45	53	42	30	59	61	54	67	16	14	441
Razoável	11	14	2	4	6	8	3	6		1	55
Ruim	2										2
Não avaliado	3	7	6	11	19	29	23	21	25	18	162
Total	131	128	238	264	440	437	406	338	269	332	2983

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Os números que indicam o preparo prévio dos grupos visitantes podem nos oferecer algumas pistas, sobretudo quando cruzamos esses dados com as anotações feitas pelos educadores nas Fichas de Avaliação.

Como já vimos em itens anteriores, há um crescimento que acompanha a própria consolidação do Memorial da Resistência na cidade (e no Estado de São Paulo, pois é um espaço estadual, não municipal, como já esclarecemos). Estamos entendendo que para uma parcela maior de instituições, especialmente as escolares, a visita torna-se parte de um currículo e merece atenção especial. Introduzir os temas – ditadura civil-militar, repressão, resistência, direitos humanos, memória, história – ganha pertinência na prática.

A proporção, no entanto, entre “preparados” e “despreparados” tende a praticamente se equiparar, sendo que em um terço da década os sem preparo prévio superaram aqueles que já haviam sido expostos aos temas e minimamente iniciado uma discussão na escola ou outro espaço de sociabilidade.

Os números também apontam que em alguns momentos dessa década a situação se modificou e houve uma inversão. Os educadores se defrontaram com grupos que já traziam alguma contribuição ou dúvida para a roteiro de debate proposto pela Ação. Registram:

Alunos participantes da semana de desafios do século XXI com a discussão Violência institucional. Após a visita a professora deu sequência a aula iniciada no ambiente da exposição e, por esse motivo, não foi entregue a avaliação. (2016, A. 1 – C. 6)

O professor comentou que o colégio faz um trabalho com a EJA de dramatização sobre o período da ditadura, sempre com a presença de um ex preso político. Já conhecem o Maurice e o Ivan (possibilidade de parceria?). (2016, A. 1 – C. 6)

Os educadores estão utilizando o livro “Quem manda aqui”, então seria interessante o educativo conhecer o material pois gerou discussões interessantes na visita. (2018, A. 1 – C. 7)

Vieram porque estão fazendo um projeto sobre a ditadura e a continuidade das violações nos tempos atuais. (2018, A. 1 – C. 7)

A responsável tinha vindo em outra ocasião de maneira espontânea e recebeu atendimento da educadora. Resolveu voltar, dessa vez com grupo agendado. (2018, A. 1 – C. 8)

A visita faz parte de um projeto da escola realizado anualmente e que se encerra com uma mostra cultural relacionada à ditadura e ao memorial. (2018, A. 1 – C. 8)

Não nos assombra que justamente em 2014 o número de “preparados”, “em termos” e “despreparados” seja praticamente idêntico, descontados do total aqueles que não foram avaliados porque representam os grupos classificados como “Outros” (cujas Fichas não comportam esse item avaliativo, como explicamos na introdução do capítulo sobre metodologia de pesquisa). Em 2014, os totalmente preparados saltam de 24% para 33% e, em 2015, para 43%; 70% se somarmos os parcialmente conhecedores dos temas. Em 2018, ano eleitoral que levou ao poder em segundo turno Jair Bolsonaro, a urgência em procurar um Lugar de Memória cuja meta seria a formação para a democracia e para o Nunca Mais, trouxe 77% de iniciados no assunto para um encontro com a Ação Educativa. Podemos nos questionar se falavam aos já convertidos, aqueles que não precisavam ser convencidos dos valores democráticos como elemento vital para o exercício político, mas essa questão merece mais números e outra análise que nessa pesquisa já não damos conta.

A Tabela 8 radiografa a impressão geral dos visitantes e podemos observar – isso reaparece nos comentários e anotações – que a experiência educativa do ponto de vista de quem recepciona e orienta a Ação no Memorial da Resistência sempre é vista como muito positiva. Mesmo quando existem intercorrências como atrasos na chegada dos grupos – que são constantes, gerando um dos principais desgastes na Ação, pois precisa ser de repente adaptada para menos tempo ou reduzida a um simples monitoramento – a avaliação da experiência educativa é, no mínimo, boa.

Na Tabela 8, no entanto, chama-nos atenção o crescimento do número de não avaliados, especialmente a partir de 2013, o que pode apontar para um novo sinal de alerta. Como sabemos que os fenômenos são sempre contaminados pelo presente histórico, esse indicativo requer um acompanhamento. Entendemos que seria necessário, provavelmente, acompanhar um período maior, para saber se há uma tendência resiliente. Não sabemos se o último quinquênio (2019-2023) pode oferecer todas as respostas, já que foi atravessado por todas as vicissitudes geradas pela pandemia do Coronavírus (2020-2021). De qualquer forma, ficamos no campo somente das suposições.

O período que nos propusemos analisar (2009-2018) assistiu ao nascimento e expansão do alcance do Memorial da Resistência, inclusive na disputa pelo imaginário coletivo na cidade. De lá até hoje, o Memorial já teve na coordenação geral três nomes

de peso: Katia Regina Felipini Neves (2009-2017), Marília Bonas (2017-2020) e Ana Mattos Porto Pato (2020-hoje). No mesmo período, a Ação Educativa teve duas coordenadoras (um comando só de mulheres no Memorial, vale a pena não perder a oportunidade do registro): Caroline Grassi Franco de Menezes (2009-2015) que trazia sua experiência do Educativo da Pinacoteca do Estado de São Paulo e Aureli Alves de Alcântara (2015-hoje), que nos recebeu para essa pesquisa.

Em 2013, o espaço recebeu uma visita total de 71.201 pessoas. Até julho de 2024, 1.011.320 pessoas já conheceram o Memorial da Resistência desde sua fundação, uma média de 12% passou pelas mãos dos educadores da Ação. É um grande público, um espaço com potencial muito importante.

Tabela 8. *Proporção Visita Geral x Visita Coordenada pela Ação Educativa (2009-2018)*

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Público Geral	48879	86890	60891	67370	72811	78032	66997	71321	69623	86681	709495
Ação Educativa	3210	3602	6623	8169	13698	13971	12490	10235	7745	9460	89203
Proporção (%)	6,56	4,14	10,87	12,12	18,81	17,91	18,64	14,35	11,12	10,91	12,57

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Dados fornecidos pela coordenação do Centro somados ao resultado da pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Podemos constatar o quanto o Memorial da Resistência se agiganta ao longo do tempo e, pelo menos no período que selecionamos, como a Ação Educativa vai ocupando espaço e ganhando a responsabilidade de diálogo com o público, inclusive o escolar, sendo este nosso foco de entendimento. O que flagramos, novamente observando e avaliando as porcentagens, é o quanto um Lugar de Memória como esse que exhibe o privilégio de pautar a luta pela democracia em nosso país em cada tijolo, de cada cela, de cada corredor é ocupado quando queremos respostas nos momentos de tensão e crise. Os anos 2013, 2014 e 2015 exibem saltos que ainda não foram superados nessa busca de respostas para a sociedade.

Como lidar com essa história recente que escancara a necessidade de conversar com as memórias de um período extremamente duro como foi a ditadura civil-militar é nosso desafio, como professores e como cidadãos. Parece-nos novamente que será pela pedagogia da memória que nossos caminhos e propósitos serão estreitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MEMÓRIA TEM SUJEITO, TEMPO E LUGAR

Quando iniciamos o percurso desse trabalho, ficou patente o quanto acontecimentos de grande impacto – ou traumáticos, como preferem alguns autores – mobilizam a sociedade e, conseqüentemente, o mundo acadêmico a buscar não somente o entendimento, mas a elaboração de uma nomenclatura que seja capaz de dar conta daquilo que até aquele momento era ainda inominável.

Para quase a totalidade dos teóricos mobilizados aqui, a Segunda Guerra Mundial e, particularmente o holocausto judeu perpetrado pelos nazistas e acrescido pelo silêncio ou apoio declarado de vários setores e nações, levou à discussão sobre memórias e esquecimentos, sobre a intenção de testemunhar, impedir a amnésia coletiva, criar marcos para que o horror não pudesse se repetir. Esse é o contexto da elaboração dos conceitos de *vontade de memória* e *lugares de memória* tão caros para o desenvolvimento da pesquisa.

A América Latina é repleta de exemplos de eventos traumáticos desde o início de seu processo de colonização. No caso brasileiro, começamos pelo genocídio indígena, passamos pela escravidão dos africanos sequestrados, atrasamos o quanto possível o aperfeiçoamento de legislações sociais, suportamos duas ditaduras no século XX e não paramos mais.

Tomando a experiência específica da ditadura civil-militar no Brasil, que nos tomou 21 anos no processo de consolidação de direitos, o processo de transição negociada procurou apagar as violações, torturas, mortes sob o manto de garantir a paz interna, a superação de cisões, a reconstrução nacional. Isso foi o que pretendemos trabalhar na Introdução e Capítulo I.

Como herdeiros de uma história de insistente apagamento – da escravidão, das desigualdades, dos atrasos –, poderíamos ter perdido para sempre o registro das violências cometidas pelo Estado brasileiro naquele período. A educação para a memória praticada e defendida por Núcleos de Ação Educativa de alguns museus-memoriais procura fazer exatamente o caminho inverso. É o que podemos observar

no caso do Memorial da Resistência de São Paulo cujo Educativo herda uma expertise da Pinacoteca do Estado – sua curadora até hoje – e se destaca por formar quadros e desenvolver metodologias que passam a influenciar a formação de outros Lugares de Memória da ditadura. Esses são os casos do Memorial da Luta pela Justiça e do Memorial DOI-Codi, que ainda em processo de formação e sequer oficialmente abertos à visitação pública, acionam Ações Educativas tributárias de um longo percurso de luta pela memória, verdade e justiça existente no DNA da composição do Memorial da Resistência. Em outras palavras, a educação para a memória e para a democracia antecedem a existência física do Lugar, consubstancia o Lugar como vontade antes de sua institucionalização.

O maior desafio que colocamos no caminho da pesquisa foi exatamente procurar compreender como a Ação Educativa de um Lugar de Memória como o Memorial da Resistência de São Paulo diante da tarefa de remar contra a maré hegemônica – que propunha esquecer o passado em nome da construção de um futuro redentor –, conseguiu construir uma relação com o seu público visitante, incluindo o escolar, como exercício de preservação da democracia.

Avaliando os dados de 2009 a 2018, colhidos a partir das Fichas de Avaliação de Visita produzidas pela Ação, conseguimos constatar como o Memorial vai ganhando um espaço na agenda da cidade e, especialmente, na agenda de muitas escolas públicas e particulares, que passaram a colocar em seus currículos o debate sobre memória e democracia.

Ao mesmo tempo, vimos como essa relação se dá de forma dialética, como a equipe de Ação Educativa vai elaborando um trato cada vez mais próximo do seu público, pesquisando e se capacitando para atender a demanda cada vez maior. Avaliando a origem dos grupos que visitaram o Memorial no período selecionado – que abarca a primeira década desde a sua inauguração em janeiro de 2009 – pudemos constatar como a existência de algumas políticas públicas em esferas diferentes foram capazes de impulsionar as visitas e ampliar o conhecimento daquele sítio de memória.

As anotações feitas pelos educadores nas Fichas demonstram o quanto o museu está dentro de seu tempo histórico e o quanto dialoga com ele. Podemos constatar como a mudança dos ventos políticos a partir de 2013 chega pela impressão dos visitantes, pelo crescimento do volume de visitas e pelo teor das perguntas feitas aos educadores. É por meio dessas observações que escutamos o barulho das

escolas ocupadas por estudantes secundaristas em 2014 e 2015 e como buscaram no Memorial respostas – e perguntas – para o passado do movimento nos anos 60. Mas também foram as Fichas que nos mostraram como o discurso de ódio aparece nas falas de visitantes, inclusive os escolares, negando os crimes da ditadura e enxergando a verdadeira democracia nas mãos de uma nova direita civil e militar.

Então, nada teria valido a pena?

De fato, os dados nos mostram que num determinado momento – 2016/2017 – a sociedade se ressentia de um retrocesso que àquele momento não tinha exatamente um nome. No entanto, também observamos como em 2018 há um sopro que volta a impulsionar as visitas. Era preciso conhecer e valorar a democracia naquele espaço que guarda as memórias de suas maiores violações durante a ditadura civil-militar em São Paulo para voltarmos a entender que somente dentro do jogo democrático conseguiríamos qualquer outro avanço.

É certo que não conseguimos salvar as eleições e vimos a chegada ao poder de um governo alinhado com uma direita mundial ultraconservadora, nacionalista, moralista que chegará a assustar os mais pessimistas.

Mas, também é verdade que as dinâmicas se rearranjam e os indicadores de 2019 que colocamos a seguir podem nos oferecer algumas pistas.

Tabela 9. Perfil do público atendido pelo Programa de Ação Educativa – 2019

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Escola Pública	157	1459	1119	1427	4162
Escola Privada	302	587	437	500	1826
Outros	1201	711	772	271	2955
Total	1660	2757	2328	2198	8943

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

A Ação Educativa, no ano de 2019, recebeu 319 grupos de visitantes estimando 9000 pessoas de um total de 86.703 que chegaram até o Memorial. Comparativamente, houve um pequeno recuo concentrado, sobretudo, nos grupos que vieram das escolas públicas. Podemos pensar que as escolas públicas estão mais

vulneráveis às mudanças de ventos porque dependem de verbas, obras e da existência de políticas de fomento à cultura. É uma possibilidade bastante razoável.

Tabela 10. Avaliação dos professores atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Participativo	45	51	58	52	206
Competitivo	2	1			3
Desinteressado	17	34	25	25	101
Não foi avaliado	2	3	4	1	9
Total	65	89	87	78	319

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Não pode ser coincidência que o índice de participação dos professores que organizam e orientam os grupos formados por escolares aumente. Há uma urgência do quadro de realidade que precisa ser compreendido numa visita como essa ao Memorial da Resistência. Mas também é importante notar que cresce o número de desinteressados, aqueles que cumprem quase uma função protocolar. Teríamos de acessar outro tipo de registro para saber se o que explica essa atitude de inércia está relacionada com a perda de encanto com a possibilidade de mudança por meio da ação política diante do avanço da hegemonia desses novos grupos. Novamente, por enquanto, estamos no campo das suposições.

Tabela 11. Grau de interesse dos atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Intenso	61	84	77	74	296
Moderado	3	1	5	4	13
Fraco		1	1		2
Não foi avaliado	1	1	4		8
	65	89	87	78	319

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Tabela 12. *Preparo prévio dos grupos atendidos pelo Programa de Ação Educativa – 2019*

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Sim	32	37	36	32	137
Não	9	23	29	20	81
Pouco	24	27	15	25	91
Não foi avaliado		2	7	1	10
Total	65	89	87	78	319

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

O índice de interesse dos grupos continua alto em 2019, só que agora com uma porcentagem de preocupação com a preparação dos grupos maior. Ou seja, os grupos que visitam o Memorial estão mais bem qualificados para participar do roteiro de visitas e, presumimos, poderão amplificar a ideia de democracia para mais longe, com um repertório de discussão outro. O número de visitas avaliadas como Excelente coroa essa percepção de que podemos falar, talvez, de um renascimento de vontade de memória, já que há um dado de realidade que inspira um perigo à frágil democracia brasileira.

Tabela 13. *Resultado geral do atendimento pelo Programa de Ação Educativa – 2019*

	jan-mar	abr-jun	jul-set	out-dez	Total
Excelente	64	87	81	74	306
Bom			3	3	6
Razoável			1	1	2
Ruim					
Não foi avaliado	1	2	2		5
Total	65	89	87	78	319

Fonte: Memorial da Resistência, Centro de Referência. Pesquisa feita entre junho e agosto de 2024 a partir das Fichas de Avaliação de Visitas.

Por último, procuremos buscar entender se há alguma coerência nessa constatação, a partir dos dados em números de um possível renascimento com os apontamentos feitos pelos educadores e recolhidos das mesmas Fichas de 2019:

A escola vem há 7 anos ao Memorial. (2019, A. 1 – C. 8)

Desenvolvem projeto sobre Direitos Humanos. Farão uma exposição fotográfica depois da visita ao Memorial. (2019, A. 1 – C. 8)

Uma das alunas se manifestou contra os alunos e alunas de turma que votaram no Bolsonaro. (2019, A. 1 – C. 8)

Associaram a fala do Bolsonaro com a tortura e ditadura. (2019, A. 1 – C. 8)

Aluno disse ter vergonha do que ocorreu. (2019, A. 1 – C. 8)

Conhecendo o espaço por conta dos temas relacionados com vivência de mulheres em situação de violência doméstica. (2019, A. 1 – C. 8)

A responsável pelo grupo pediu, ao final da visita, que discutíssemos os paralelos entre a repressão na ditadura e com os dias atuais. (2019, A. 1 – C. 9)

Ligaram os relatos de solidariedade ouvidas na cela 4 com a necessidade de solidariedade e companheirismo para combater o suicídio nos dias atuais. (2019, A. 1 – C. 9)

Uma das alunas se espantou ao saber que o Estado no Brasil cometeu crimes na ditadura. (2019, A. 1 – C. 9)

Impressionados com as crianças que foram presas na época da ditadura. (2019, A. 1 – C. 9)

Um dos educadores do grupo questionou os jovens sobre o entendimento do que é tortura em dias atuais. (2019, A. 1 – C. 9)

Quem escolheu fazer a visita foram os próprios alunos por conta de identificarem o Memorial como local para discussão de temas ligados ao momento político atual. (2019, A. 1 – C. 9)

A atividade no Memorial substituiu a reunião pedagógica na escola. (2019, A. 1 – C. 9)

Vieram por conta própria já que a escola não quis vir. (2019, A. 1 – C. 9)

Depois de se debater com todas as forças empenhadas no esquecimento e ter vivido tempos políticos difíceis entre 2009 e 2018, colher esses registros parece animador. Animador saber que um grupo de alunos e alunas de um terceiro ano de uma escola pública estadual se organizou para vir sozinho conhecer o espaço e conversar com o Educativo; que outro grupo de estudantes fez a escolha daquele lugar porque queria entender a política atual; que vários enxergam uma permanência

histórica entre violência de Estado no passado e no presente, entre as dores e sofrimentos da repressão e o suicídio e feminicídio hoje. Ventos novos?

É evidente que precisamos de um maior distanciamento para avaliar tudo com a profundidade exigida pela situação. Da mesma forma, precisaríamos avançar nos dados dos anos seguintes, pegar o próximo quinquênio para enxergar as persistências e possíveis rupturas com as tramas sociais e políticas.

Sabemos, por exemplo, que uma pandemia impôs dinâmicas que desafiaram a todos e, claro, o mundo da cultura, da educação, das escolas, dos museus. Qual foi o impacto disso tudo, como se deu a reorganização dos Núcleos Educativos e como eles reconstruíram suas teias de diálogo com os visitantes ainda precisam ser analisados. Em 2023, o Memorial recebeu um público total de 71.201 pessoas, longe dos 86.890 de 2010, mas bem maior que os 15.296 de 2020, auge da pandemia.

Importante entender – como pesquisadores, educadores, cidadãos – que os esforços para que haja o apagamento de uma memória política de resistência a uma ditadura que representou grande retrocesso em vários campos de nossa formação histórica, ainda estão vivos, ativos e soltos nos gabinetes, nos púlpitos, nos escritórios empresariais, nos meios digitais, nos quarteis, nas avenidas.

Indicadores da Ação Educativa do Memorial da Resistência parecem apontar que é possível retomar o caminho na rota da educação para a memória e para a democracia. A nossa expectativa é que esse trabalho possa de alguma forma contribuir exatamente para facilitar esse percurso.

Sigamos. Vigilantes.

REFERÊNCIAS

Documentos:

Arquivo Institucional – Centro de Referência do Memorial da Resistência de São Paulo

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 1 - Avaliações de visitas: 2009 a 2011

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 2 – Avaliações de visitas: 2012

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 3 – Avaliações de visitas: 2013

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 4 – Avaliações de visitas: 2014

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 5 – Avaliações de visitas: 2015 (primeiro ao terceiro trimestres)

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 6 – Avaliações de visitas: quarto trimestre de 2015 e 2016

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 7 – Avaliações de visitas: 2017 e primeiro e segundo trimestres de 2018

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 8 – Avaliações de visitas: terceiro e quarto trimestres de 2018 e primeiro e segundo trimestres de 2019

Fundo Educativo – Armário 1 – Caixa 9 – Avaliações de visitas: terceiro e quarto trimestres de 2019

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

BARCELOS, Jorge. O Memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Porto Alegre: Fórum Estadual de Museus, 1999.

BÁRCENA, Fernando. *Pedagogía de la memoria y transmisión del mundo. Notas para uma reflexión*. CUESTA FÉRNANDEZ, Raimundo (org). El lugar de la memoria em la educación. Com-ciência social, Espanha, n. 15, 2011, p. 109-118.

BELTRAME, Renan Ribeiro. Tendências Ideológicas e Função Social da Educação em Museus do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação: Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e educação: uma introdução*. In: BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto e colaboradores. *Globalização e educação*. Perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed Editora, s/d.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião, Paris, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Veneza. II Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Declaração de Québec. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Québec, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Termo de cessão sob o regime de utilização pública. Secretaria do Patrimônio da União. Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. São Paulo, 2013.

BRASIL. Protocolo de intenções que entre si celebram a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil. Secretaria do Patrimônio da União. Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. São Paulo, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e outros (org.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 399-412.

CÂNDIDO, M. M. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. O que o museu tem a ver com educação? Educação, Cultura e Formação Integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Orgs). Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

COORDENAÇÃO DE DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE (Org.). Memórias Resistentes, Memórias Residentes: Lugares de memória da Ditadura Civil-Militar no Município de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2017.

CORTI, Ana Paula. *Ensino Médio: entre a deriva e o naufrágio*. In: CÁSSIO, Fernando (org). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CYMBALISTA, Renato (ORG). Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2019.

DIAS, Geraldo Souza. A desobediência civil = civil disobedience. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2017.

DICKMANN, Ivo (Org). *Paulo Freire vive! 20 anos de Memória e presença na práxis dos educadores*. In: Pedagogia da Memória. Chapecó: Sinproeste, 2017

FERREIRA, Angélica Aparecida. Programa Cultura é Currículo: democracia cultural ou proselitismo? São Paulo: Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2017.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, Jan/Abr 2017.

FREITAG, Bárbara. *Introdução*. In: Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Centauro, 2005.

GERMANO, Gustavo. Ausências. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2015.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Revista Historiae. Rio Grande, n. 3: 26-46, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais, Princípio Educativo*. In: Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2022LI.

GUMIERI, Julia Cerqueira. A construção possível. Inclusão e revisão do Direito à Memória e à Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História: Universidade de São Paulo, 2016.

HOOKS, bell. *Educação democrática*. In: CÁSSIO, Fernando (org). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

ISHAQ, Vivien Fialho da Silva; MELO, Carolina de Campos. O caso do desaparecimento de Rubens Paiva: os avanços da investigação da Comissão Nacional da Verdade. In: PRIORE, Mary Del; MULLER, Angélica (Orgs). História dos Crimes e da Violência no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2017

KALLÁS, Ana Lima. O ensino de passados traumáticos: as relações entre História, Memória e Educação no desenvolvimento de uma pedagogia da memória. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2018.

KIRBY, Cristian. 119. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2014.

LE GOFF, Jacques – Memória. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Marcelo Henrique. Ensino de História e Museu: os usos docentes do Museu Republicano “Convenção de Itu”. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

LEITE, Marcelo Henrique. O museu e a escola: o ensino da ditadura militar em aulas de história em São Paulo e Buenos Aires. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade de São Paulo, 2011.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO (Orgs). Memorial da Resistência, 10 anos: Presente. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Apresentação e Metodologia do Programa Lugares da Memória. São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, 2016.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência de São Paulo. (folder de divulgação, s/d).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os Museus e as Ambiguidades da Memória: a Memória Traumática. Anais do 10º Encontro Paulista de Museus, 2018. São Paulo: Memorial da América Latina, 2018.

MIRANDA, Andrea Tourinho Pacheco de; MELO, Ezilda Claudia de. O Direito à Memória e à Verdade como Direitos Essenciais ao processo de democratização do país. s/d. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/> Acesso em 20 jan. 2024.

MOLINA, Fulvia; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Hiatus: Arte, Memória e Direitos Humanos na América Latina. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

NEVES, Deborah Regina Leal. *A Persistência do Passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. São Paulo: Alameda, 2018.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, São Paulo, 1993.

NORA, Pierre. *Memória: da liberdade à tirania*. Revista Musas, n. 4, 2009.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Memorial da Luta pela Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Memorial da Luta pela Justiça*. Projeto Básico da Arquitetura e Restauro. (material em pdf, s/d).

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *DOI-CODI São Paulo: Percursos de um lugar de Memória*. Projeto visitas mediadas ao ex DOI-CODI. (folder de divulgação, s/d).

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Memorial da Luta pela Justiça*. Advogados Brasileiros contra a Ditadura. (folder de divulgação, s/d).

PADRÓS, Enrique Serra. *Usos da memória e do esquecimento na história*. Letras UFSM, Santa Maria (RS), n.22, p. 79-95, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Revistas Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1996, p. 200-212.

PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA. *Auditoria da Justiça Militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015.

RELATÓRIO. *Elaborando Memoriais do DOI-Codi/SP*. Arqueologias do DOI-Codi do II Exército de São Paulo. *Leituras Plurais da Repressão e da Resistência*. (material em pdf, s/d).

RICOEUR, Paul. *A memória, a História e o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, César Orte Novelli. *Tombamento pelos tombados: o processo de patrimonialização do DOI-Codi em São Paulo*. Trabalho de conclusão de curso, Guarulhos: UNIFESP, 2021.

SARLO, Beatriz. *Retórica testemunhal*. In: *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Ensaio contra-hegemônico: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa*. In: *História da Ideias Pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *O Neoprodutivismo e suas variantes: Neoescolanovismo, Neoconstutivismo, Neotecnicismo*. In: História da Ideias Pedagógicas no Brasil. São Paulo: Editora Autores Associados, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar*. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. *Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente*. In: Sobre o Autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade*. Cad. CEDES, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, Dec. 2006.

SILVA, Mariana Busson Machado e; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Revista Arq.Urb, n. 25, maio – agosto 2019.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS - SISEM SP (org.). *Museus: o que são, para que servem?*. Brodowski (SP): ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS - SISEM SP (org.). *Conceitos-chave da Educação em Museus*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2014.

SULEIMAN, Susan. *Amnésia e anistia: reflexões sobre o esquecimento e o perdão*. In: Crises de Memória e a Segunda Guerra Mundial. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

SUSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. *A extensão cultural dos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1946.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *Memória e Justiça*. In: Deveres e Deleites: uma vida de passeur. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.